



Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura
Mestrado Profissional em Projeto e Patrimônio

Silvia Scoralich de Carvalho

**Centro de Memória Magepe-Mirim: Reabilitação de Antiga Fazenda
Colonial em Magé/RJ.**

Rio de Janeiro
2018



Centro de Memória Magepe-Mirim: Reabilitação de Antiga Fazenda Colonial em Magé/RJ.

Silvia Scoralich de Carvalho

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Projeto de Revitalização e Restauração.

Orientadora: Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro

Rio de Janeiro

Agosto de 2018

Centro de Memória Magepe-Mirim: Reabilitação de Antiga Fazenda Colonial em Magé/RJ.

Silvia Scoralich de Carvalho

Orientadora: Rosina Trevisan Martins Ribeiro

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura, Linha de pesquisa Projeto de Revitalização e Restauração.

Aprovada por:

Presidente, Prof. Dra. Rosina Trevisan M, Ribeiro

Prof. Dra. Cláudia Nóbrega

Prof. Dra. Fabíola Zonno

Prof. Dra. Andrea da Rosa Sampaio

Rio de Janeiro

Agosto de 2018

Carvalho, Silvia Scoralich de.

Centro de Memória Magepe-Mirim: reabilitação de antiga fazenda colonial em Magé/RJ/ Silvia Scoralich de Carvalho – Rio de Janeiro: UFRJ/FAU. 2018.

xvii, 128f.: il.; 31 cm.

Orientador: Rosina Trevisan Martins Ribeiro

Dissertação (mestrado) – UFRJ/ PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2018.

Referências Bibliográficas: f. 100-103.

1. A fazenda Magepe-Mirim enquanto objeto cultural. 2. A fazenda Magepe-Mirim enquanto objeto físico. 3. Projeto de intervenção. I. Ribeiro, Rosina Trevisan Martins. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura. III. Centro de Memória Magepe-Mirim: reabilitação de antiga fazenda colonial em Magé/RJ.

Agradecimentos

Quando procuro pensar em todas as pessoas às quais gostaria de expressar minha gratidão pelo incentivo, ajuda, sugestões e apoio, a lista se torna demasiado longa. Primeiro, gostaria de agradecer à minha mãe pelo suporte e por ter, desde muito cedo, demonstrado a mim e a minha irmã que não existe nada mais satisfatório que os estudos. Agradeço a ambas pelas condições de concluir este trabalho.

À professora Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro pelos esforços conjuntos, pela orientação desde a graduação, sempre disponível e paciente, me inspirando e apoiando em empreitadas que muitas vezes pareciam maior do que o possível. Muito me honra ter tido a oportunidade de ser sua orientanda por todos estes anos.

Não poderia deixar de agradecer à professora Dra. Cláudia Nóbrega, pelo incentivo e observações sempre relevantes desde que nos conhecemos. Sou grata por ter tido a oportunidade de ser sua aluna.

Pelas contribuições, conselhos e interesse em colaborar com a melhoria do trabalho, agradeço aos membros da banca de Qualificação e Defesa, as professoras Dra. Fabíola Zonno e Dra. Andrea da Rosa Sampaio, e ao corpo discente do Mestrado Profissional e Projeto e Patrimônio.

Meus agradecimentos também aos colegas da turma de 2016, pelo companheirismo, pelos questionamentos, pelos ensinamentos e por muitas vezes transformarem situações apreensivas em divertidas.

Às amigas Gabrielle Miceli e Mariane Paulino nunca conseguirei expressar a gratidão pela ajuda nos fins de semana, pelas noites mal dormidas, por terem cedido o tempo e pelo apoio ao longo desses muitos anos de amizade. Este trabalho nunca teria sido concluído sem a ajuda de vocês. Bem como não teria sido concluído sem a ajuda e incentivo de Gabriel Quintanilha, não poderia deixar de agradecer sua paciência, o companheirismo e o interesse pelas coisas menos fascinantes.

Aos amigos e familiares, sou grata pela compreensão de minhas faltas e ausências em muitos momentos ao longo destes últimos anos.

E, por último, agradeço ao meu pai. Nunca teria palavras o suficiente para demonstrar a importância de sua presença em minha vida, mesmo que por poucos anos. Saber que você acreditava em mim me faz seguir em frente.

RESUMO

Centro de Memória Magepe-Mirim: Reabilitação de Antiga Fazenda Colonial em Magé/RJ.

Silvia Scoralich de Carvalho

Orientadora: Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro

Resumo da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

Parte integrante da história e desenvolvimento do primeiro distrito do município de Magé/RJ, a antiga sede Fazenda Magepe-Mirim encontra-se em estado arruinado, como muitos dos bens arquitetônicos não preservados por esferas governamentais, sendo relegada ao descaso e descaracterização física por usos inadequados ao longo de sua existência. Datando do princípio do século XVIII, sua edificação sede resiste enquanto exemplar das construções rurais fluminenses do período colonial.

A presente dissertação busca, através de investigação histórica e produção de um cadastro arquitetônico, a inserção de um novo uso adequado a sua estrutura após um processo de restauro que valora suas principais características físicas e históricas, objetivando que a mesma possa ser reinserida no cotidiano da população local e preservada.

Palavras-chave: Preservação, Fazenda Colonial, Patrimônio Cultural, Fazenda Magepe-Mirim.

Rio de Janeiro

Agosto de 2018

ABSTRACT

Magepe-Mirim Memory Center: Colonial Farm rehabilitation in Magé/RJ.

Silvia Scoralich de Carvalho

Orientadora: Profa. Dra. Rosina Trevisan M. Ribeiro

Abstract da Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Ciências em Arquitetura.

An essential part in the history and development of Magé/RJ first district, the former Magepe-Mirim Colonial Farm is in a ruined state, like many of the other architectural assets not preserved by governmental spheres. Dating back to the beginning of the 18th century, its headquarters building resists as a typological exemplar of rural constructions from the colonial period.

The present dissertation seeks, through historical research and production of an architectural file, the insertion of a new use appropriate to its structure after a restoration process that values its main physical and historical characteristics, aiming that it can be reinserted in the daily life of the local population and preserved.

Key words: Preservation, Colonial Farm, Cultural Heritage, Magepe-Mirim Farm.

Rio de Janeiro

Agosto de 2018

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Primeiro registro encontrado da Edificação Sede da Fazenda Magepe-Mirim, por volta de 1950. Fonte: Acervo Pessoal de Hélio Silvério.	6
Figura 2 - Sede da Fazenda Magepe-Mirim, a partir da Rua Dona Joaninha. Fonte: Fotografia da autora, 2018.	7
Figura 3 - Localização do município de Magé em relação aos demais municípios que circundam a Baía de Guanabara no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Autoria própria.	7
Figura 4 - Município de Magé com destaque para o primeiro distrito. Fonte: Edição da autora sobre cadastral do município.	8
Figura 5 - Localização do bairro Vila Esperança, onde está localizada a antiga Sede, com destaque para o Rio Magemerim e as rodovias BR 116 e BR 493 (Magé-Manilha). Fonte: Edição da autora sobre cadastral do município.	8
Figura 6 - Localização da Antiga Fazenda Magepe-Mirim às margens da Rodovia BR 493. Fonte: Edição da autora sobre imagem do Google Earth, 2018.	9
Figura 7 – Praia de Ipitinga e Rio Suruí, principais pontos de acesso à região nos primórdios de sua ocupação, neste mapa do século XVIII vemos indicações das primeiras capelas referentes aos pequenos povoados existentes. Fonte: FUNDREM, 1984.	10
Figura 8 - Recorte de Carta Topográfica da Capitania do Rio de Janeiro, século XVIII. A carta apresenta as principais Freguesias existentes na baixada do litoral da baía de Guanabara, com indicação aos núcleos urbanos e engenhos existentes, neste recorte seleciona-se a região próxima do que hoje constitui o primeiro distrito. No ponto X, a Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magé, onde se localizava a Fazenda Magepe-Mirim. Fonte: Biblioteca digital luso-brasileira, disponível em: < http://bdlb.bn.gov.br/acervo/handle/123456789/27311 >. Acesso em: Novembro de 2017.	11
Figura 9 – Mapa síntese da região da Vila de Magepe no século XVIII, indicando as Freguesias, as principais capelas e igrejas, rios, caminhos vicinais e a localização da Fazenda Magepe-Mirim em destaque. Fonte: FUNDREM, 1984. Edição da autora.	12
Figura 10 – Mapa síntese dos anos entre 1858 e 1861, demonstrando o núcleo urbano existente com localização do terreno da Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade em relação aos rios das terras da fazenda Magepe-Mirim. Fonte: FUNDREM, 1984. Destaques da autora.	14

Figura 11 - Magé, fins do século XIX. Localiza-se no presente mapa a inserção das principais ferrovias interligando a orla ao interior, com presença das fábricas de tecido e destaque para a localização da fazenda Magepe-Mirim. Fonte: FUNDREM, 1984. Destaque da autora.....	15
Figura 12 – Evolução do núcleo principal do município de Magé no início do século XX, com destaque para a década de 1920 onde se observa a consolidação do antigo Rocio Grande como Praça Dr. Nilo Peçanha e a implantação da ferrovia interligando a cidade do Rio de Janeiro a Itaboraí. Fonte: FUNDREM, 1984. Destaques da autora.....	16
Figura 13 - Estimativa do tamanho da Fazenda no século XVIII, com base na distância entre o edifício Sede e a Igreja Nossa Senhora da Piedade, construída nas terras da Fazenda, e o posicionamento do antigo Rocio Grande na conformação atual do município. Fonte: Edições da autora sobre imagem do Google Earth de 2016.	16
Figura 14– Expansões significativas no núcleo urbano do primeiro distrito ao longo do século XX. Fonte: FUNDREM, 1984. Edição da autora.	17
Figura 15 – Edificação Sede da Fazenda Magepe-Mirim por volta dos anos de 1970, com a presença de novo anexo hospitalar. Fonte: Acervo pessoal de ex-funcionário da antiga Casa de Saúde Nossa Senhora da Piedade.	18
Figura 16 – Edificação Sede e anexo pavilhonar atualmente esvaziados pelo uso hospitalar. Nota-se a presença significativa da rodovia frente ao lote. Fonte: Fotografia da autora, 2017.	19
Figura 17 - Novo sentido de expansão do município de Magé em direção ao COMPERJ. Observa-se a conurbação das áreas centrais mais antigas com as expansões dos loteamentos que antes apenas margeavam a BR 493 de maneira isolada. Fonte: Edição da autora sobre imagem do Google Earth, 2017.	19
Figura 18 - Limite atual do lote, com presença da edificação Sede da Fazenda Magepe-Mirim em elevação às margens da rodovia BR 493. Fonte: Edição da autora sobre imagem do Google Earth de 2016.....	20
Figura 19 - Vista Frontal da Antiga Sede da Fazenda em 1983, com destaque para o alpendre e o oratório. Fonte: FUNDREM, 1984. Edição da autora.	25
Figura 20 - Sede da Fazenda Magepe-Mirim. Fonte: Fotografia da autora, 2017.....	27

Figura 21 - Localização atual da Sede da Fazenda Magepe-Mirim, em terreno elevado, e sua localização em relação ao Rio Magemerim. Fonte: Edição sobre fotografia da autora, 2017.	29
Figura 22 - Sede da Fazenda do Colubandê. Fonte: Autor desconhecido. Disponível em < http://tvwin.com.br/noticias/fazenda-colubande-vai-virar-sede-da-gm/ >. Acesso em 28 dez. 2017.....	30
Figura 23 - Sede da Fazenda do Engenho d'Água. Fonte: Autor desconhecido. Disponível em < http://mapio.net/pic/p-96976054/ >. Acesso em 28 dez. 2017.....	30
Figura 24 - Variações das colunas encontradas em alguns dos exemplares desta tipologia, apresentado por Joaquim Cardozo. Fonte: CARDOZO, 2009, p.101.	31
Figura 25 - Coluna em quina da fachada principal indicando as peças de mármore ainda presentes nas partes mais inferiores das colunas. Fonte: Edição sobre fotografia da autora, 2017.	32
Figura 26 - Indicação de esquadrias do tipo guilhotina existentes na fachada principal em meados dos anos de 1980. Fonte: FUNDREM, 1984.	33
Figura 27 - A mesma esquadria indicada na fotografia anterior, agora no ano de 2003, demonstrando a existência das folhas internas. Fonte: Fotografias de L.H. de Paula. INEPAC, 2003.....	33
Figura 28 - Localização do oratório dedicado a Nossa Senhora da Piedade sob a escadaria principal de acesso. Fonte: Fotografia da autora, 2017.....	34
Figura 29 - Anexo hospitalar em forma de pavilhão próximo a época de sua construção. Fonte: Acervo pessoal de antigo funcionário da extinta Casa de Saúde.	35
Figura 30 - Vista superior do lote remanescente da fazenda Magepe-Mirim, com indicação de suas testadas: fundos e frente, mais os limites físicos impostos pelos muros (fundos) e pela combinação do aclave e rodovia (frente). Fonte: Edição sobre fotografia da autora, 2017.	36
Figura 31 - Anexo pavilhonar da antiga Casa de Saúde Nossa Senhora da Piedade. Fonte: Fotografia da autora, 2017.....	37
Figura 32 - Vista a partir do pátio/estacionamento em direção a entrada principal do anexo. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	37
Figura 33 - Vista da conexão entre o anexo e a edificação Sede a partir do pátio. Fonte: Fotografia da autora, 2016.....	37

Figura 34 - Rampa de acesso entre o anexo e a antiga Sede, um dos elementos responsáveis pela descaracterização desta fachada. Fonte: Fotografia da autora, 2017.	38
Figura 35 - Vista do lote a partir de sua testada dos fundos na Rua Artur Silva. Fonte: Google Earth, acesso em: 16 de janeiro de 2017.	38
Figura 36 - Reforço em concreto presente no interior da edificação. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	40
Figura 37 - Coluna de alvenaria feita com a presença de cimento. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	40
Figura 38 - Deformação das paredes e vãos. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	41
Figura 39 - Desmoronamento no Primeiro Pavimento. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	41
Figura 40 - Variedade de diferentes tipos de tijolos presentes na edificação. Nota-se maior degradação das vedações mais antigas, com os tijolos maciços e as madeiras apodrecidas. Fonte: Fotografia da autora, 2016.....	42
Figura 41 - Presença de vão emparedado, vegetação e o desabamento do assoalho do segundo pavimento / teto do primeiro pavimento. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	43
Figura 42 - Revestimentos inadequados são observados ao longo de toda a edificação, bem como ausência de alvenarias e outros elementos como pisos e forros. Fonte: Fotografia da autora, 2016.....	43
Figura 43 - Presença de cupinzeiro no interior do primeiro cômodo contíguo à fachada principal. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	44
Figura 44 - Paredes do segundo pavimento em pau a pique. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	44
Figura 45 - Madeiramento restante dos frechais do teto do segundo pavimento, e forro do primeiro/piso do segundo. Fonte: Fotografia da autora, 2016.....	45
Figura 46 - Madeiramento remanescente do forro do primeiro pavimento/piso do segundo. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	46
Figura 47 - Indícios da presença de insetos xilófagos nas madeiras do forro. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	46
Figura 48 - Escada de madeira desabada no interior do edifício. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	47

Figura 49 - Parte da escada de madeira desabada no interior do edifício. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	47
Figura 50 - Rincão na fachada Oeste-Sudoeste com acabamento inadequado devido à remoção da parede interna. Fonte: Fotografia da autora, 2017.	47
Figura 51 - Parede interna interrompida localizada na diferença de altura da cobertura. Fonte: Edição sobre fotografia da autora, 2016.	48
Figura 52 - Alteração do alinhamento do entelhamento. Fonte: Fotografia da autora, 2017.	48
Figura 53 - Presença de Vegetação no telhado. Fonte: Fotografia da autora, 2017.	49
Figura 54 - Reforços improvisados no interior da edificação. Fonte: Fotografia da autora, 2017.	49
Figura 55 - Ausência das esquadrias. Fonte: Fotografia da autora, 2017.	50
Figura 56 - Fazenda Magepe-Mirim nos anos de 1980. Fonte: FUNDREM, 1984.	50
Figura 57 - Vão de porta emparedado na ligação interior da edificação Sede com o anexo hospitalar. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	51
Figura 58 - Vão emparedado na fachada principal da edificação. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	51
Figura 59 - Esquadria degradada devido à ação do tempo e das intempéries. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	51
Figura 60 - Aspecto cinza-ruço devido aos raios ultravioleta. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	51
Figura 61 - Pequenas fendas que auxiliam na penetração da umidade na madeira. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	52
Figura 62 - Cupinzeiro no interior da edificação. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	53
Figura 63 - Furos feitos para revoada e aeração de cupins na madeira. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	53
Figura 64 - Esquadria metálica existente no interior da edificação. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	54
Figura 65 - Portão metálico do oratório. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	54
Figura 66 - Fachada Sul-Sudoeste. Fonte: Fotografia da autora, 2017.	55
Figura 67 - Fachada Oeste-Noroeste. Fonte: Fotografia da autora, 2017.	55
Figura 68 - Fachada Norte-Nordeste. Fonte: Fotografia da autora, 2017.	55

Figura 69 - Tijolos de barro aparentes na fachada. Fonte: Fotografia da autora, 2017.	56
Figura 70 - Rachaduras em uma das fachadas, e parede posterior desabada vista pela janela. Fonte: Fotografia da autora, 2017.....	56
Figura 71 - Coluna de ordem toscana com parte da alvenaria exposta. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	57
Figura 72 - Lacunas existentes em alguns dos capiteis e danificação da pintura e argamassa pela exposição excessiva ao sol e umidade. Fonte: Fotografia da autora, 2017.	57
Figura 73 - Observa-se nesta imagem quina onde o piso apresenta uma depressão onde hoje existe uma camada de terra, onde observamos um grande formigueiro e vegetação. Bem como a presença de lajotas degradadas. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	58
Figura 74 - Guarda-corpo rústico da escada de acesso, com presença de manchas de umidade e agentes biológicos. Fonte: Fotografia da autora, 2016.....	59
Figura 75 - Trecho frontal à edificação onde existe a necessidade de remoção de vegetação e colocação de pavimentação adequada no acesso à escada. Fonte: Fotografia da autora, 2017.	59
Figura 76 - fotografia do oratório com destaque para a pintura de fundo com nuvens e os azulejos na parte inferior. Fonte: INEPAC, 2003.	60
Figura 77 - Oratório no ano de 2016. Fonte: Fotografia da autora, 2016.	60
Figura 78 - Planta de localização das colônias de agentes biológicos (formigas e cupins), vãos emparedados e locais inacessíveis. Sem escala. Fonte: Desenho da autora, 2017.	61
Figura 79 - Casarão da Avenida Rotary, antiga sede da Fundação em 2016. Fonte: Fotografia da Autora.....	72
Figura 80 - Localização dos elementos a serem realocados no projeto no primeiro distrito de Magé/RJ. Fonte: Edição da autora sobre imagem do Google Earth. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.	73
Figura 81 - Representação volumétrica da edificação histórica visando demonstrar a unidade potencial que se pretende resgatar como um todo. Fonte: Modelo da autora, 2018.	75

Figura 82 - Indicação das edificações a serem removidas e mantida, com novo zoneamento previsto para o lote, possibilitando o acesso pela Rua Artur Silva. Fonte: Desenho da autora, 2018.....	78
Figura 83 - Corte esquemático indicando a possibilidade de um anexo com altura inferior ao existente, para menor competição com a edificação histórica, e possibilidade de novo acesso pela Rua Artur Silva. Fonte: Desenho da autora, 2016.	78
Figura 84 - Esquema proposto na Rua Artur Silva, prevendo a requalificação da mesma de maneira a convidar os próprios moradores a permanecerem no recuo criado para livre acesso público em parte do lote da edificação. Fonte: Fotografia e desenho da autora, 2017.	79
Figura 85 - Novo recuo para ponto de ônibus na escada de acesso ao terreno e novo acesso pedonal pela parte superior. Fonte: Edição sobre fotografia da autora, 2017.	80
Figura 86 – Fachadas hipotéticas do corpo principal (1 e 2, respectivamente) com a manutenção das aberturas, porém com materiais distintos no acabamento. Fonte: Desenho da autora, 2018.....	81
Figura 87 - Fachadas hipotéticas (1 e 2, respectivamente) com a reconstituição do alpendre, sem a presença do anexo. Fonte: Desenho da autora, 2018.....	81
Figura 88 - Museu da Liturgia, Tiradentes/MG. Diferenciação entre as esquadrias através de diferentes materiais. Fonte: TripAdvisor.	82
Figura 89 - Fachada 3, descaracterizada pela conexão com o anexo e com seus vãos emparedados. Fonte: Fotografia da autora, 2017.....	82
Figura 90 - Fachada 4, inacessível, observa-se o desabamento de parte de sua estrutura a partir do interior. Fonte: Fotografia da autora, 2017.....	83
Figura 91 - Fachada 3, apenas os vãos emparedados reabertos, e inserção do volume de acesso universal e conexão com o anexo. Fonte: Desenho da autora, 2018.	84
Figura 92 - JA House, referência de conexão contemporânea entre o antigo e o novo. Fonte: ArchDaily. Disponível em: < https://www.archdaily.com/558279/ja-house-filip-pina-maria-ines-costa >, acesso Junho de 2018.	84
Figura 93 - Fachada 4, único registro localizado da mesma. Observa-se o alpendre fechado e certo ritmo nas janelas superiores. Fonte: FUNDREM,1984.....	85

Figura 94 - Proposta para a Fachada 4, sem anexo. Fonte: Desenho da autora, 2018.	85
Figura 95 - Planta do primeiro pavimento da edificação Sede. Fonte: Desenho da autora, 2018.	89
Figura 96 – Planta do segundo pavimento da edificação Sede, onde se busca um acesso reduzido de pessoas. Fonte: Desenho da autora, 2018.....	89
Figura 97 – Novos elementos do lote. Fonte: Desenho da autora, 2018.	91
Figura 98 - Fachadas 02 e 04 com anexo do auditório. Fonte: Desenho da autora, 2018.	92
Figura 99 – Casa de Veraneio em Jalostitlán, México, projeto de Tatiana Bilbao S.C. Com utilização de Taipa de Pilão. Fonte: ArchDaily. Disponível em: < https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-279921/ajijic-tatiana-bilbao-s-c > acesso: Junho de 2018.....	93
Figura 100 - Casa Baroneza, projeto de Candida Tabet Arquitetura, onde observa-se a utilização de MLC para vencer grandes vãos. Fonte: Fotografia de Rômulo Fialdini.	93
Figura 101 - Perspectiva da edificação Sede e dos anexos. Fonte: Desenho da autora, 2018.	94
Figura 102 - Antes e Depois da conexão entre as duas edificações. Fonte: Fotografia da autora, 2017 e desenho da autora, 2018.	94
Figura 103 - Setorização volumétrica da biblioteca. Fonte: Desenho da autora, 2018.	95
Figura 104 - Vista da edificação sede e dos anexos. Em primeiro plano o acesso 1 da biblioteca. Fonte: Desenho da autora, 2018.....	95
Figura Figura 105 - Vista da Fachada principal da edificação sede. Fonte: Desenho da autora, 2018	96

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estimativa aproximada de áreas necessárias para o Espaço das artes. .75	
Tabela 2 - Estimativa aproximada de áreas necessárias para a Sede Administrativa.	76
Tabela 3 - Estimativa aproximada de áreas necessárias para a Biblioteca	76

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1 - A fazenda Magepe-Mirim enquanto objeto cultural	5
1.1 Localização	6
1.2 Breve Histórico.....	9
1.2.1 A mulher colonial: o caso da Fazenda Magepe-Mirim	21
1.3 Ações Protetivas	24
Capítulo 2 - A fazenda Magepe-Mirim enquanto objeto físico	27
2.1 A Sede	27
2.1.1 O Sítio.....	35
2.2 Diagnóstico e sistemas construtivos.....	39
2.3 Mapeamento de Danos.....	60
Capítulo 3 – Projeto de Intervenção.....	65
3.1 Reconhecimento do bem patrimonial e Diretrizes de intervenção	65
3.2 Centro de Memória Magepe-Mirim	72
3.2.1 A Sede.....	80
3.2.2 Anexos.....	90
Considerações Finais	97
Referências Bibliográficas	100
Apêndice 1.....	104
Apêndice 2.....	116
Anexo 1	125
Anexo 2	127

Introdução

Por muito tempo a intervenção em edificações pré-existentes teve como característica a priorização das necessidades ditadas pelos usos que se objetivavam, usos estes que por vezes viriam a prejudicar a unidade da edificação, muitas vezes por diferir dos originais pretendidos na construção daqueles objetos. A partir do Renascimento inicia-se o desenvolvimento de teorias voltadas à restauração com objetivo de respeitar a pré-existência, tornar possível a reversibilidade e distinguibilidade da intervenção, a valorização da documentação e de uma metodologia científica que fosse capaz de atender a multiplicidade de casos que se apresentassem. A preservação¹ do que hoje se define como Monumento Histórico passa a ter caráter cultural após um lento processo, abandonando os problemas de ordem meramente pragmática e passando a se basear em suas características históricas, simbólicas e memoriais (KÜHL, 2006, p.18-19). Encarando o restauro como disciplina autônoma pretende-se ao longo desta dissertação seguir principalmente os preceitos teóricos do “restauro crítico”, baseando-se

[...] no reconhecimento que se faz da obra de arte como tal e enquanto documento histórico, e, portanto, como dado cultural, [...] na análise da conformação da obra em seus aspectos físicos e como imagem figurada, e de suas transformações ao longo do tempo, através de instrumentos de reflexão oferecidos pela filosofia e historiografia da arte, crítica e estética. (KÜHL, 2006, p.22)

O ato da restauração se posiciona como auxiliar na necessidade de diálogo com o passado que o sujeito moderno possui graças ao desenvolvimento de uma consciência histórica (GADAMER, 1998). A sociedade se torna então capaz de reconhecer a necessidade de preservar a própria história e, também, que o Patrimônio Cultural constitui-se além dos bens de valor excepcional, eruditos e documental explícitos, que passa a abranger referências diversas à identidade, ação, memória e saberes do homem.

O campo da preservação do patrimônio cultural se apresenta de maneira complexa, exigindo diretrizes conceituais amplas a serem discutidas com embasamento teórico e associadas a iniciativas eficazes para evitar o perecimento dos bens. No entanto o que se observa cada vez mais é a degradação contínua das edificações históricas sob os mais diversos pretextos, tornando maior o número de bens que se perdem, seja devido ao desuso, mau uso do espaço ou intervenções inadequadas. Há quem acredite que a preservação fundamentada é “algo que apenas limita a ação, que impede o uso de recursos

¹ O termo *preservação* será utilizado ao longo desta dissertação significando o conjunto de medidas necessárias para a sobrevivência de um bem cultural. Estas medidas podendo incluir ações de restauração, proteção e quaisquer outras medidas necessárias para se garantir a recuperação e perpetuação deste mesmo objeto.

criativos e que inviabiliza a adaptação da obra para as reais necessidades contemporâneas” (KÜHL, 2012, p.4), uma posição equivocada, visto que a utilização de embasamento teórico possibilita a salvaguarda de um bem voltado à cultura, sem que se percam seus signos.

A dissertação aqui apresentada tem como foco principal o registro da edificação Sede da antiga fazenda colonial Magepe-Mirim, localizada no município de Magé/RJ, enquanto exemplar da tipologia rural característica do mesmo período na região fluminense e, com base no seu reconhecimento enquanto patrimônio cultural, a elaboração do projeto de intervenção tendo como objetivo a restauração e inserção de um novo uso adequado às necessidades do local e compatível com sua estrutura. Acredita-se na importância da antiga fazenda enquanto legado histórico para o município, na edificação Sede enquanto exemplar tipológico a ser preservado e na crença de que o novo caminho da arquitetura é saber lidar com a pré-existência de maneira respeitosa, “atuar cada vez mais no lugar já edificado. A utopia de construir grandes cidades já faz parte do passado” (FROTA, 2001, p.221 apud MEIRA, 2008, p.17).

Ao longo do processo de busca por uma identidade brasileira, vê-se na arquitetura, início do século XX, uma discussão sobre a imagem característica da casa brasileira. Esta discussão ocasiona as primeiras diretrizes de salvaguarda do patrimônio nacional que, apesar de nos primeiros anos se apresentar de maneira deficiente, é capaz de trazer a tona identificações de tipologias como as construções rurais fluminenses, comuns nos núcleos rurais do *ciclo do açúcar*, onde a antiga sede da fazenda Magepe-Mirim se posiciona. Estas tipologias foram muito bem definidas pelo Engenheiro Joaquim Cardozo² em princípios dos anos de 1940, porém isso não colaborou para que houvesse o desenvolvimento de uma metodologia eficaz de catalogação das mesmas, que passaram a ser identificadas ao acaso, conforme interesses desconhecidos, ocasionando em exemplares perdidos e muitos em estado avançado de deterioração e sem documentação satisfatória reconhecida.

Em função da escassez de dados e cadastros sobre a região do município de Magé, mais precisamente sobre a antiga Fazenda Magepe-Mirim, trabalhou-se através da análise histórica de formação do município e da região, pesquisa iconográfica, levantamento físico *in loco*, produção de cadastro arquitetônico e captura de dados e imagens sobre a região, tanto em aspectos morfológicos quanto aspectos sociais. A partir disto desenvolveu-se um

² Joaquim Cardozo (1897-1978), engenheiro civil de renome, desenvolve os cálculos estruturais de diversas obras importantes da arquitetura modernista brasileira (importantes monumentos de Brasília e o Conjunto Arquitetônico da Pampulha em Belo Horizonte). Possui trabalhos relacionados à poesia, desenho e ensino universitário, dentre muitas atividades, sendo responsável por escritos que contêm ideias significativas para a construção de uma teoria da arquitetura, contribuindo imensamente com seus ensaios sobre tipologias nacionais (as casas rurais fluminenses, casas sobre palafitas do Amazonas, etc). No ano de 2009, a Câmara dos Deputados de Brasília lança uma coletânea com alguns de seus trabalhos, intitulada: *Forma Estática – Forma Estética: Ensaios de Joaquim Cardozo sobre arquitetura e engenharia*, dando merecido destaque às contribuições do engenheiro em comemoração ao seu centésimo décimo aniversário de nascimento.

estudo visando propor, após a compreensão da estrutura, função e transformações ocorridas, um projeto de restauro e intervenção capaz de integrar os espaços internos e externos, o pré-existente e as necessidades contemporâneas.

Um dos fatores de maior contribuição para a inexistência tanto de exemplares rurais coloniais quanto de informações sobre os mesmos se deve, principalmente, ao desuso, a maior dificuldade de produção de um cadastro e, por vezes, de fiscalização. A antiga Fazenda Magepe-Mirim, apesar de ter tido sua área reduzida, só consegue preservar sua edificação Sede³ graças à nova utilidade que a mesma passa a ter no fim dos anos de 1960 enquanto unidade de saúde. É esta utilidade que colaborará para que a edificação chegue ao século XXI, apesar de ter sido ela própria a responsável pela descaracterização de sua estrutura, ao longo dos anos de funcionamento da Casa de Saúde Nossa Senhora da Piedade, a edificação e sítio remanescentes conseguem existir de maneira relativamente íntegra. Ao fim dos anos de 1990, com a falência da unidade, observa-se o princípio do processo de arruinamento da Sede que, apesar de oficialmente esvaziada pelos proprietários, tem em seu lote o funcionamento de atividades irregulares resultantes de invasão.

No primeiro capítulo busca-se compreender a fazenda enquanto objeto histórico e cultural. Qual sua importância local na formação do município de Magé/RJ, principalmente o primeiro distrito, e enquanto exemplar colonial. Consideram-se principalmente autores que tenham dado em sua narrativa destaque ao crescimento urbano do primeiro distrito, bem como Institutos e Fundações governamentais cujos levantamentos quantitativos foram de grande ajuda. Destaca-se também a possibilidade de uma visão contemporânea sobre a narrativa colonial, onde se identifica a participação da mulher de maneira mais ativa numa sociedade que por vezes omite sua presença, contestando o discurso comumente perpetuado pelos que até então tiveram o poder e a propriedade hegemônica das narrativas, ou seja, a Fazenda Magepe-Mirim se coloca como exemplar histórico cuja proprietária mulher possui de autonomia sobre seus bens. Reforçando mais um motivo de importância para o sujeito pós-moderno resgatar a narrativa de formação nacional que necessita de pontos de vista atualizados.

O segundo capítulo tratará da Edificação Sede enquanto objeto físico, demonstrando seus elementos físicos ainda existentes, através do desenvolvimento de levantamento cadastral e fotográfico, e valorando quais elementos reiteram sua preservação. Destaca-se aqui o

³ Sabe-se que as unidades rurais possuíam um modelo habitacional para os proprietários comumente conhecido pelo termo Casa-Grande. Apesar de se reconhecer que esta denominação seja devido ao tamanho de maiores proporções e a sua importância frente à função exercida na propriedade, opta-se pela alcunha de Sede para se referir a esta edificação, principalmente pela associação a uma época de ações opressoras agregado ao termo Casa-Grande que não se intui valorizar.

sistema construtivo enquanto importante elemento para se reconhecer uma tipologia e datar uma edificação e suas modificações ao longo dos anos. Produz-se o Mapeamento de Danos, parte essencial no que diz respeito ao projeto de restauro.

O terceiro capítulo busca sintetizar os tópicos anteriores através do projeto de intervenção para o restauro da edificação sede, possibilitando um novo uso sem que se deturpe seus valores e estruturas características. A valoração da edificação se dá através de seu reconhecimento enquanto monumento de valor não intencional (RIEGL, 2014), associado a determinado momento da história que imbui seu valor histórico (CARDOZO, 2009). Agregando justificativas engendradas em debates profissionais de que os valores identitários se encontram entre os valores mais relevantes, a importância de que o bem tenha uma função útil à sociedade, pois através do novo uso buscará ser reinserido no cotidiano da cidade. Acredita-se no desuso como sendo um dos principais responsáveis pela degradação de um bem, tornando necessário nos primeiros passos relativos ao restauro da antiga Sede da Fazenda Magepe-Mirim já se considerar a relação entre a restauração e o novo programa, podendo assim buscar sua preservação de maneira efetiva e estimular sua capacidade de evoluir conforme as mudanças socioculturais da sociedade, sem que a população futura venha a ser privada de sua existência.

No que diz respeito ao projeto, os princípios fundamentais defendidos principalmente por Brandi⁴ serão norteadores do projeto: Distinguilidade, reversibilidade, mínima intervenção e compatibilidade de técnicas e materiais.

Esta dissertação busca demonstrar, em última análise, a importância que esta edificação recuperada terá não apenas a nível municipal, mas também como exemplar de procedimentos a serem adotados em locais cuja documentação é escassa e ainda assim se pode utilizar a própria arquitetura enquanto documento. Como os novos usos são essenciais na preservação de edificações históricas, sendo também capazes de se tornar agentes catalizadores de modificação na administração da memória local, buscando novas ações que visem a criação de uma identidade para municípios que por vezes não a tem. Por fim, considera-se o projeto de restauro elemento essencial no que diz respeito à associação entre teoria e prática, elementos que são de suma importância quando se tratando da salvaguarda patrimonial.

⁴ Cesare Brandi (1906-1988) foi crítico e historiador da arte italiano, sendo um dos principais nomes da restauração, foi um dos responsáveis por fundamentar o *restauro crítico* no início do século XX.

Capítulo 1 - A fazenda Magepe-Mirim enquanto objeto cultural

A arquitetura civil colonial brasileira ainda se apresenta historicamente de maneira fragmentária, existindo a dificuldade em se criar uma narrativa consistente sobre a mesma, com destaque no presente trabalho no que diz respeito aos engenhos policultores sudestinos. Tais exemplares tem, em sua maioria, narrativas oriundas de conjecturas obtidas a partir do cruzamento de informações em diversas fontes já escassas ou de difícil acesso ao público em geral⁵. Um dos fatores agravantes para obtenção de tais informações foi o incêndio ocorrido nos arquivos da Câmara Municipal da cidade do Rio de Janeiro, em julho de 1790, onde existiam inúmeros registros sobre os engenhos e sua produção. Tal fato é reconhecido e mencionado por Abreu⁶ (2006), ao longo de sua pesquisa investigativa sobre os engenhos policultores existentes na cidade e estado do Rio de Janeiro. Os esforços de localização destes engenhos indica a presença de 136 engenhos de açúcar na capitania do Rio de Janeiro no século XVIII, por vezes não localizados geograficamente. Embora apenas a afirmativa de sua existência em tal número seja capaz de reiterar a importância da região no que diz respeito ao cenário canavieiro colonial, ao mesmo tempo em que indica a necessidade de expansão dos estudos a respeito da agricultura fluminense do período (ABREU, 2006). Estes exemplares têm aparecido cada vez mais nos inventários realizados pelos órgãos patrimoniais e há de se reconhecer sua importância enquanto testemunho das principais atividades econômicas desenvolvidas no Brasil desde o período colonial até o princípio da República.

No primeiro capítulo deste trabalho, o principal intuito será o estudo da fazenda Magepe-Mirim (figura 1) enquanto objeto histórico-cultural, tanto no cenário da colônia quanto no município onde se insere: Magé, região metropolitana do Rio de Janeiro. Sabe-se da existência de fazendas cultivadas e estabelecidas na região, e de sua importância na rota comercial estabelecida entre os portos e o interior do país, tais fazendas por vezes serviam para o repouso dos viajantes que estavam a caminho e que retornavam das Minas Gerais. E, embora pouco se possa atestar fisicamente sobre a existência das mesmas enquanto exemplar arquitetônico é de suma importância o reconhecimento e preservação das estruturas que ainda perduram.

⁵ Parte dos arquivos referentes aos engenhos sudestinos localizados no Arquivo Nacional (Rio de Janeiro), não estão disponibilizados para consulta devido ao seu estado físico comprometido.

⁶Maurício de Almeida Abreu (1948-2011) foi geógrafo e professor titular, coordenador do Núcleo de Pesquisas de Geografia Histórica, no departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Colaborou para o desenvolvimento da geografia história e da geografia urbana do rio de Janeiro, sua obra mais conhecida foi o livro *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*, de 1987.



Figura 1 – Primeiro registro encontrado da Edificação Sede da Fazenda Magepe-Mirim, por volta de 1950. Fonte: Acervo Pessoal de Hélio Silvério.

1.1 Localização

A Sede da Fazenda Magepe-Mirim (figura 2), está localizada no atual 1º distrito do Município de Magé, também de nome Magé (figuras 3 e 4). Ela encontra-se no bairro de Vila Esperança (figura 5), em elevação às margens da rodovia BR 493, estrada do contorno da Guanabara, conhecida como rodovia Magé-Manilha (figura 6). Tendo a área de sua implantação feito parte da Freguesia de Nossa Senhora da Piedade, sua localização estratégica às margens do Rio Magemerim. Apesar da escassez de dados, apresenta menção bibliográfica conhecida sobre a existência de suas terras ainda no século XVIII (PIZARRO E ARAUJO, 1945-46), sendo seguida apenas por informações já no século XX, no ano de 1968, complementada pelas narrativas da memória da população ao longo de seu funcionamento enquanto unidade que fornecia serviço a esta mesma população.



Figura 2 - Sede da Fazenda Magepe-Mirim, a partir da Rua Dona Joaquina. Fonte: Fotografia da autora, 2018.



Figura 3 - Localização do município de Magé em relação aos demais municípios que circundam a Baía de Guanabara no Estado do Rio de Janeiro. Fonte: Autoria própria.

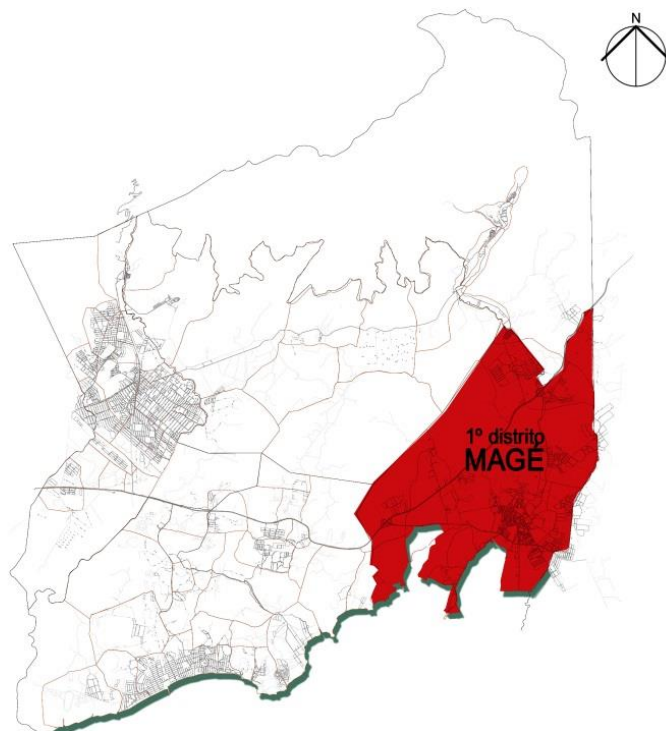


Figura 4 - Município de Magé com destaque para o primeiro distrito. Fonte: Edição da autora sobre cadastral do município.



Figura 5 - Localização do bairro Vila Esperança, onde está localizada a antiga Sede, com destaque para o Rio Magemerim e as rodovias BR 116 e BR 493 (Magé-Manilha). Fonte: Edição da autora sobre cadastral do município.



Figura 6 - Localização da Antiga Fazenda Magepe-Mirim às margens da Rodovia BR 493. Fonte: Edição da autora sobre imagem do Google Earth, 2018.

1.2 Breve Histórico

Para melhor compreensão do objeto, a antiga Sede da Fazenda Magepe-Mirim, é de grande importância o conhecimento do distrito municipal onde se insere e qual o contexto de sua relevância, tais informações serão capazes de auxiliar na compreensão da fazenda enquanto elemento histórico do município e bem cultural para a população. Nos primórdios da ocupação Portuguesa na orla da Baía de Guanabara, observamos a origem do município de Magé. Em meados dos anos de 1558, a coroa Portuguesa busca retomar seu domínio na colônia enviando o terceiro governador geral do Brasil, Mem de Sá, com o intuito de formar missões dirigidas por jesuítas, que viriam a catequizar e transferir aos indígenas os hábitos e costumes portugueses. No século XVI, logo após o período chamado pré-colonial, observa-se oficialmente, através dos acessos entre a Praia de Ipitinga e as margens do Rio Suruí, o princípio do povoado que daria origem ao município (figura 7). Hoje área de proteção ambiental pela forte presença dos manguezais e regiões alagáveis, esta longa faixa inundável recebe os primeiros assentamentos da região após a doação de uma sesmaria a Simão da Motta (1565), doação esta realizada por Estácio de Sá (FIGUEIREDO, 2008).

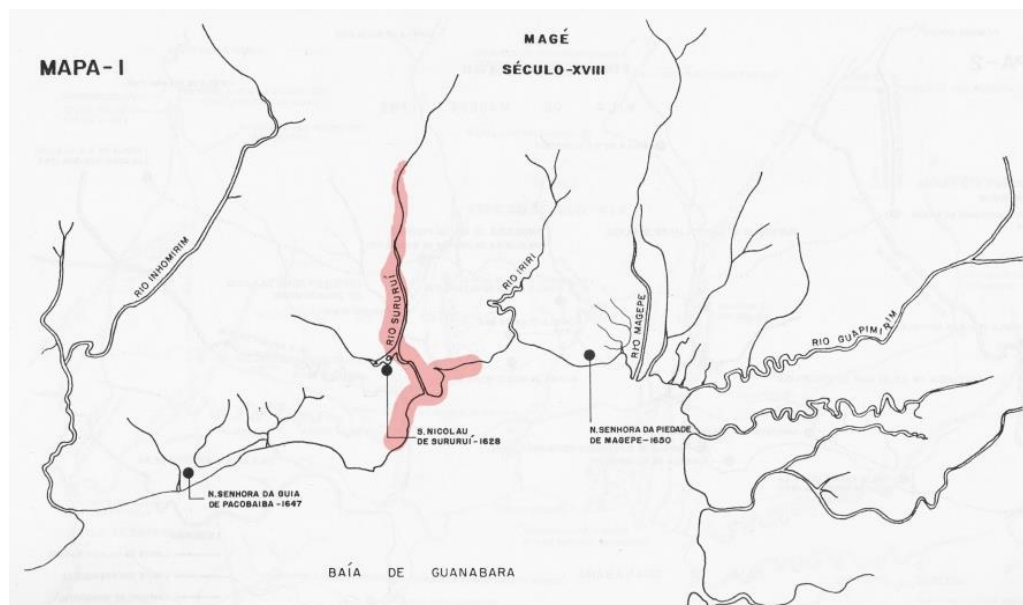


Figura 7 – Praia de Ipitinga e Rio Suruí, principais pontos de acesso à região nos primórdios de sua ocupação, neste mapa do século XVIII vemos indicações das primeiras capelas referentes aos pequenos povoados existentes. Fonte: FUNDREM, 1984.

Cristóvão de Barros, 3º Capitão do Rio de Janeiro e seu 4º Governador, chega ao Rio de Janeiro em 1566 para colaborar na defesa do território do Rio de Janeiro. O Capitão solicita que lhe seja dada uma sesmaria, para que fixe residência na região, recebendo 4.500 braças frente ao mar e 7.500 em direção ao interior. Nessas terras, Cristóvão de Barros constrói o primeiro engenho de cana-de-açúcar nos arredores do Rio Magepe e próximo ao morro da Piedade, atual município de Magé/RJ.

Por volta de 1650, observa-se a construção de igrejas e capelas de localização estratégica em relação à baía da Guanabara, como a área elevada da Piedade. Gerando assim três das principais Freguesias originais da região: Freguesia de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba, Freguesia de São Nicolau de Suruí e Freguesia de Nossa Senhora da Piedade de Magepe. Cujo território era ocupado principalmente pelo cultivo da cana de açúcar e mandioca, constituído por engenhos, igrejas matrizes e suas filiais (figura 8). A área explorada inicialmente ao longo da busca por melhores portos para atracar embarcações na região inicia assim um processo de ocupação e permanência. Podemos citar neste período inicial de ocupação as regiões de Nossa Senhora da Piedade de Magepe, Nossa Senhora da Ajuda de Aguapé-mirim, Nossa Senhora da Piedade de Anhumirim, Nossa Senhora de Pacobaíba e São Nicolau de Suruí (FUNDREM, 1984).

da Vila de Santo Antonio de Sá em atender a região enquanto limite de sua jurisdição graças ao aumento do número de habitantes⁷, cria-se a Vila de Magé a partir das freguesias de Aguapei-mirim, Magepe, Suruí, Guia de Pacobaíba e Anhum-mirim, sendo a nova Vila limítrofe à Vila de Santo Antonio de Sá e a cidade do Rio de Janeiro, com a qual se comunicava principalmente através dos portos, até o surgimento de caminhos por terra no século XVIII (Figura 9).

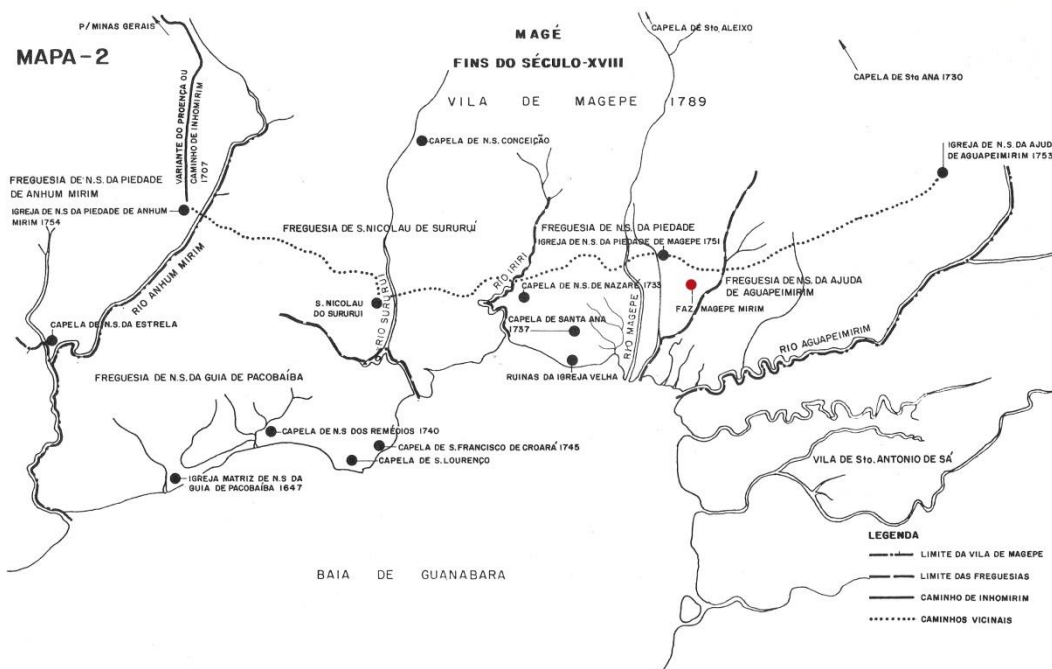


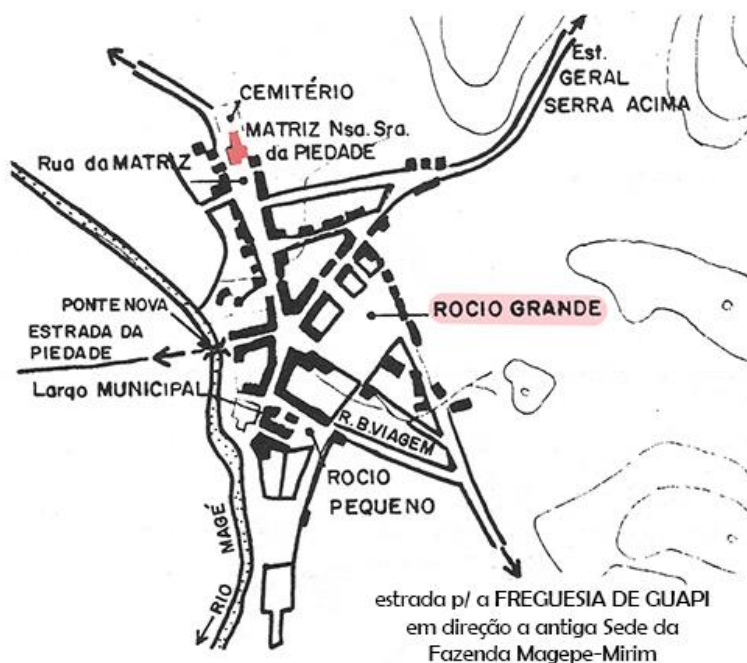
Figura 9 – Mapa síntese da região da Vila de Magepe no século XVIII, indicando as Freguesias, as principais capelas e igrejas, rios, caminhos vicinais e a localização da Fazenda Magepe-Mirim em destaque. Fonte: FUNDREM, 1984. Edição da autora.

Paralela à produção canavieira no município, sua principal atividade econômica no período colonial, observa-se a existência de lavouras de subsistência e exploração madeireira. A Vila possuía um total de 3 engenhos, 16 fábricas de açúcar e, juntamente com outros produtos agrícolas, a produção açucareira era transportada para o Rio de Janeiro a partir dos portos Magepe, Iriri e Inhomirim, através de rios com mesmo nome (FUNDREM, 1984). Ou seja, a região era explorada através do sistema agrário, com função de abastecer a cidade do Rio de Janeiro de produtos básicos e manter portos fluviais que pudessem intermediar as mercadorias tanto em sua chegada quanto em sua partida, ao mesmo tempo em que produziam açúcar para exportação. É também nesta época que se observa na região de Inhomirim a incapacidade de desenvolvimento de um mercado interno que

⁷ Em 1789 a Vila de Magé contava com arraial de 170 casas térreas e 16 sobrados, no caminho compreendido entre o porto grande e a igreja matriz (FUNDREM, 1984).

ocasionasse grande crescimento urbano. A região passa a ter apenas a característica de entreposto, circundada por áreas agrárias, “Não existia um interesse em fomentar o desenvolvimento das povoações no sentido urbano. Estas permanecem e consolidam sua função de abastecedores da crescente cidade” (FUNDREM, 1978, p. 45). Isto faz com que a centralidade econômica e administrativa tenda a se deslocar para os portos onde a permanência se deu de maneira mais consolidada, em conjunto com a existência de Igrejas Matriz com maior austeridade. Tal fator indica, portanto, o desenvolvimento do núcleo urbano de maior destaque próximo ao porto de Magepe e Estrela.

É então, em fins do século XVIII, através de testemunho de Monsenhor Pizarro⁸ (PIZARRO E ARAÚJO, 1945-46), que se encontra a primeira citação conhecida sobre a existência da Fazenda Magepe-Mirim. No terceiro volume do livro “Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil”, é comunicado que, para a fundação de um novo templo religioso, a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade, D. Joana de Barros, viúva do Capitão Ignacio Francisco de Araújo, doa 50 braças de terra quadrada na área de sua Fazenda Magepe-Mirim, em 1747. A necessidade de um novo templo surge por questões de renovação estrutural e maior proximidade da paróquia ao núcleo urbano existente. Sendo este núcleo presente na área que faz parte do Caminho Grande existente na propriedade (Figura 10).



⁸ Monsenhor José de Souza Azevedo e Araújo Pizarro (1753-1830) foi um historiador que desde os fins do século XVIII realiza pesquisas históricas, tendo publicado no ano de 1820 seus relatos sobre visitas realizadas à igrejas e comarcas no recôncavo da Baía de Guanabara.

Figura 10 – Mapa síntese dos anos entre 1858 e 1861, demonstrando o núcleo urbano existente com localização do terreno da Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade em relação aos rócios das terras da fazenda Magepe-Mirim. Fonte: FUNDREM, 1984. Destaques da autora.

Outros fatores de destaque histórico no município podem ser mencionados: a importância de seus portos no século XVIII – ciclo do café –, que escoavam grande parte da produção cafeeira vinda de terras interioranas⁹, e no século XIX; a escolha da região para abrigar a fábrica de pólvora transferida do Rio de Janeiro para a região do Porto Estrela (1831), principal porto da região a época; e a inauguração da Estrada de Ferro Mauá (1854)¹⁰. A movimentação entre a cidade do Rio de Janeiro e o Porto Estrela, agora principal rota da nobreza em direção a suas residências de veraneio na cidade de Petrópolis, inicia sua decadência no fim do século XIX, com a criação da Estrada de Ferro D. Pedro II. A nova estrada proporciona uma nova e melhor rota interligando a cidade do Rio de Janeiro a de Petrópolis e, junto à crise na indústria cafeeira, criam reflexos de esvaziamento da região, falta de mão de obra para produção, escoamento e manutenção de suas principais atividades.

Neste período a região de Magé é atingida pela turbulência das guerras civis republicanas. A cidade representa ponto estratégico contra o governo do Marechal Floriano Peixoto, por possuir localização e provimentos favoráveis a abastecer os navios rebelados. Em 02 de fevereiro de 1894, é ordenado pelo Marechal Floriano Peixoto, a fim de resgatar a cidade das mãos dos revoltosos, a invasão do município por 1.200 homens do 10º e 82º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional e um Esquadrão de Cavalaria, sob o comando do coronel Godolphim. Tal episódio é narrado através de carta enviada ao Jornal do Brasil pelo Dr. Francisco de Siqueira, relatando a barbárie causada no município, com a permissão de saques e abusos de poderes sobre a população existente: “O saque, o furto, o roubo, a destruição da propriedade do cidadão; o desrespeito às famílias, o desacato aos pacíficos habitantes, os assassinatos frios sem forma alguma de processo” (SIQUEIRA apud NAVARRO, 1993, p.14). Longe de ser resgatada, a cidade acaba por ficar em estado lastimável, após a série de atitudes desrespeitosas para com a localidade, seu “comércio outrora florescente, entrou em verdadeiro colapso; aos poucos capitalistas desgostosos, emigraram para a capital, e outras cidades vizinhas” (FERNANDES, 1962, p.48-49).

Apesar deste episódio, a região de Magé, com suas estruturas de estrada de ferro, atrativos de clima úmido e condições geográficas favoráveis, acaba por atrair para si, após este

⁹ Vale do Café: Vassouras, Resende, Pirai, dentre outros.

¹⁰ Instalada por Irineu Evangelista de Souza, o Barão de Mauá, foi a primeira estrada de ferro do país. Funcionava como transporte modal entre a orla de Mauá e a Raiz da Serra. Fazendo parte do caminho percorrido pela nobreza da cidade do Rio de Janeiro em direção à Petrópolis.

período, os novos modelos de indústria oriundos da revolução industrial, importados pelo capitalismo internacional¹¹. A estrada de ferro em direção a Central do Brasil se torna uma nova rota de escoamento de produtos e transporte de passageiros, possibilitando um novo processo de crescimento urbano da cidade, buscando agora a estrada de ferro ao invés dos portos (Figura 11).

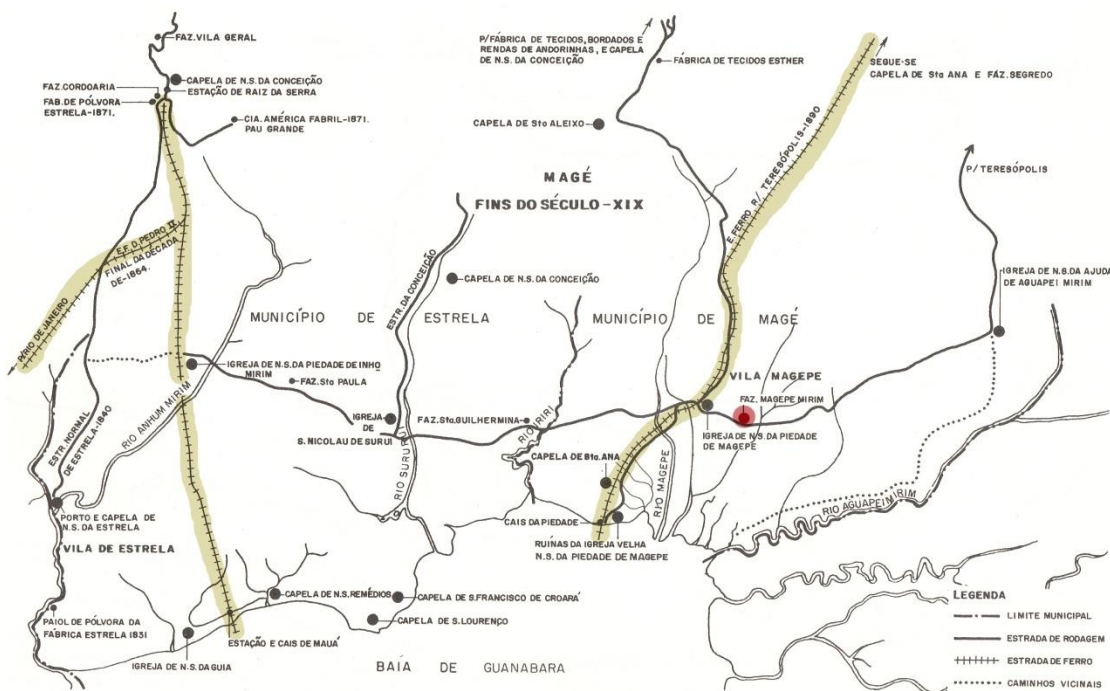


Figura 11 - Magé, fins do século XIX. Localiza-se no presente mapa a inserção das principais ferrovias interligando a orla ao interior, com presença das fábricas de tecido e destaque para a localização da fazenda Magepe-Mirim. Fonte: FUNDREM, 1984. Destaque da autora.

Nota-se também a Fazenda Magepe-Mirim como parte essencial da narrativa de construção do primeiro distrito do município. O eixo de desenvolvimento do distrito até então se dava através daquele que ligava o Rócio Grande ao Porto da Piedade e, após o decaimento deste porto por sua incapacidade de escoar os produtos que ali chegavam e a ineficiência da região contígua ao porto em atender às necessidades básicas locais (PIZARRO E ARAÚJO, 1945-46, p.151), o eixo de ocupação da Vila se torna então o compreendido entre a nova Igreja Matriz e a Sede da fazenda Magepe-Mirim (figura 12). Eixo este que passava também pelo Rócio Grande. A partir de tais dados demarca-se no território atual a distância entre a Igreja Matriz Nossa Senhora da Piedade e a edificação Sede da Fazenda, criando assim

¹¹ Modelos fabris ingleses são implantados nas regiões de vale e subida das serras da região, como Santo Aleixo e Pau Grande. Seguindo diretrizes paternalistas e, por vezes, autoritárias, vemos crescer pequenos centros urbanos entre os anos de 1870 e 1900, afastados ou isolados dos antigos centros e compostos de vilas operárias, escola, igreja, armazéns, banda de música e edifícios de produção. Em inícios do século XX, com a modernização da produção e as guerras na Europa, a produção destas regiões se vê em números crescentes, tendo decaído apenas após os anos 70.

uma área de influência capaz de estimar a extensão de suas terras no eixo direcionado para o antigo Rocio Grande (figura 13).

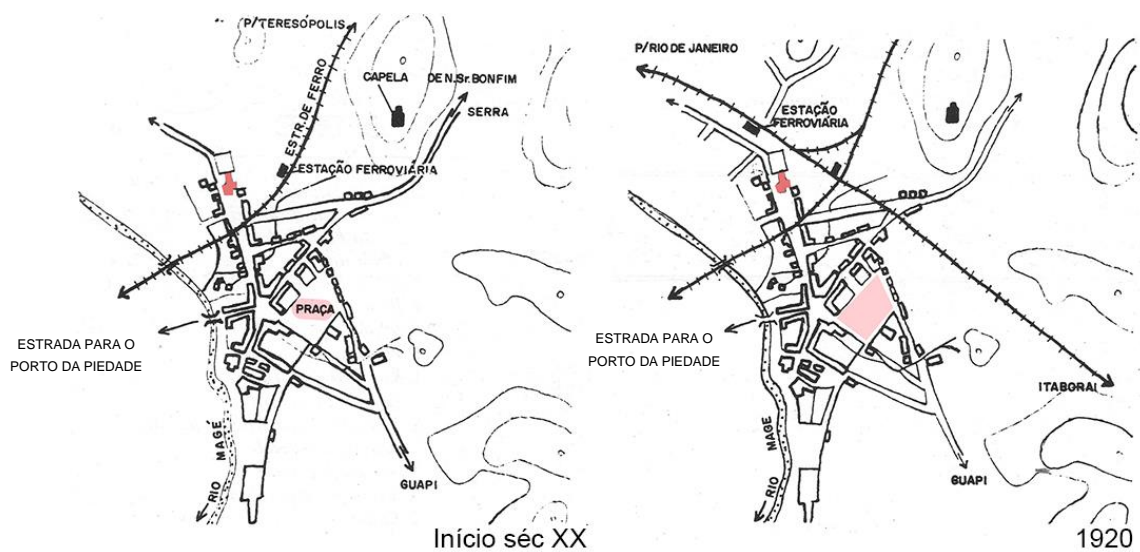


Figura 12 – Evolução do núcleo principal do município de Magé no início do século XX, com destaque para a década de 1920 onde se observa a consolidação do antigo Rocio Grande como Praça Dr. Nilo Peçanha e a implantação da ferrovia interligando a cidade do Rio de Janeiro a Itaboraí. Fonte: FUNDREM, 1984. Destaques da autora.

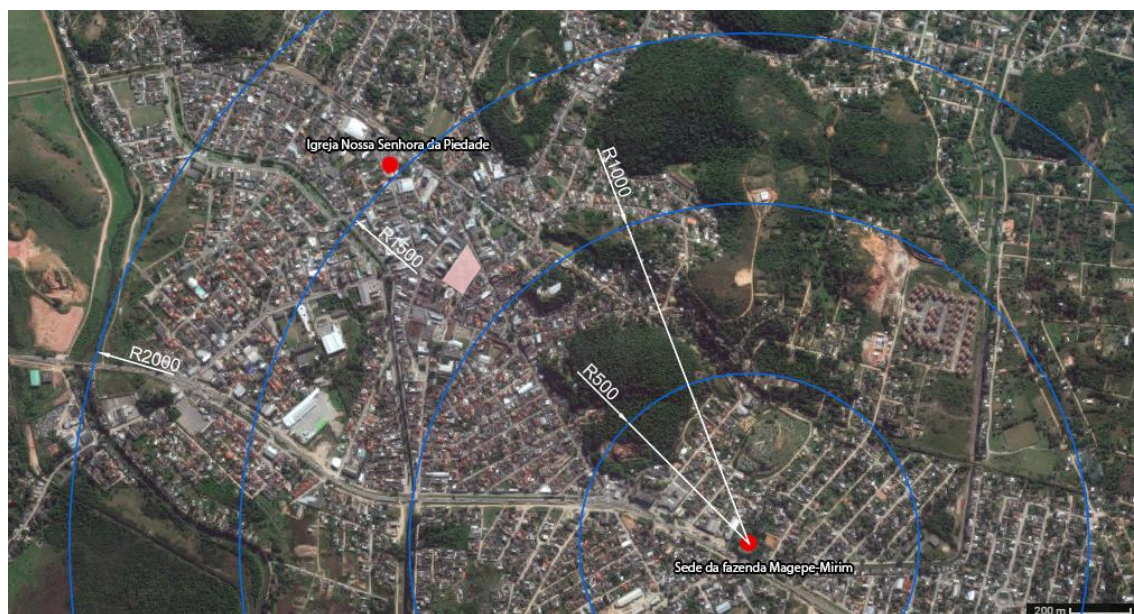


Figura 13 - Estimativa do tamanho da Fazenda no século XVIII, com base na distância entre o edifício Sede e a Igreja Nossa Senhora da Piedade, construída nas terras da Fazenda, e o posicionamento do antigo Rocio Grande na conformação atual do município. Fonte: Edições da autora sobre imagem do Google Earth de 2016.

A cidade tem um novo surto de crescimento no fim dos anos de 1970 e início de 1980, com a criação de uma série de loteamentos nos eixos de expansão do sistema rodoviário composto pela BR 493, que corta o município contornando a Baía de Guanabara. É graças a esse eixo, que várias regiões históricas distintas passam a se comunicar, pois seu traçado pelo município tem como base a ligação dos antigos núcleos urbanos, embora nem sempre coincida com os caminhos vicinais de outrora (figura 14).

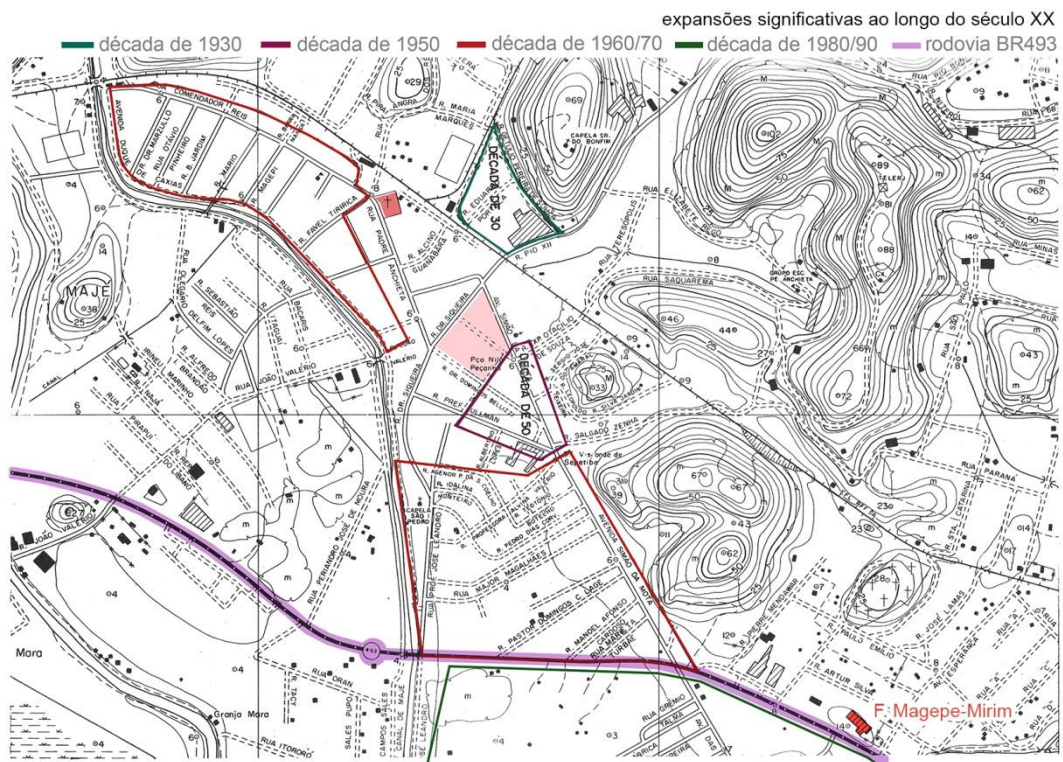


Figura 14– Expansões significativas no núcleo urbano do primeiro distrito ao longo do século XX.

Fonte: FUNDREM, 1984. Edição da autora.

É em 1968 que novas informações sobre a Fazenda Magepe-Mirim se apresentam através de registro em cartório¹² da venda de sua Sede pela sociedade Imobiliária Henot LTDA para a entidade Casa de Saúde Nossa Senhora da Piedade S/A, dando início ao funcionamento da unidade hospitalar no município (figura 15), exercendo principalmente o serviço de maternidade. São nos documentos desta venda que constatamos a presença da antiga Sede da fazenda, numa área agora reduzida a 9.000m². A casa é descrita como:

[...] casa de construção antiga, de dois pavimentos, taqueada, parte ladrilhada e forrada, com escada interna de acesso ao pavimento superior, coberta de telhas tipo 'Marseile', com instalações sanitárias, hidráulicas e elétricas, dividida em quartos, salas, cozinha, com as demais dependências

¹² Estado do Rio de Janeiro. Poder judiciário. Comarca de Magé. Registro de Imóveis. Cartório do 2º Ofício. Matrícula do Imóvel: 43.476.

que lhe são próprias, além de outras benfeitorias existentes. (Registro do Imóvel, matrícula 43.476, ficha 01/06. Cartório do 2º Ofício, comarca de Magé/RJ)



Figura 15 – Edificação Sede da Fazenda Magepe-Mirim por volta dos anos de 1970, com a presença de novo anexo hospitalar. Fonte: Acervo pessoal de ex-funcionário da antiga Casa de Saúde Nossa Senhora da Piedade.

O fim do funcionamento da Casa de Saúde Nossa Senhora da Piedade nos anos 90, dá início a uma série de Penhoras no imóvel, sendo a primeira, em 1994, de autoria do IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social), parte do atual INSS (Previdência Social – Instituto Nacional do Seguro Social). A estrutura constando da antiga Sede da Fazenda e de anexo, em formato de pavilhão, são então esvaziadas (figura 16).

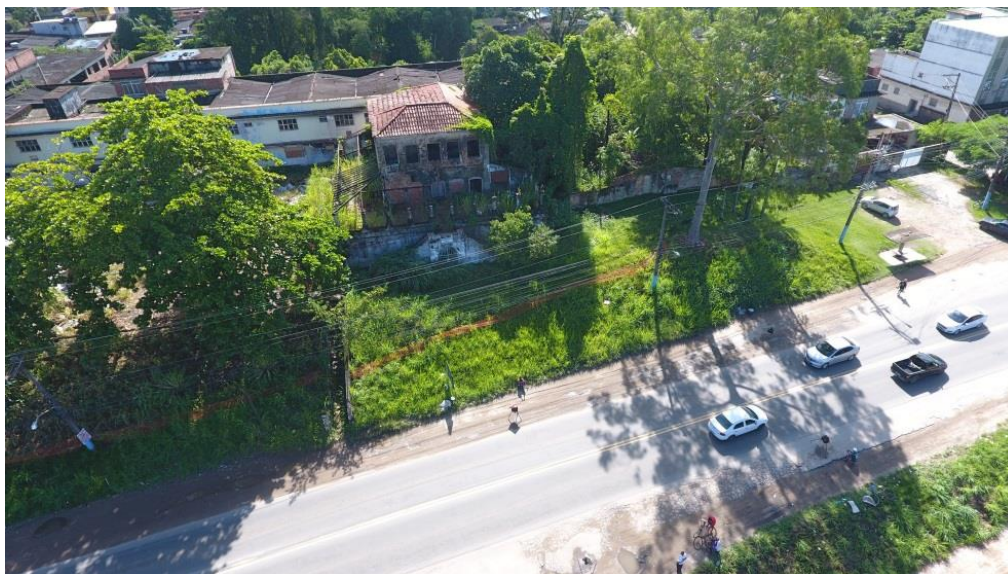


Figura 16 – Edificação Sede e anexo pavilhonar atualmente esvaziados pelo uso hospitalar. Nota-se a presença significativa da rodovia frente ao lote. Fonte: Fotografia da autora, 2017.

Esta estrutura esvaziada e em estado arruinado se vê em meio ao último grande surto de construções e novos loteamentos no município. Este novo processo é observado com o início das obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ. Proporcionando nos anos recentes (princípio do século XXI), ao invés da expansão no eixo Magé – Duque de Caxias, o crescimento dos loteamentos no eixo oposto: Magé – Itaboraí (figura 17).



Figura 17 - Novo sentido de expansão do município de Magé em direção ao COMPERJ. Observa-se a conurbação das áreas centrais mais antigas com as expansões dos loteamentos que antes apenas margeavam a BR 493 de maneira isolada. Fonte: Edição da autora sobre imagem do Google Earth,

2017.

A partir destas evoluções, observa-se que este distrito tem seu desenvolvimento urbano dado de maneira não planejada, apresentando problemas estruturais característicos da maior parte das cidades brasileiras, sem previsão de planejamento para suas expansões futuras. Registra-se a redução da área da Fazenda para terreno de 9.000m² (figura 18) na venda da propriedade em 1968, se tornando este lote elevado parte de um entorno predominantemente residencial com uma média de gabarito de dois pavimentos. Este entorno é considerado pela prefeitura como Zona Urbana de baixo grau de ocupação, sendo sua taxa de ocupação permitida 70%¹³. O loteamento é consideravelmente recente, com a presença de comércios de bairro, oficinas e ferro velho não regulamentados em terrenos ocupados de maneira irregular. Como a maior parte do município, o bairro de Vila Esperança carece de equipamentos de lazer e cultura, não tendo espaços livres públicos preparados para receber a população, ao mesmo tempo em que apresenta ausência de urbanização e saneamento em grande parte de suas vias.

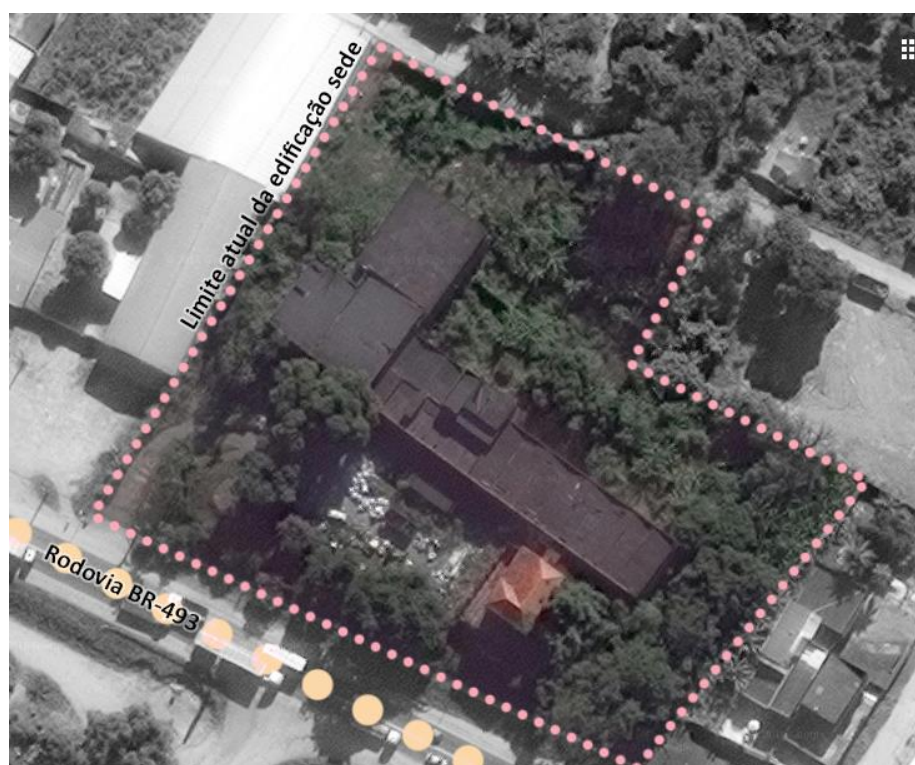


Figura 18 - Limite atual do lote, com presença da edificação Sede da Fazenda Magepe-Mirim em elevação às margens da rodovia BR 493. Fonte: Edição da autora sobre imagem do Google Earth de 2016.

¹³ Lei nº1.026/991. Código de Parcelamento do Solo do Município de Magé.

A área está localizada em área de baixada, com proximidade ao Rio Magerim e áreas verdes ainda não ocupadas. O município não possui programa de despoluição de rios ou planejamento adequado para o despejo dos resíduos das residências do bairro Vila Esperança, muitas vezes canalizados direto para o rio próximo. Fator que prejudica a grande área de manguezais existente no desemboque do rio na baía de Guanabara, área esta que se encontra entre as APAs de Guapimirim e Suruí. E que, segundo estudos recentes realizados pelo Ministério do Meio Ambiente¹⁴, se encontra inserida na Área Nacional Prioritária MC-811, Baía de Guanabara e áreas adjacentes, com alta prioridade de proteção ambiental, visando o manejo e recuperação de seu bioma.

1.2.1 A mulher colonial: o caso da Fazenda Magepe-Mirim

É reconhecido na maioria das narrativas sobre a imagem da mulher colonial, com enfoque na mulher branca de classes mais abastadas, que a mesma vivia em enclausuramento e constantemente vigiada, raramente vista fora de seu lar, sem costumes de passeios ou encontro com visitantes, sendo a responsabilidade sobre seu controle passada do pai ao marido ou tutor. Dentro deste ambiente de controle, a mulher era dita responsável por perpetuar os valores familiares, suas tradições e ensinamentos. Todas as funções possíveis de se realizar dentro da residência seriam realizadas por ela, desde ensinar os filhos a ler, quando o sabia, passando pela supervisão dos trabalhos dos escravos e obrigações religiosas. Reitera-se que esta descrição da família patriarcal, onde todos dependiam do homem único detentor do poder econômico, social e cultural, ainda é o modelo reconhecido e perpetuado historicamente.

Este tratamento da mulher como objeto e não sujeito, pertencente ao interior menos acessível da residência, é reiterado por uma sociedade que foi resultado da normatização da mulher pretendida pela cristandade ocidental no processo civilizatório europeu.

Fundamental no processo, localizar o papel do marido: cabeça da mulher, que cuida para que ela cumpra os encargos da profissão cristã. [...] As mulheres deveriam ser fiéis, submissas, recolhidas e sobretudo fecundas. O marido passava a ser o único elo de ligação com o mundo. Assim, aquele torna-se uma espécie de porta-voz das demandas de adestramento propostas pela Igreja, além de ser motivo para um sutil processo de culpabilização, pois em torno dele se mostraria uma estratégia de gratidão escravizante. Os maridos deveriam ser dominadores, voluntariosos,

¹⁴ Áreas Prioritárias para a Conservação, Uso Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira: Atualização – Portaria MMA nº9, de 23 de janeiro de 2007.

insensíveis e egoístas no exercício da vontade patriarcal. (SIQUEIRA *et al*, 1994, p.153)

Na narrativa da fazenda Magepe-Mirim, observa-se a possibilidade de uma visão ampliada, ainda dentro do grupo social dominante, mas dando margens ao questionamento dos locais da mulher colonial. Este questionamento só se torna possível graças às novas interpretações realizadas pela criação de um senso histórico no sujeito moderno, que se recusa a “seguir ingenuamente uma tradição ou um conjunto de verdades aceitas tradicionalmente” (GADAMER, 1998, p.18), rompendo com as perspectivas defendidas dominantes devido à nova capacidade reflexiva adquirida no que se reconhece como “consciência histórica”, ou seja,

A consciência histórica já não escuta beatificamente a voz que lhe chega do passado, mas, ao refletir sobre a mesma, recoloca-a no contexto em que ela se originou, a fim de ver o significado e o valor relativos que lhe são próprios. (GADAMER, 1998, p. 18-19)

Dito isto, a existência de fortes indícios da viúva do Capitão Ignácio Francisco de Araújo como responsável pela administração das terras é capaz de ser reiterada por sua autoridade no que diz respeito à doação das terras para a construção da nova Igreja Matriz local (PIZARRO E ARAÚJO, 1945-46, p.152). Não são conhecidas fontes históricas que narrem mais profundamente a questão da propriedade, ausência narrativa esta que se prolonga até meados do século XX. No entanto, o que se observa a partir deste ponto é uma questão que já vem sendo discutida em diversas áreas: o silenciamento das fontes em relação ao papel da mulher nas ciências, artes e afins. Seja por não mencionar o papel das mulheres ou por mencionar e negligenciar sua presença, graças ao olhar coletivo que assume a postura da visão masculina enquanto dominante. Gilberto Freyre já menciona, nos anos de 1980, a existência de mulheres senhoras de engenho no nordeste, em sua obra ‘Casa Grande & Senzala’ (FREYRE, 2003).

E ao longo da descrição espacial da casa colonial comumente utilizada nos memoriais de arquitetura, se perpetua o estereótipo do senhor de engenho que possuía através dos primeiros cômodos da casa o controle de quem entrava e saía da mesma, e que as mulheres estavam relegadas a permanecer nos cômodos privados, mais interioranos da casa, apenas podendo ir além deles se autorizada pelos maridos. Isto leva a um tratamento complacente do fato de que existiam senhoras de engenho, mulheres proprietárias dos engenhos e partidos¹⁵. E ignora-se principalmente o contexto ao se considerar a maior parte destas mulheres enquanto cristãs-novas.

¹⁵ Partidos são plantações de cana-de-açúcar sem a presença do engenho refinador.

Segundo a lei portuguesa, as mulheres eram consideradas inferiores aos homens. Tinham que obedecer a seus pais, maridos e eventualmente, seus filhos. [...] Apesar dessa situação [...] as cristãs-novas, ao lado de seus pais, maridos e filhos, desempenharam um papel ativo na sociedade fluminense. Mais da metade delas estava ligada à atividade agrícola, como donas de partido de cana, senhoras de engenho, ou como esposas, mães e filhas de senhores de engenho ou donos de partido e frequentemente administravam os engenhos e propriedades. (GORENSTEIN, 2008, p.117)

E diferente das mulheres portuguesas em Portugal e na colônia, que eram analfabetas de maneira geral, mais da metade das cristãs-novas fluminenses eram alfabetizadas. Isto, obviamente, não vai afirmar que estas casas chefiadas por mulheres, tenham uma espacialidade distinta. Mas possibilita a construção de outros olhares e de outros lugares de fala, que rompam com aquele, ainda hegemônico no pensamento ocidental moderno. Pois além de inserir o silenciamento da história feminina, imposto pelo patriarcado, insere a narrativa conduzida por um Estado Cristão, comumente aliado ao poder político vigente.

Graças ao conhecimento deste fato, quando se faz uma leitura da fazenda Magepe-Mirim e de seu entorno, algo que chama a atenção é o fato da rua frontal à fazenda, agora cortada pela rodovia, se chamar Rua Dona Joaninha, uma maneira de questionar a importância dessa mulher na região. Levantando também o questionamento sobre quem era Joana de Barros, além da viúva de um capitão que assinou uma doação de terra, numa sociedade em que mais da metade da população livre era composta por mulheres (DEL PRIORE, 2008, p.64).

Em artigo intitulado 'Mulheres de açúcar', Mary del Priore¹⁶ (2008) discorre sobre as filhas e viúvas dos senhores de engenho, lavradores ou roceiros, muitas vezes perseguidas pelo Santo Ofício da Inquisição, e que tocavam propriedades como senhoras das fazendas/engenhos. Algumas destas mulheres saíram do anonimato e são descritas em episódios históricos e descrições de viajantes. Afirma ainda a autora sobre a existência de uma espécie de matriarcado não comentado, em diversas regiões fluminenses.

A partir daí, ao se investigar a proprietária, descobre-se que ela é filha de Ines Ayres, anciã que faleceu nos cárceres da inquisição portuguesa, e cuja rede familiar é reconhecida pela transmissão do criptojudáismo entre seus membros. Através do processo inquisitório de Joana de Barros¹⁷ sabe-se ter sido ela ensinada na Lei de Moisés, reafirmando sua posição na sociedade enquanto cristã-nova que se apresenta voluntariamente ao Santo Ofício da Inquisição como forma de demonstrar sua fidelidade ao cristianismo e buscando uma menor

¹⁶ Mary Del Priore (n.1952) é uma historiadora e professora universitária brasileira, especialista em história do Brasil.

¹⁷ IAN/TT/IL, Processo de Joana de Barros, n.868 (GORENSTEIN, 2008).

pena frente às acusações. No caso de Joana, ela permanece apenas três meses encarcerada (GORENSTEIN, 2008, p.135). Ou seja, Joana se insere num contexto feminino, ainda mais silenciado pela documentação existente, possibilitando novos caminhos para investigação e reconhecimento de seu papel na história da fazenda Magepe-Mirim e do município de Magé/RJ.

1.3 Ações Protetivas

Desde o início do século XX tem-se início a ampliação da preocupação em proteger e debater o patrimônio nacional, ocasionado por uma busca identitária em diversas áreas dos saberes. Nos anos que se seguiram são criadas uma série de medidas e órgãos em várias esferas do poder voltados para a preservação do patrimônio cultural, buscando regulamentar a conceituação e um programa de proteção para o mesmo.

Algumas atitudes tomadas em relação à preservação do patrimônio podem ser consideradas: a realização de inventário demonstrando o reconhecimento e registrando a existência dos bens culturais e ambientais, bem como a inserção em Planos Diretores de diretrizes a serem tomadas em relação a este mesmo patrimônio das cidades frente ao desenvolvimento urbano e futuras expansões. É também no tombamento de bens que se tem parte essencial da proteção do patrimônio cultural. O tombamento é um ato administrativo realizado pelo poder público, onde se registra o bem em livros específicos dos órgãos do Estado que visam gerir o patrimônio em sua esfera de poder, para que se coíba sua destruição ou descaracterização através de legislações específicas. Sendo importante deixar claro que este ato não interfere na propriedade do bem, mas garante que interesses pessoais não serão sobrepostos aos interesses da coletividade.

Ao longo da evolução e ampliação do conceito de patrimônio cultural, depara-se também com a dificuldade em implantar uma política preservacionista no Estado Brasileiro. Os órgãos responsáveis geralmente adotam uma postura empírica, pontual e emergencial, lidando com a educação patrimonial por vezes de maneira meramente informativa (SIVIERO, 2015, p.83). É principalmente a postura emergencial a responsável por criar reflexos no patrimônio como o testemunhado no caso da Fazenda Magepe-Mirim.

A antiga Sede da Fazenda Magepe-Mirim, apesar de sua existência mencionada e reconhecida, carece de documentação escrita unificada e pública sobre sua trajetória. Tal fato se apresenta como grande empecilho na criação de uma narrativa histórica sobre a edificação que, aliada à falta de interesse das autoridades, impede o registro e proteção do exemplar enquanto testemunho histórico da arquitetura civil colonial. Ao considerar primeiramente o patrimônio enquanto instrumento político e oportunidades de gentrificação,

a política preservacionista abre precedentes para o abandono e desaparecimento de exemplares cuja localização não lhes parece favorável.

No início dos anos 80, mais precisamente em 1984, a Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), realiza uma série de inventários de bens culturais dos municípios da região metropolitana do Rio de Janeiro. A FUNDREM tem como objetivo trazer a público não apenas a história da região e os reflexos na evolução urbana da área, mas também os exemplares arquitetônicos significativos da mesma. O município de Magé é contemplado com um inventário de seus bens, onde a Fazenda Magepe-Mirim é inserida, ainda em estado de conservação regular. Os técnicos responsáveis por tal inventário descrevem a fazenda como construção rural do fim do século XVIII (Figura 19), principalmente por suas características:

[...] dois pavimentos no corpo central, circundada por largo alpendre apoiado em colunas toscanas, partido típico das construções rurais fluminenses. O acesso à fachada principal se faz por uma escada em dois lances que chega ao vão central. (FUNDREM, 1984)

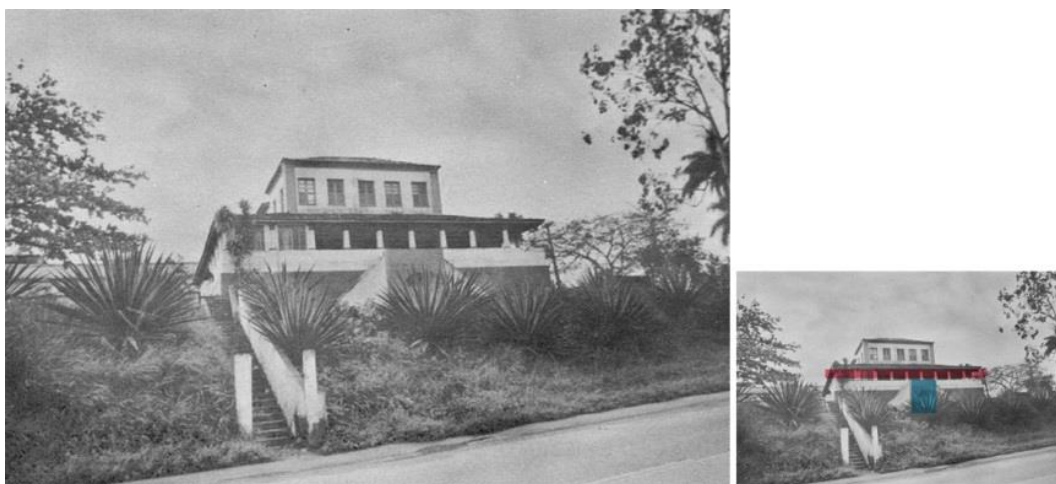


Figura 19 - Vista Frontal da Antiga Sede da Fazenda em 1983, com destaque para o alpendre e o oratório. Fonte: FUNDREM, 1984. Edição da autora.

Contando apenas com este inventário como documentação inicial, em princípios dos anos 2000, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC) através de pesquisa sobre os ciclos econômicos coloniais¹⁸, identifica e reconhece uma série de caminhos existentes na época do Ciclo do Ouro no estado do Rio de Janeiro, dentre eles a Variante do Proença, localizada no município de Magé/RJ. Este caminho não apenas se apresentava como

¹⁸ INEPAC. *Ouro, Café, Açúcar e Sal* – Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis. Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro. Fevereiro de 2004.

importante rota de comunicação e transporte de bens, mas também exercia influência sobre uma série de caminhos vicinais na então Vila de Magepe, e no ano de 2004 a Fazenda Magepe-Mirim é localizada pelo INEPAC, como estando presente nesta rota de influência.

Apesar de tais colocações a Fazenda não foi tombada nem pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nem pelo INEPAC e só vem a ser tombada a nível municipal em 2013¹⁹, reiterando a cultura nacional do tombamento emergencial de bens. Este tombamento se dá devido a ameaças de demolição ocorridas pela privatização da BR 493, onde a concessionária responsável pela administração cogita demolir parte da escadaria principal de acesso à área elevada onde está implantada a edificação. Após isto, a secretaria responsável pelo patrimônio municipal dá entrada no pedido de tombamento a nível federal no IPHAN, que é indeferido em 2014²⁰. As justificativas na esfera federal para a não proteção da edificação sede seguem diretrizes baseadas no Decreto-Lei nº 25, de 30 de Novembro de 1937, indicando que seu estado físico encontra-se deveras comprometido, sua degradação não permitia observar qualquer valor excepcional que justificasse o tombamento da mesma e que a importância da edificação se dá apenas na localidade, por sua vinculação estar ligada diretamente a fatores históricos no município.

¹⁹ Boletim Informativo Oficial da Prefeitura de Magé nº 470, de 1º a 15 de junho de 2014, p.9-11. Ver anexo 1.

²⁰ Ver Anexo 2.

Capítulo 2 - A fazenda Magepe-Mirim enquanto objeto físico

A antiga Sede da fazenda Magepe-Mirim (figura 20) encara a mesma realidade de tantos outros exemplares arquitetônicos coloniais cuja documentação ocorre por vezes em circunstâncias ocasionais, sem um foco específico (CARDOZO, 2009, p.80). Através deste capítulo pretende-se apresentar os elementos físicos ainda existentes que possam inserir a antiga Sede em uma tipologia específica das casas rurais fluminenses do período colonial. Para tal fez-se o levantamento físico buscando a produção de um cadastro, até então desconhecido, utilizando-se do auxílio de manuais técnicos dos órgãos patrimoniais e de referências relativas a patologias para que se possa identificar quais os principais agentes patológicos presentes na edificação e como eliminá-los, iniciando o processo de restauração para a inserção posterior de um novo uso. Sendo assim, tem-se como objetivo principal deste capítulo a documentação física, levantamento do estado de conservação e proposta inicial de reabilitação da edificação e seus principais elementos característicos a nível estético e estrutural.



Figura 20 - Sede da Fazenda Magepe-Mirim. Fonte: Fotografia da autora, 2017.

2.1 A Sede

A discussão patrimonial sobre a imagem característica da casa brasileira em princípios do século XX é de grande importância nas primeiras diretrizes de salvaguarda do patrimônio nacional.

[...] com a criação do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, 1937), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), reuniram-se os mais importantes nomes da cultura brasileira da época em defesa do nosso patrimônio. Nomes relevantes [...] como Rodrigo Mello Franco de Andrade, Lúcio Costa e Paulo Santos, só para citar alguns, referem-se a essas casas como uma tipologia que caracteriza a arquitetura do período colonial do século XVIII no Rio de Janeiro. (VAN BIENE, 2007, p. 4)

Nos anos de 1940, Joaquim Cardozo, engenheiro civil e ensaísta em diversas outras áreas do conhecimento, levanta a questão da existência de tipologia rural característica do então distrito federal e estado do Rio de Janeiro, destacando sua importância histórica na formação socioeconômica do país. Esta tipologia pôde ser encontrada nos núcleos rurais do ciclo do açúcar, tendo suas atividades gerais setorizadas ao longo da *casa-grande*, engenho e senzala, em alguns casos acompanhados por uma capela (CARDOZO, 2009, p. 79). No fim do século XVIII, em suas viagens pelo interior da colônia, Monsenhor Pizarro menciona a existência de três engenhos na região da Vila de Magepe (PIZARRO E ARAÚJO, 1945-46, p.149). Defendemos a fazenda Magepe-Mirim como sendo um destes engenhos policultores sudestinos por sua localização na rota do ouro e que, diferente do engenho nordestino, produzia cana-de-açúcar e outros produtos úteis para o abastecimento dos viajantes e núcleos urbanos mais próximos, inserindo assim a fazenda Magepe-Mirim no período em que tais tipologias pertencem.

Joaquim Cardozo (2009) afirma existirem quatro grupos classificatórios para as tipologias das casas rurais do então distrito federal, onde a sede aqui discutida encaixa-se no quarto grupo. Era essencial dentro desta tipologia que as sedes fossem implantadas em localizações privilegiadas, tal qual feito na Fazenda Magepe-Mirim, era importante a proximidade ao rio e a posição elevada do terreno (Figura 21). Desta elevação os proprietários eram capazes de observar suas terras, acompanhar as funções nela executadas e, em conjunto com as largas varandas circundantes, realizar uma espécie de “vigília, controle” (BITTAR et al., 2010, p. 118), ao mesmo tempo em que tais varandas proporcionavam uma amenização climática na edificação.

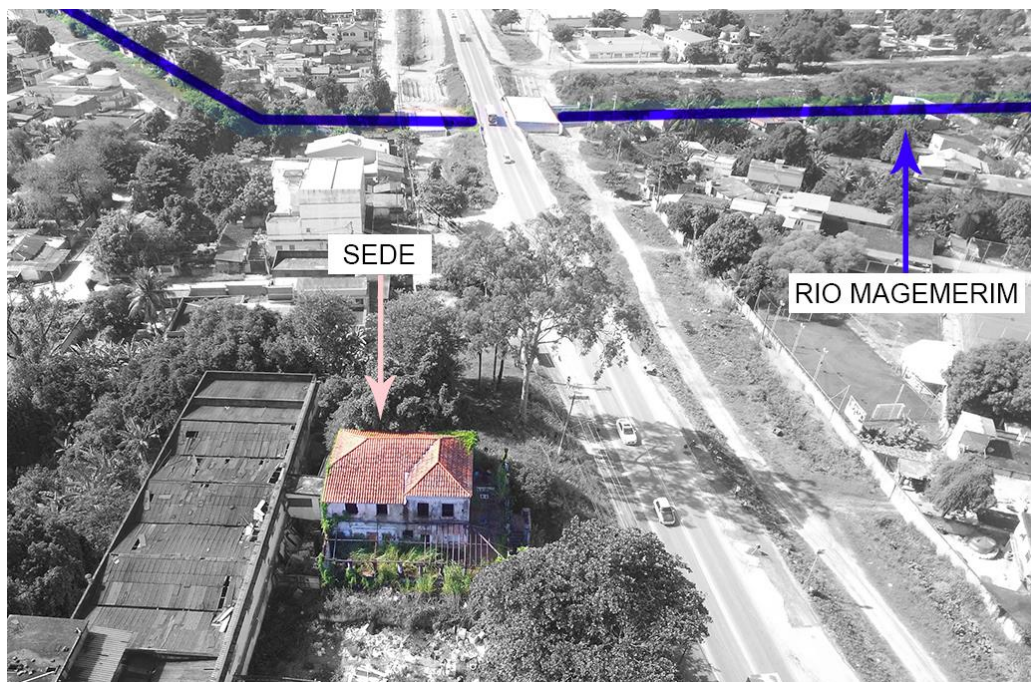


Figura 21 - Localização atual da Sede da Fazenda Magepe-Mirim, em terreno elevado, e sua localização em relação ao Rio Magemerim. Fonte: Edição sobre fotografia da autora, 2017.

Ainda segundo Joaquim Cardozo, estas edificações não possuem data posterior a 1750 e podemos encontrar semelhanças entre a sede Fazenda Magepe-Mirim com outros exemplares como a sede da Fazenda do Colubandê (São Gonçalo/RJ) (Figura 22) e, principalmente, com a sede do Engenho d'Água (Jacarepaguá, Rio de Janeiro/RJ) (Figura 23). Tendo sido todas elas construídas em alvenaria, posicionadas em terrenos irregulares, com seus acessos principais dados através de escadas implantadas diretamente sobre a terra com “guarda-corpos toscos e espessos, mas quase sempre fazendo com o resto do edifício um acordo sincero e perfeito” (CARDOZO, 2009, p. 87). A sede do Engenho d'Água pode ser mais bem associada à existente na Magepe-Mirim por apresentar o corpo central de dois pavimentos e seu acesso principal através de escadas centralizadas à fachada principal. Embora estas escadas de acesso não se apresentem em modelos idênticos nos exemplares, suas variações são limitadas a três ou quatro tipos, o que permite que as propriedades mantenham tanto uma escada principal de maior destaque, quanto a escada lateral, adjacente ao alpendre, este sim característico em todos os exemplares.



Figura 22 - Sede da Fazenda do Colubandê. Fonte: Autor desconhecido. Disponível em <<http://tvwin.com.br/noticias/fazenda-colubande-vai-virar-sede-da-gm/>>. Acesso em 28 dez. 2017.



Figura 23 - Sede da Fazenda do Engenho d'Água. Fonte: Autor desconhecido. Disponível em <<http://mapio.net/pic/p-96976054/>>. Acesso em 28 dez. 2017.

O alpendre, elemento mais característico deste grupo classificatório, possui além do caráter social, importante participação técnica e arquitetônica na estrutura do telhado. O ritmo apresentado pelos caibros, bem como suas dimensões, pode remeter aos claustros conventuais (CARDOZO, 2009, p.39) ou mesmo originada graças à exploração portuguesa no Oriente (VAN BIENE, 2007, p.15), não sendo possível afirmar se tal manifestação se deu em realidade por gosto arquitetônico ou pelas soluções funcionais e de técnica construtiva (CARDOZO, 2009, p. 92-93), visto que sua presença mais que proteger dos raios solares trazia enorme benefício de proteção de seus materiais em relação às chuvas:

Diz-se [...] que os beirais das nossas velhas casas tinham por função proteger do sol, quando a verdade é no entanto bem outra. Um simples corte faz compreender como, na maioria dos casos, teria sido ineficiente tal proteção; e os bons mestres jamais pensariam nisso, mas na chuva, isto é, afastar das paredes a cortina de água derramada do telhado. (COSTA, 1975, p.95 apud VAN BIENE, 2007, p.14)

O que se pode de fato afirmar sobre os exemplares executados são suas colunas de fustes de seção circular com capitéis do tipo toscano (Figura 24), acompanhando a forma circular das colunas (CARDOZO, 2009, p. 96). Estes capitéis sendo muito bem executados, em alvenaria, com tipo de tijolo adequado repousando em bases circulares sobre estilobatos de sessão quadrada, cuja continuidade se dá através de estereobátos revestidos em mármore. Na estrutura existente da fazenda Magepe-Mirim as colunas são os elementos melhor preservados, os mármorees ainda se encontram presentes em grande parte destes estereobátos (Figura 25). Estas colunas permitem vislumbrar através de seus vãos, na fachada principal, espécie de moldura em direção à Baía da Guanabara, o morro do corcovado (INEPAC, 2003).

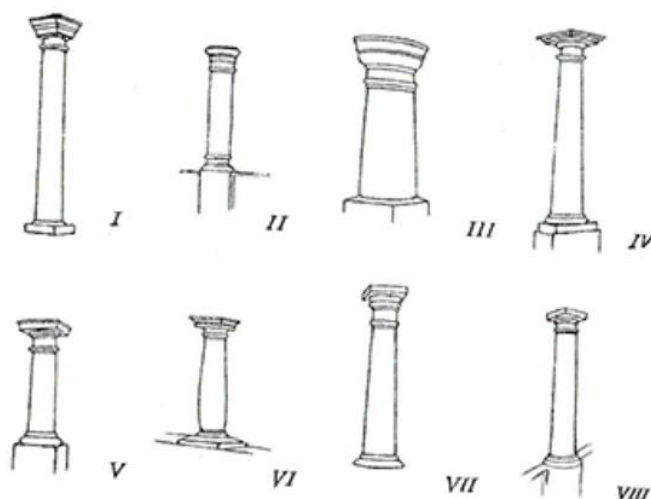


Figura 24 - Variações das colunas encontradas em alguns dos exemplares desta tipologia, apresentado por Joaquim Cardozo. Fonte: CARDOZO, 2009, p.101.



Figura 25 - Coluna em quina da fachada principal indicando as peças de mármore ainda presentes nas partes mais inferiores das colunas. Fonte: Edição sobre fotografia da autora, 2017.

Suas fachadas apresentam ritmo que acompanha as esquadrias do segundo pavimento ainda notável apesar das modificações feitas na fachada térrea. Segundo denominação conferida por Joaquim Cardozo (CARDOZO, 2009, p.86), os cômodos voltados para o alpendre e sem qualquer abertura a não ser a porta destinada ao acesso, configurariam alcovas para os hóspedes. Este posicionamento anterior das ditas alcovas era comum nestas residências como maneira de não trazer hóspedes para o convívio familiar direto, não os permitindo acesso ao interior da casa. Nas paredes hoje sem revestimento, nota-se a diferença de materiais conforme suas épocas, permitindo delimitar cada um ao seu próprio tempo e facilitando assim as futuras escolhas a serem tomadas no que diz respeito ao projeto de restauro.

Nas fachadas observam-se esquadrias com vãos de altura maior, para melhor iluminação do interior que em sua época eram modestas com folhas de madeira maciça (internamente) e tipo guilhotina em estrutura de madeira com fechamento em vidro (externamente) (Figura 26 e 27). Esta distribuição sendo recomendada para a proteção que a guilhotina externa em vidro e os grandes beirais do telhado proporcionam às folhas de madeira internas, controlando ainda a luz em seu interior. Tal arranjo também é corroborado pelo recuo permitido graças às paredes mais grossas existentes.

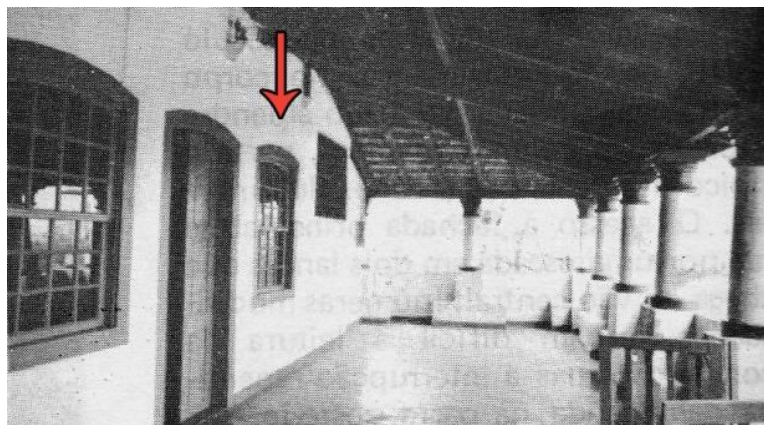


Figura 26 - Indicação de esquadrias do tipo guilhotina existentes na fachada principal em meados dos anos de 1980. Fonte: FUNDREM, 1984.



Figura 27 - A mesma esquadria indicada na fotografia anterior, agora no ano de 2003, demonstrando a existência das folhas internas. Fonte: Fotografias de L.H. de Paula. INEPAC, 2003.

As paredes autoportantes em tijolo de barro cozido possuem espessuras maiores, principalmente em suas faces voltadas para o exterior, o corpo principal, sempre sóbrio e rústico nestes exemplares. Interiormente, principalmente no segundo pavimento, observa-se a escolha de fechamentos em pau a pique que, infelizmente, se encontram em avançado estado de degradação, pois seus usos internos foram adaptados para áreas molhadas sem o devido cuidado.

Em uma sociedade majoritariamente católica, a capela destas fazendas apresenta destaque enquanto elemento sempre presente. Geralmente existindo o oratório modesto no interior da edificação e uma capela externa para realização de atividades religiosas de presença ampliada. Estas capelas apresentavam-se nos diversos exemplares de maneiras variadas: ocupando parte da varanda, desligando-se do edifício Sede, mas ainda próximo, e a capela afastada, com características mais ricas em termos de elementos que a caracterizam como pequena igreja. Não se sabe se estas características resultam de uma evolução cronológica

(CARDOZO, 2009, p. 102), mas sabe-se que em algum momento esta externalização da capela se relaciona ao alpendre, à proteção que a varanda possibilita aos que ali presenciavam os cultos religiosos. A Fazenda Magepe-Mirim possui a presença de oratório externo dedicado a Nossa Senhora da Piedade, na base da escadaria de acesso à sede (Figura 28) na fachada principal, demonstrando a devoção dos proprietários.

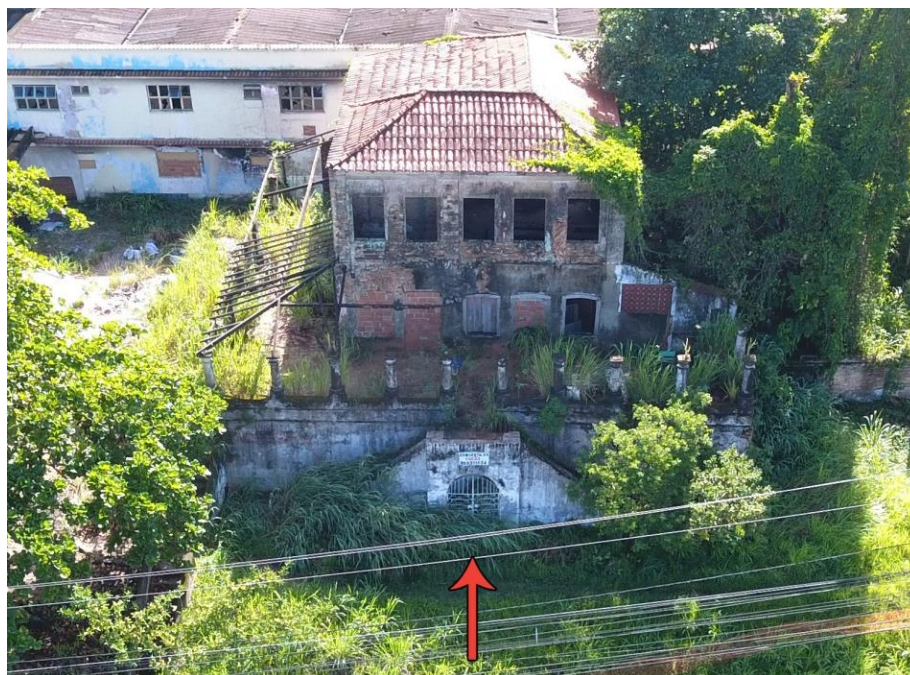


Figura 28 - Localização do oratório dedicado a Nossa Senhora da Piedade sob a escadaria principal de acesso. Fonte: Fotografia da autora, 2017.

Perante a fachada principal da edificação Sede pode-se observar a forte presença da antiga estrada do contorno da Guanabara, consolidada no século XX como Rodovia BR-493, fazendo parte do atual arco metropolitano do Rio de Janeiro. Em meados dos anos de 1970 a Sede começa a funcionar como Casa de Saúde e Maternidade, tendo sua estrutura modificada e acrescida de anexo hospitalar (Figura 29). Duas de suas fachadas são descaracterizadas a esta época, se tornando áreas fechadas para funcionamento de cozinha e ligação com mencionado anexo. O que oportuna o fechamento também mencionado de parte do alpendre. O fim do funcionamento da Casa de Saúde Nossa Senhora da Piedade nos anos 90, dá início a uma série de Penhoras no imóvel, sendo a primeira, em 1994, de autoria do IAPAS (Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social), parte do atual INSS. A estrutura constando da antiga Sede da Fazenda e de anexo, em formato de pavilhão, é então esvaziada. Não tendo obtido até os dias atuais, ano de 2017, nenhum uso por parte dos proprietários, apesar de se

encontrar ocupada de maneira irregular por um ferro velho. Tal ausência de uso foi também grande responsável pelo avanço da deterioração da edificação.



Figura 29 - Anexo hospitalar em forma de pavilhão próximo a época de sua construção. Fonte: Acervo pessoal de antigo funcionário da extinta Casa de Saúde.

Porém, apesar de a Sede encontrar-se com sua estrutura física deveras comprometida e estado avançado de arruinamento, ainda é possível identificar os elementos característicos desta tipologia. Possibilitando que se busque um resgate da sua integridade através de seu restauro de maneira referenciada, ancorada nos elementos ainda presentes, ou seja, a própria edificação é o principal documento para tomadas de decisões acerca de uma intervenção sobre a mesma. Objetivando tal intervenção é realizado pela autora o levantamento físico da estrutura com a realização do cadastro técnico de desenhos e relatório fotográfico dos ambientes, conforme consta do Apêndice 1 deste trabalho.

2.1.1 O Sítio

A implantação das sedes dos engenhos de cana era comumente executada em áreas mais elevadas da propriedade (BITTAR et al., 2010), como mencionado anteriormente. Este fator estratégico buscava a melhor visualização da propriedade, proporcionando segurança e vigília, bem como uma melhor condição de ventilação das residências, ainda é notável na antiga sede da Fazenda Magepe-Mirim. O lote (Figura 30) atualmente constando de 9.000m², de acordo com a escritura, possui neste local elevado, outrora de destaque, associando os limites naturais com as barreiras criadas pelos proprietários, como um dos motivos para seu atual isolamento do restante do bairro, fortalecendo o isolamento da área acessível do lote por representar uma barreira física para a população local.



Figura 30 - Vista superior do lote remanescente da fazenda Magepe-Mirim, com indicação de suas testadas: fundos e frente, mais os limites físicos impostos pelos muros (fundos) e pela combinação do acive e rodovia (frente). Fonte: Edição sobre fotografia da autora, 2017.

A presença de exemplares arbóreos diversos, incluindo árvores frutíferas em grande quantidade, gera no local um microclima agradável e convidativo, cerceado pelos limites mencionados. Outro fator relevante no que tange o lote é a presença do anexo hospitalar em forma de pavilhão. Este anexo tem sua construção iniciada no começo dos anos de 1970, quando a Sede se torna inadequada para abrigar todas as funções da então Casa de Saúde Nossa Senhora da Piedade. A edificação não apresenta valor arquitetônico relevante e sua estrutura apresenta sinais de comprometimento, tanto na área cuja construção nunca foi finalizada quanto na área que outrora fora ativa (Figura 31 a 33). A presença do anexo também é prejudicial à imagem da construção rural estudada por ser o responsável pela descaracterização de uma das fachadas devido à rampa de ligação ali inserida (Figura 34). Outro fator preponderante na definição do anexo enquanto estrutura inadequada se dá devido à sua dimensão que acaba por afrontar a edificação colonial, cuja imagem é suprimida pela proximidade de uma edificação de dimensões tão maiores que não dialoga com sua estrutura histórica, funcionando como barreira entre as duas frentes de lote, impedindo a comunicação e acesso pela testada de fundos (Figura 35).



Figura 31 - Anexo pavilhonar da antiga Casa de Saúde Nossa Senhora da Piedade. Fonte: Fotografia da autora, 2017.



Figura 32 - Vista a partir do pátio/estacionamento em direção a entrada principal do anexo. Fonte: Fotografia da autora, 2016.



Figura 33 - Vista da conexão entre o anexo e a edificação Sede a partir do pátio. Fonte: Fotografia da autora, 2016.



Figura 34 - Rampa de acesso entre o anexo e a antiga Sede, um dos elementos responsáveis pela descaracterização desta fachada. Fonte: Fotografia da autora, 2017.



Figura 35 - Vista do lote a partir de sua testada dos fundos na Rua Artur Silva. Fonte: Google Earth, acesso em: 16 de janeiro de 2017.

A área interna do anexo se encontra inacessível não apenas pela presença de uma série de vãos trancados e emparedados, pois grande parte dos equipamentos hospitalares encontra-se depositado em seu interior, mas também pela presença de posseiros que não autorizam fotografias dos cômodos ocupados por eles como moradia. Em relação ao anexo considera-se que sua existência para suprir os usos incompatíveis com a edificação sede, poderia ter representado uma melhor conservação do elemento edificado histórico.

A maior parte dos lotes existentes no entorno tendem a se voltar para eles mesmos, a exemplo do próprio lote onde a antiga sede está inserida, devido à ausência de equipamentos públicos no bairro e a presença de uma infraestrutura satisfatória para uma boa qualidade de vida urbana. Estes fechamentos colaboram para que não se tenha um

cotidiano onde a interação se dê no espaço público e, mais que questões de salubridade, a ausência de atrativos públicos convidativos à população tornam o local propício a um novo tipo de desordem social, que supera a problemática de questões da desordem ou falta de planejamento físico. Em uma melhor situação para este bairro, o lote aqui discutido deveria ser considerado como elemento potencial para o início de uma nova realidade bem como a construção de um novo anexo que atenda às necessidades do novo programa pretendido no local, e remeta ao existente que não se encontra em condições de ser mantido ou possui valor arquitetônico para tanto.

2.2 Diagnóstico e sistemas construtivos

Nos primeiros anos de ocupação do território brasileiro acredita-se que as construções eram realizadas com adaptação das técnicas conhecidas pelos colonizadores aliadas aos materiais locais disponíveis. Autores como Robert Smith²¹ (1969) defendem que a história da arquitetura brasileira tem seu início após a implantação do Governo Geral e a fundação da cidade de Salvador em 1549, especialmente pelo caráter provisório (SMITH, 1969, p.27) e rudimentar das construções das épocas anteriores a isto, bem como à falta de informação documental. As edificações Sede se apresentam como resultado de condicionantes diversos, tanto estruturalmente quanto socialmente, ao longo dos primeiros anos da colônia, conservando uma série de características comuns entre elas apesar dos variados partidos e épocas em que existiram.

Na Sede da Fazenda Magepe-Mirim têm-se uma construção rural fluminense do século XVIII com características semelhantes aos demais exemplares de mesma época. Devido à impossibilidade de se realizar estudos aprofundados em laboratórios e por especialistas diversos, bem como a escavação de terreno para verificações mais detalhadas sobre seus métodos e sistemas construtivos, ao longo deste tópico serão apresentadas análises feitas através de setorização da edificação e suas partes existentes, visitas ao local e auxílio de levantamentos e fotografias realizadas entre os anos de 2016 e 2017. Esta análise consistirá na identificação dos elementos construtivos seguidos de avaliação sobre seu estado atual de conservação dentro das possibilidades na ausência de uma equipe multidisciplinar maior.

- **Estrutura**

²¹ Robert C. Smith (1912-1975) foi um historiador americano especializado em arte portuguesa e arte colonial brasileira.

Estima-se que a edificação tenha as partes fundamentais como tipologia e caráter estrutural datadas do século XVIII e, mesmo com os reforços em concreto (Figura 36) e colunas de alvenaria identificados (Figura 37), percebe-se que foram insuficientes para manutenção da estabilidade do edifício. É possível observar fendilhação e alterações geométricas como deformação de vãos, pavimentos desnivelados, deformações, rachaduras e paredes fora do prumo (Figura 38), demonstrando um possível comprometimento da estabilidade da edificação.

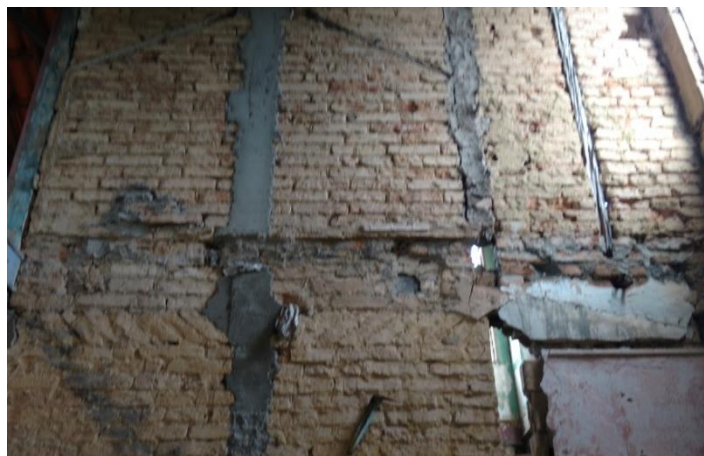


Figura 36 - Reforço em concreto presente no interior da edificação. Fonte: Fotografia da autora, 2016.



Figura 37 - Coluna de alvenaria feita com a presença de cimento. Fonte: Fotografia da autora, 2016.



Figura 38 - Deformação das paredes e vãos. Fonte: Fotografia da autora, 2016.

Outro fator agravante foi o desmoronamento de parte do piso do primeiro pavimento (Figura 39), bem como suas paredes adjacentes, deixando à mostra o porão alto característico deste tipo de edificação.

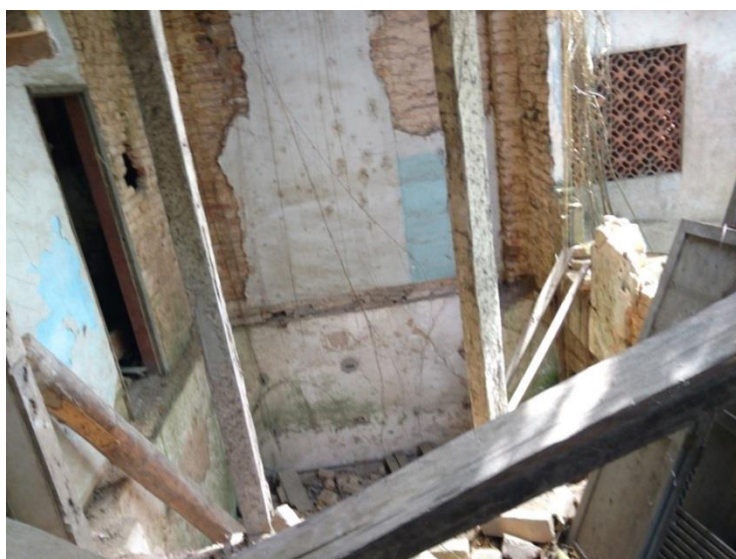


Figura 39 - Desmoronamento no Primeiro Pavimento. Fonte: Fotografia da autora, 2016.

- **Vedações**

As vedações são em alvenaria nas paredes limítrofes e no primeiro e segundo pavimento e pau-a-pique em parte do segundo pavimento. Na Sede tem-se a característica da época, os

elementos verticais originalmente possuindo função de vedação e sustentação, numa estrutura autoportante. Os tijolos de barro em formas de paralelepípedo são maciços e compactos, posicionados com as peças superpostas²², com arcos de descarga sobre algumas das envasaduras na fachada principal. Sendo as paredes exteriores de maior espessura que as do interior.

As patologias encontradas nas paredes de alvenaria foram: umidade devido principalmente à ausência de proteção das chuvas, atuação da poluição da rodovia, agentes biológicos – vegetação e cupins; fendilhação por possível abalo estrutural, argamassa que se encontra em grande parte desprotegida e ação cíclica dos fenômenos ambientais (ventos, variação térmica e higroscópicas); bem como desagregação causada pela ação das águas das chuvas e infiltrações do terreno (Figuras 40 a 43).



Figura 40 - Variedade de diferentes tipos de tijolos presentes na edificação. Nota-se maior degradação das vedações mais antigas, com os tijolos maciços e as madeiras apodrecidas. Fonte: Fotografia da autora, 2016.

²² Acredita-se que a execução seja semelhante à da contemporaneidade: “peças sobrepostas com mata-junta, argamassadas, ajustadas com fios de prumo e níveis” (BITTAR et al., 2010, p.78)



Figura 41 - Presença de vão emparedado, vegetação e o desabamento do assoalho do segundo pavimento / teto do primeiro pavimento. Fonte: Fotografia da autora, 2016.



Figura 42 - Revestimentos inadequados são observados ao longo de toda a edificação, bem como ausência de alvenarias e outros elementos como pisos e forros. Fonte: Fotografia da autora, 2016.



Figura 43 - Presença de cupinzeiro no interior do primeiro cômodo contíguo à fachada principal.

Fonte: Fotografia da autora, 2016.

Já nos trechos em pau a pique (Figura 44) observa-se o desprendimento do emboço e reboco devido à presença de água. Fissuras causadas pelo movimento natural de retração e expansão do barro, devido ao ganho e perda de umidade recorrente em exemplares deste método construtivo conforme a passagem do tempo. Isto propicia o contato das camadas subsequentes com água e vento, além de facilitar a ação degradante de animais e do homem. Os cômodos observados também possuíam o uso como áreas molhadas, o que não se acredita ter sido sua destinação original.



Figura 44 - Paredes do segundo pavimento em pau a pique. Fonte: Fotografia da autora, 2016.

No que tange as vedações responsáveis pela estruturação da edificação, é importante reiterar a necessidade de ensaios específicos – de campo e laboratório – durante as etapas do projeto para reconhecimento real dos elementos constituintes da estrutura e seu comportamento frente às patologias existentes. Tornando assim possível a busca pelas melhores soluções a serem indicadas nos projetos.

- **Forros/teto**

Grande parte dos forros da Fazenda Magepe-Mirim inexistem de maneira completa, o que se observa são as estruturas de barroteamento e revestimento de madeira (forro) (Figuras 45 e 46). Ou seja, os forros se apresentavam em planos horizontais, sustentados nos barrotes que servem como estrutura do piso, apoiados nos frechais e nas linhas que correm sobre as paredes internas. A deterioração foi auxiliada por insetos xilófagos (Figura 47), bem como a ação da umidade (apodrecimento de algumas partes), o que levou ao desabamento da escada de madeira existente no interior do edifício (Figuras 48 e 49).



Figura 45 - Madeiramento restante dos frechais do teto do segundo pavimento, e forro do primeiro/piso do segundo. Fonte: Fotografia da autora, 2016.



Figura 46 - Madeiramento remanescente do forro do primeiro pavimento/piso do segundo. Fonte: Fotografia da autora, 2016.



Figura 47 - Indícios da presença de insetos xilófagos nas madeiras do forro. Fonte: Fotografia da autora, 2016.



Figura 48 - Escada de madeira desabada no interior do edifício. Fonte: Fotografia da autora, 2016.



Figura 49 - Parte da escada de madeira desabada no interior do edifício. Fonte: Fotografia da autora, 2016.

- **Cobertura/Telhado**

É identificado na edificação telhas do tipo capa e canal (colonial), que se encontram desalinhadas e irregulares. Acredita-se que a volumetria original do edifício foi modificada para o acréscimo de cômodos, levando ao prolongamento do Rincão existente cuja vedação encontra-se de maneira inadequada (Figuras 50 e 51), propiciando a entrada de água no edifício. As telhas possuem manchas escuras e/ou esverdeadas causadas por fungos e líquens, parte do telhado foi tomado por vegetação proveniente da área inacessível do terreno (Figura 52) e também as telhas apresentam alteração em seu alinhamento (Figura 53). No que diz respeito à estrutura interna do telhado, observa-se a presença de calços de madeira e reforços improvisados (Figura 54).



Figura 50 - Rincão na fachada Oeste-Sudoeste com acabamento inadequado devido à remoção da parede interna. Fonte: Fotografia da autora, 2017.



Figura 51 - Parede interna interrompida localizada na diferença de altura da cobertura. Fonte: Edição sobre fotografia da autora, 2016.



Figura 52 - Alteração do alinhamento do entelhamento. Fonte: Fotografia da autora, 2017.



Figura 53 - Presença de Vegetação no telhado. Fonte: Fotografia da autora, 2017.



Figura 54 - Reforços improvisados no interior da edificação. Fonte: Fotografia da autora, 2017.

Por ter sido refeito, o madeiramento possui muitas peças em estado razoável de conservação, que devem passar por verificação e análise da necessidade de tratamento.

- **Esquadrias**

Embora as esquadrias estejam em sua maioria ausentes (Figura 55), pode-se considerar registros fotográficos da Fazenda Magepe-Mirim (Figura 56) e estudo sobre fazendas de

mesma época, onde podemos associar os vãos de altura maior nas janelas para compor esquadrias de duas partes distintas: tipo guilhotina com estrutura de madeira e fechamento em vidro (externamente) e folhas de madeira maciça (internamente).



Figura 55 - Ausência das esquadrias. Fonte: Fotografia da autora, 2017.



Figura 56 - Fazenda Magepe-Mirim nos anos de 1980. Fonte: FUNDREM, 1984.

Esta distribuição, mencionada previamente, era recomendada pela proteção que a guilhotina externa em vidro que, conjuntamente com os grandes beirais, proporcionaria às folhas de madeira internas, capazes de controlar a luz no interior. Este arranjo também era colaborado pelo recuo permitido graças às paredes mais grossas.

Atualmente restam apenas alguns batentes, molduras e parte de bandeiras e uma unidade de folhas internas de janela. Os vãos foram emparedados (Figura 57 e 58) para coibir o acesso ao interior do edifício anexo. A principal causa de destruição das esquadrias se deu por fatores não biológicos, agentes naturais agressores para os quais a devida proteção inexistia devido ao mau estado de conservação da edificação e ao desuso.



Figura 57 - Vão de porta emparedado na ligação interior da edificação Sede com o anexo hospitalar. Fonte: Fotografia da autora, 2016.



Figura 58 - Vão emparedado na fachada principal da edificação. Fonte: Fotografia da autora, 2016.

As madeiras restantes apresentam aspecto cinza-ruço (Figuras 59 e 60) graças aos raios ultravioletas que agem na superfície da mesma. Já os raios infravermelhos, ao penetrar o interior da madeira, a aquecem causando a evaporação de resinas, óleos essenciais etc., auxiliando no colapso de sua superfície. Possuem também sinais de umidade penetrando pelas pequenas fendas (Figura 61), e fendas maiores causadas pelos possíveis abalos estruturais da edificação.



Figura 59 - Esquadria degradada devido à



Figura 60 - Aspecto cinza-ruço devido aos

ação do tempo e das intempéries. Fonte: raios ultravioleta. Fonte: Fotografia da autora, Fotografia da autora, 2016. 2016.

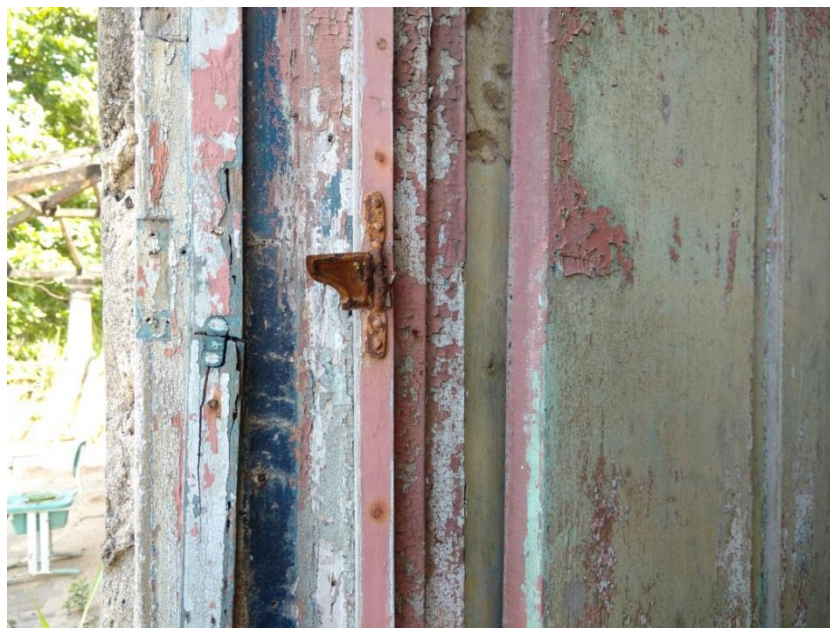


Figura 61 - Pequenas fendas que auxiliam na penetração da umidade na madeira. Fonte: Fotografia da autora, 2016.

Outro fator importante a ser considerado são os fatores biológicos. No interior de onde se acredita ser a sala principal, observou-se a estrutura de um cupinzeiro de cupins de terra (Figura 62), situação agravada pelas madeiras abandonadas no pavimento térreo e no porão alto da casa, bem como a escuridão e abandono em que os mesmos se encontram.



Figura 62 - Cupinzeiro no interior da edificação. Fonte: Fotografia da autora, 2016.

Há também cupins de madeira seca. Principalmente nas esquadrias externas, foram identificados através da presença de pequenos furos (Figura 63) e presença de excrementos (granulados).



Figura 63 - Furos feitos para revoadas e ventilação de cupins na madeira. Fonte: Fotografia da autora, 2016.

As esquadrias metálicas existentes (Figura 64) fazem parte de modificações feitas na edificação quando a mesma foi adaptada para uso hospitalar, que não serão mantidas. Portanto não se vê a necessidade de identificação dos tipos de corrosão atuantes e as maneiras de se recuperar as mesmas. Salvo o portão do oratório (Figura 65) na parte frontal do edifício. Tal portão apresenta corrosão devido à exposição às intempéries e principalmente devido à rodovia para a qual é voltado (dióxido de enxofre da combustão dos automóveis).



Figura 64 - Esquadria metálica existente no interior da edificação. Fonte: Fotografia da autora, 2016.



Figura 65 - Portão metálico do oratório. Fonte: Fotografia da autora, 2016.

- **Fachadas**

As principais patologias encontradas nas fachadas foram manchas de sujidades (Figuras 66 a 68) manifestadas através da alteração de cor dos trechos sobre os quais se depositam (tons de cinza, preto e marrom) devido ao depósito de partículas que ficam em suspensão no ar, sobre as superfícies de paredes. As principais causas desta sujidade são a presença de fuligem e cinzas (poluição da rodovia), poeira e presença de terra.



Figura 66 - Fachada Sul-Sudoeste. Fonte: Fotografia da autora, 2017.



Figura 67 - Fachada Oeste-Noroeste. Fonte: Fotografia da autora, 2017.



Figura 68 - Fachada Norte-Nordeste. Fonte: Fotografia da autora, 2017.

Pela constante exposição ao tempo, a fachada apresenta uma série de descolamento de argamassa ocasionada pela umidade (Figura 69), ausência da camada de chapisco e, provavelmente, uma argamassa de revestimento espessa e rica em cimento. Este descolamento permitiu com que os tijolos maciços ficassem expostos, apresentando eflorescências, devido também à poluição e umidade constante e infiltrada.



Figura 69 - Tijolos de barro aparentes na fachada. Fonte: Fotografia da autora, 2017.

Por fim, é válido mencionar as fissuras e rachaduras presentes pelo abalo estrutural, o preenchimento inadequado (Figura 70) com argamassas de cimento e presença de agentes biológicos diversos como: bolor, musgo e vegetação. Que têm sua proliferação facilitada graças à umidade e falta de manutenção.



Figura 70 - Rachaduras em uma das fachadas, e parede posterior desabada vista pela janela. Fonte: Fotografia da autora, 2017.

- **Alpendre**

Principal elemento da área externa, o alpendre encontra-se sem telhamento e com madeiramento podre. As colunas de ordem toscana não aparentam problemas estruturais (Figura 71 e 72), apenas apresentando partes de sua alvenaria aparente em áreas com descolamento da argamassa e em alguns trechos existem lacunas nos capitéis. Os mármorees existentes nos estereobátos apresentam crosta negra e em algumas colunas perderam suas quinas.



Figura 71 - Coluna de ordem toscana com parte da alvenaria exposta. Fonte: Fotografia da autora, 2016.



Figura 72 - Lacunas existentes em alguns dos capitéis e danificação da pintura e argamassa pela exposição excessiva ao sol e umidade. Fonte: Fotografia da autora, 2017.

O piso do alpendre, constituído por lajotas cerâmicas (Figura 73), possui partes cedendo. No entanto, não foi possível identificar se esta pavimentação segue o que originalmente era existente na edificação, ou se sua modificação veio ao longo do século XX. Apesar de ser possível, onde há peças cerâmicas faltantes, visualizar parte do contrapiso assentado sobre camada de concreto, não é possível afirmar sobre o piso como um todo. Também é visível a presença de vegetação ao longo do alpendre, e de um grande formigueiro onde parte do piso cedeu.



Figura 73 - Observa-se nesta imagem quina onde o piso apresenta uma depressão onde hoje existe uma camada de terra, onde observamos um grande formigueiro e vegetação. Bem como a presença de lajotas degradadas. Fonte: Fotografia da autora, 2016.

- **Escada externa**

A escada frontal de acesso (Figura 74) repousa diretamente sobre a terra, com intuito de permitir acesso à edificação elevada graças ao seu porão alto; possui guarda-corpo rústico em alvenaria, onde se observa a presença de sujidades e limo, os degraus apresentam como as demais áreas externas, vegetações e peças cerâmicas ausentes (Figura 75).



Figura 74 - Guarda-corpo rústico da escada de acesso, com presença de manchas de umidade e agentes biológicos. Fonte: Fotografia da autora, 2016.

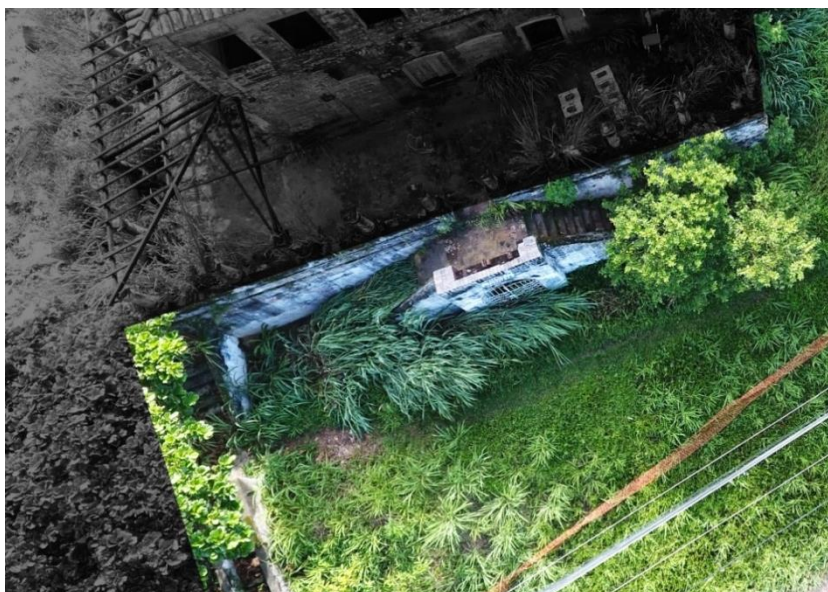


Figura 75 - Trecho frontal à edificação onde existe a necessidade de remoção de vegetação e colocação de pavimentação adequada no acesso à escada. Fonte: Fotografia da autora, 2017.

- **Oratório**

Na parte inferior da escada principal, encontra-se o oratório. Observa-se a ausência da imagem de Nossa Senhora da Piedade, bem como deterioração da pintura mural de fundo e

dos azulejos existentes em sua base, ainda observada através de fotografias do ano de 2003 (Figura 76 e 77).



Figura 76 - fotografia do oratório com destaque para a pintura de fundo com nuvens e os azulejos na parte inferior. Fonte: INEPAC, 2003.



Figura 77 - Oratório no ano de 2016. Fonte: Fotografia da autora, 2016.

É importante ressaltar que o ambiente onde o bem está inserido é o fator fundamental atuante sobre o mesmo. No caso da Fazenda, sua localização é um dos agravantes das causas de sua degradação: localizar-se próximo a uma rodovia recebendo constante carga de poluição, impacto de veículos pesados e em terreno elevado sem apropriado reforço e cuidado com remoção de terras. Sua adaptação para uso hospitalar (Casa de Saúde Nossa Senhora da Piedade) ao mesmo tempo em que colaborou para a perpetuação do bem foi prejudicial à conservação da edificação. Uso este que não respeitava as propriedades tipológicas do edifício, deturpando o mesmo em sua estrutura original. Aliando estes fatores ao desuso desde o início dos anos 2000, um dos maiores inimigos do patrimônio cultural, auxiliaram no arruinamento do edifício.

São, portanto, as características históricas do edifício que guiarão as decisões projetuais a serem discutidas no próximo capítulo. O monumento aqui discutido representa símbolo de determinada era, sendo a aparência coincidente a esta era a valorizada pela modernidade.

2.3 Mapeamento de Danos

De maneira a consolidar e resumir as patologias identificadas anteriormente segue-se a recomendação do Manual de elaboração de projetos (GOMIDE; SILVA; BRAGA, 2005) do Programa Monumenta²³ que indica a produção do Mapeamento de Danos como “representação gráfica do levantamento de todos os danos existentes e identificados na edificação” (GOMIDE; SILVA; BRAGA, 2005, p.28), ou seja, um complemento síntese indicativo das informações obtidas anteriormente de maneira a auxiliar na análise integrada das informações necessárias para o projeto de restauro. E embora as imagens sejam o melhor auxílio visual para se perceber o atual estado de conservação da edificação aqui apresentada, se identificou em planta baixa a localização de agentes biológicos, vãos emparedados e as paredes não acessíveis graças ao mau estado de conservação (Figura 78), e nos desenhos que seguem os danos visíveis sobre as fachadas cuja tipologia ainda é identificável, para facilitar a compreensão das patologias presentes.

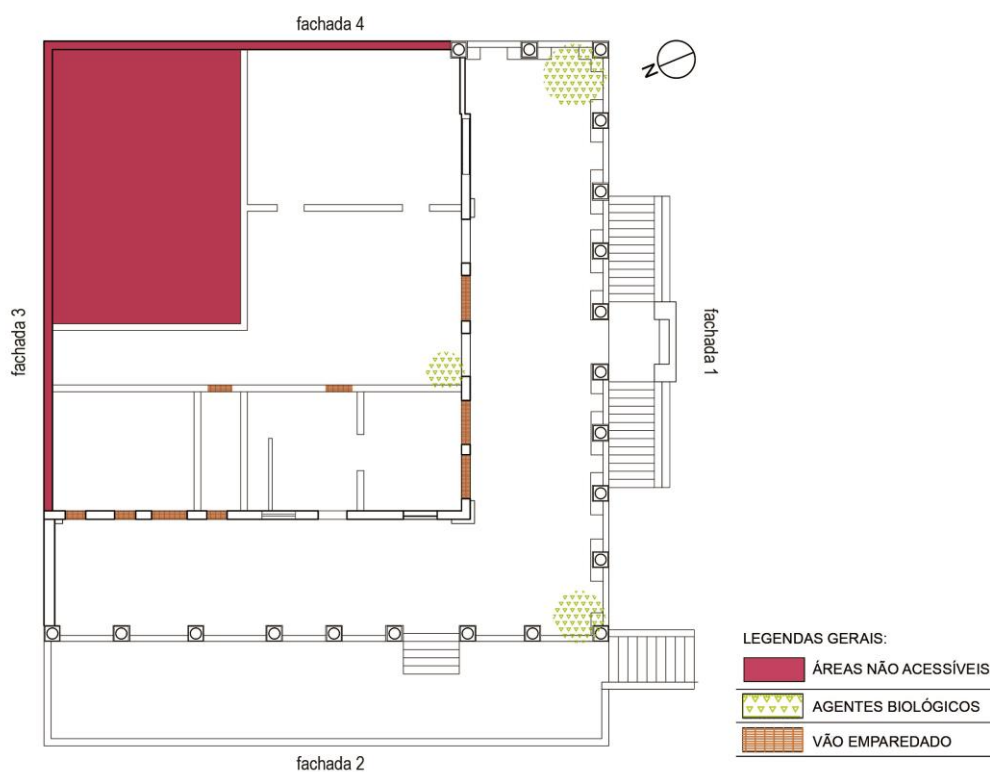


Figura 78 - Planta de localização das colônias de agentes biológicos (formigas e cupins), vãos emparedados e locais inacessíveis. Sem escala. Fonte: Desenho da autora, 2017.

²³ O Programa Monumenta foi um programa federal executado pelo Ministério da Cultura buscando conjugar a recuperação e preservação do patrimônio histórico a fatores econômicos e sociais, entre os anos de 1999 e 2010.

LEGENDA DE PATOLOGIAS

	RACHADURA		INSTALAÇÕES INADEQUADAS
	FISSURA		ESQUADRIA DANIFICADA
	DESPLACAMENTO		OXIDAÇÃO
	PREENCHIMENTO INADEQUADO		AGENTES BIOLÓGICOS
	REVESTIMENTO INADEQUADO		SUJIDADE
	ARGAMASSA DEGRADADA		EFLORESCÊNCIA
	PINTURA DEGRADADA		MANCHA NEGRA
	MANCHA DE UMIDADE		ELEMENTO ESPÚRIO
	CROSTA		ELEMENTO OU PARTE FALTANTE
	AUSÊNCIA DE REVESTIMENTO		VÃO EMPAREDADO
	VEGETAÇÃO		



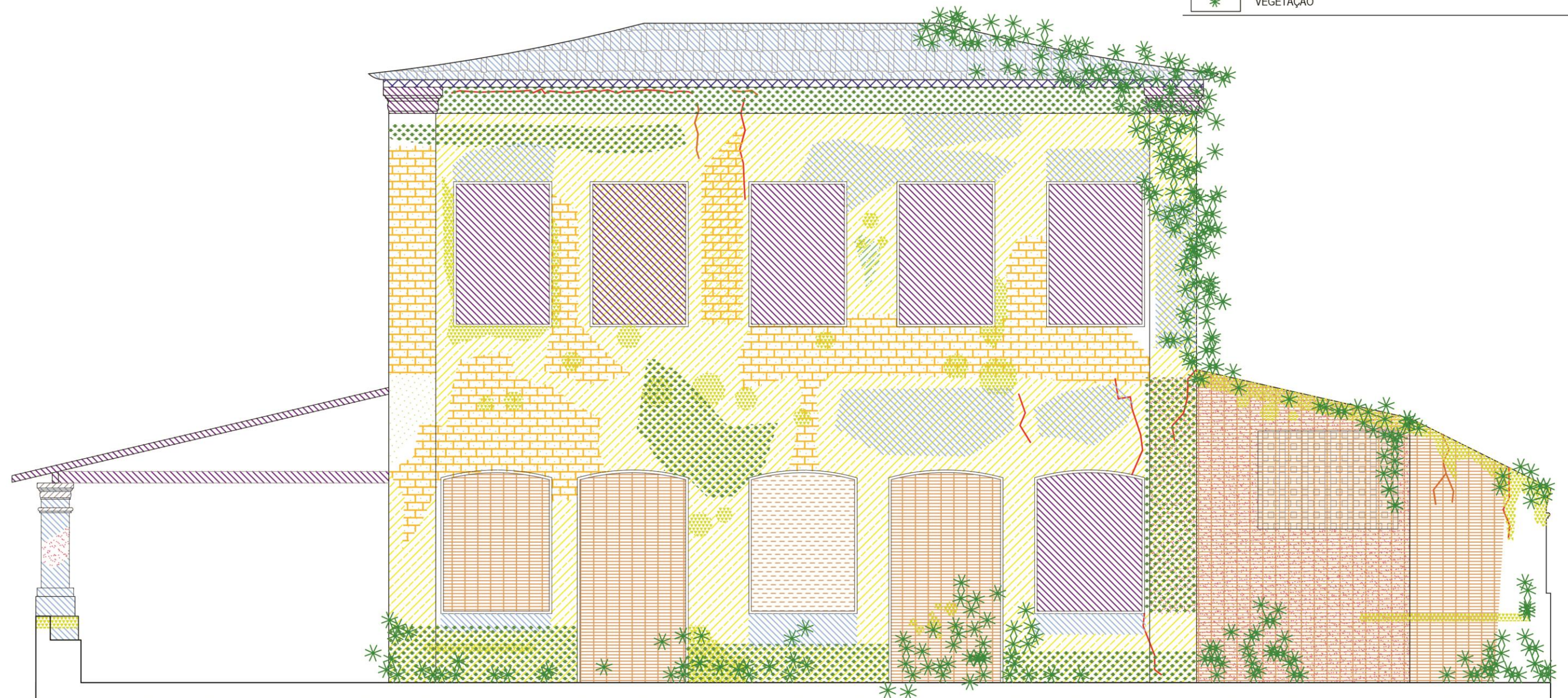
01 FACHADA 01
ESCALA 1:100



02 FACHADA 02
ESCALA 1:100

LEGENDA DE PATOLOGIAS

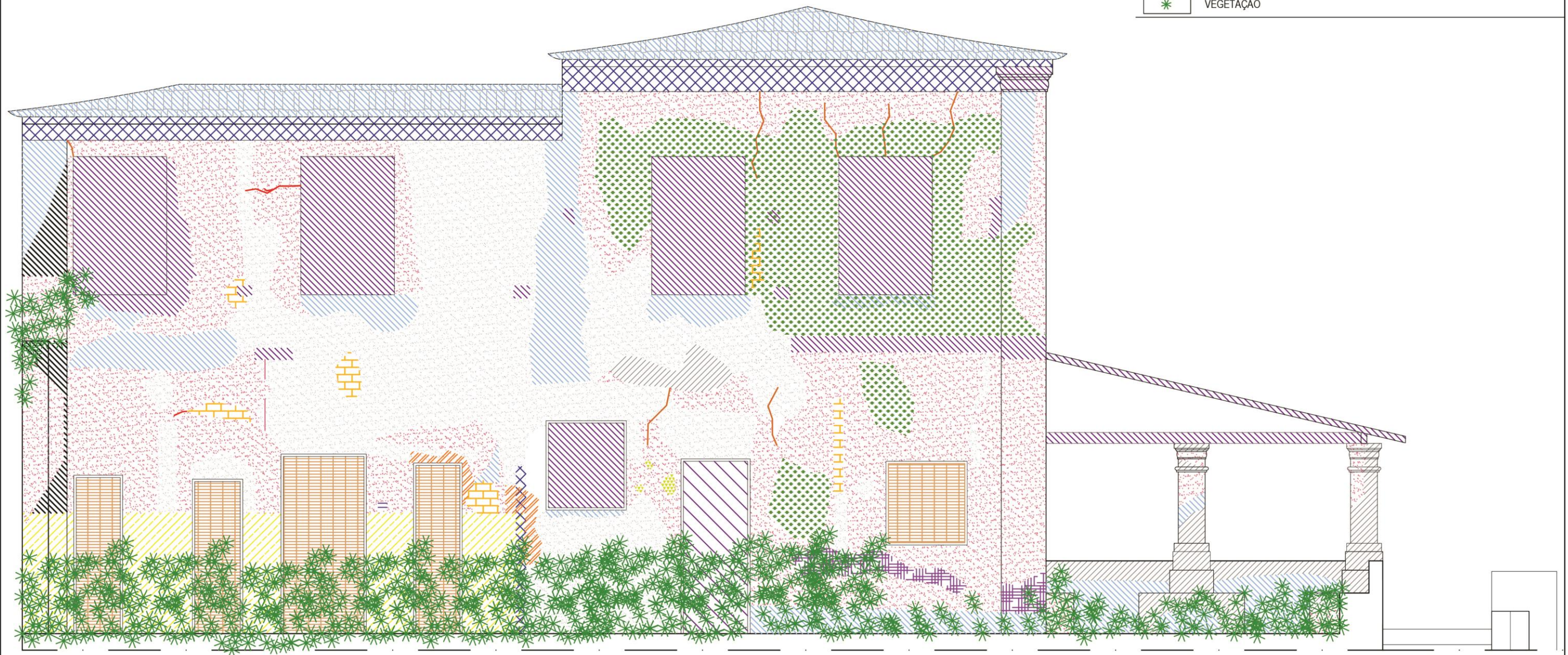
	RACHADURA		INSTALAÇÕES INADEQUADAS
	FISSURA		ESQUADRIA DANIFICADA
	DESPLACAMENTO		OXIDAÇÃO
	PREENCHIMENTO INADEQUADO		AGENTES BIOLÓGICOS
	REVESTIMENTO INADEQUADO		SUJIDADE
	ARGAMASSA DEGRADADA		EFLORESCÊNCIA
	PINTURA DEGRADADA		MANCHA NEGRA
	MANCHA DE UMIDADE		ELEMENTO ESPÚRIO
	CROSTA		ELEMENTO OU PARTE FALTANTE
	AUSÊNCIA DE REVESTIMENTO		VÃO EMPAREDADO
	VEGETAÇÃO		



01 FACHADA 01
ESCALA 1:100

LEGENDA DE PATOLOGIAS

	RACHADURA		INSTALAÇÕES INADEQUADAS
	FISSURA		ESQUADRIA DANIFICADA
	DESPLACAMENTO		OXIDAÇÃO
	PREENCHIMENTO INADEQUADO		AGENTES BIOLÓGICOS
	REVESTIMENTO INADEQUADO		SUJIDADE
	ARGAMASSA DEGRADADA		EFLORESCÊNCIA
	PINTURA DEGRADADA		MANCHA NEGRA
	MANCHA DE UMIDADE		ELEMENTO ESPÚRIO
	CROSTA		ELEMENTO OU PARTE FALTANTE
	AUSÊNCIA DE REVESTIMENTO		VÃO EMPAREDADO
	VEGETAÇÃO		



01 FACHADA 02
ESCALA 1:100

Capítulo 3 – Projeto de Intervenção

O esvaziamento de uma edificação é um dos principais motivos para sua degradação e através da intervenção visando um novo uso, além da recuperação física, se é capaz de criar uma referência por meio da qual a sociedade seja capaz de se reconhecer, se identificar, rememorar seus valores e trajetória e não puramente uma atitude realizada por nostalgia estética de determinada tipologia. No presente capítulo, além destas discussões pertinentes à valoração, restauro e inserção do novo uso, serão discutidas as diretrizes projetuais referentes ao objeto de estudo, sendo estas fundamentadas por conceitos ocidentais relativos ao patrimônio e atribuição de valores que demonstrem a capacidade de se transformar, através da intervenção restauradora, uma edificação em desuso e degradada. O que se objetiva a seguir não é apenas a apresentação de um projeto, com suas fundamentações e escolhas técnicas, mas também a confirmação de uma narrativa capaz de reafirmar a antiga Fazenda Magepe-Mirim enquanto patrimônio cultural. Não se preserva “pela materialidade existente, mas pela representação, evocação ou memória que lhe é inerente” (SOUZA FILHO, 2006, p.53), ou seja, pelo bem histórico aqui apresentado portar referências para a sociedade enquanto importante elemento na implantação do município.

3.1 Reconhecimento do bem patrimonial e Diretrizes de intervenção

A definição de Patrimônio não se apresenta de maneira unânime. Tal fato é justificado graças aos referenciais teóricos diversos que vêm sendo desenvolvidos ao longo dos anos, na concepção contemporânea os bens culturais deixam de representar apenas as obras de arte definidas por valores eruditos e passam a abarcar as obras ditas modestas. Estas modificações abandonam o conceito de que apenas os grandes monumentos, em tamanho e imponência, possuem valor, ou seja, os valores históricos e artísticos passam a dialogar com questões socioeconômicas e culturais e, em conjunto com parâmetros legislativos e muitas vezes políticos, pode-se afirmar que o reconhecimento de algo como patrimônio, na contemporaneidade, vai requerer critérios relevantes e inerentes à vivência atual.

Choay²⁴ define assertivamente que patrimônio é aquilo “destinado ao usufruto de uma comunidade [...] construído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: [...] produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos” (CHOAY, 2006, p.11); as edificações são capazes de personificar significados além de suas funções construtivas, tendo representado, ao longo dos séculos,

²⁴ Françoise Choay (n.1925), professora da Universidade de Paris-VIII, historiadora de teorias e formas urbanas e arquitetônicas, possuindo importantes ensaios sobre questões patrimoniais contemporâneas.

símbolos históricos e referenciais diversos, capazes de se relacionar diretamente com identidades e memórias de indivíduos e sociedades. A principal discussão a ser levantada nesta dissertação diz respeito ao patrimônio edificado como elemento capaz de tornar visível o passado, avivar uma memória coletiva, se reafirmando enquanto patrimônio com maior possibilidade de se relacionar com o cotidiano de uma comunidade.

A especificidade do monumento deve-se precisamente ao seu modo de atuação sobre a memória. Não apenas ele a trabalha e a mobiliza pela mediação de afetividade, de forma que lembre o passado fazendo-o vibrar como se fosse o presente. Mas esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Para aqueles que edificam, assim como para os destinatários das lembranças que veiculam, [...] Ele constitui uma garantia das origens e dissipa a inquietação gerada pela incerteza dos começos. (CHOAY, 2006, p.11)

Em *O culto Moderno dos Monumentos*, Alois Riegl²⁵ procura identificar e distinguir valores atribuídos aos monumentos, elaborando contribuições teóricas e práticas relativas aos monumentos históricos, compreendendo que a noção moderna de monumento não é objetiva, não considerando mais sua destinação original como responsável por conferir a essas obras a significação de monumentos, mas sim o valor atribuído por nós, sujeitos modernos. O que torna possível a inserção da Sede da Fazenda Magepe-Mirim enquanto monumento de valor não intencional: a interpretação de valor e uso do bem foi modificada ao longo dos séculos até os dias atuais, sua construção não previa que tal residência se transformasse em espécie qualquer de símbolo, monumento, que pode ser diretamente associado à determinada época, determinado momento da história (Brasil Colônia), ou seja, uma obra que se torna digna de ser preservada por se tratar de testemunho da operosidade humana.

Este testemunho se dá inicialmente num registro memorial das antigas arquiteturas rurais que acompanharam as primeiras atividades econômicas de destaque desenvolvidas no Brasil. Embora não se tenha confirmação da fazenda Magepe-Mirim enquanto engenho, a tipologia de sua sede data contemporânea à primeira grande atividade da região fluminense: a produção do açúcar. A instalação de uma fazenda em meados do século XVIII poderia ser

²⁵ Alois Riegl (1858-1905), historiador da arte vienense, estabeleceu importantes princípios da história e da teoria da arte, em 1903 publica *O culto moderno dos monumentos*, onde desenvolve um projeto de organização legislativa para a conservação na Áustria e colabora para a compreensão mais ampla que se tem hoje em relação às definições de monumentos. Foi um dos grandes responsáveis pela base do reconhecimento da preservação de bens culturais como campo disciplinar autônomo, elaborando proposições neste campo disciplinar válidas ainda nos dias de hoje.

considerada um empreendimento de grande porte, pela atividade agrícola, atividade manufatureira ocasional, atividade administrativa, comercial e as necessidades de habitação para os proprietários e sua família e os que fossem trabalhar nas terras da fazenda. A disposição das edificações seguia uma lógica, modelo que destacava a edificação sede, instalada em área elevada do terreno, creditado à necessidade de supervisão e controle das funções exercidas na propriedade. As edificações Sede iniciam sua tipologia, ainda no século XVI, possuindo paredes de taipa ou de pedra e cal, coberta de palha ou telha vã, e conforme os anos de ocupação avançam, existe uma evolução desta tipologia em relação aos materiais e subterfúgios para melhor adaptação ao clima, não representando uma cópia das casas portuguesas, mas sim o princípio de uma nova expressão relacionada ao ambiente físico local (FREYRE, 2003). No exemplar aqui discutido, mantêm-se os necessários alpendres, por exemplo, para proteção contra o sol forte e as chuvas tropicais e responsáveis pela privacidade, por estabelecer uma comunicação entre o exterior e os cômodos mais íntimos da casa. Mas já se evolui nos métodos construtivos, testemunhando a utilização de tijolos de barro cozido e telhas do tipo capa canal, e nos acabamentos observa-se forro em madeira. Em suma, ao incentivar que o restauro deixe de ser apenas direcionado ao que é definido enquanto obra de arte, Riegl colabora para que este se torne elemento essencial na preservação dos monumentos de cunho histórico como o aqui apresentado.

Ao fim do século XIX, Camillo Boito²⁶, ao cunhar a restauração filológica, aproxima o monumento aos métodos da linguística, ou seja, o bem pode ser comparado a um texto, ele é capaz de portar uma mensagem. Numa tentativa de se ampliar o que é compreendido por documento, permitindo que o arquiteto restaurador insira e interprete a produção não escrita da sociedade ao longo de sua pesquisa e fundamentação. Esta permissão cria subterfúgios que contrapõem à prática de se buscar um suposto estado anterior de pureza e originalidade, exaltando que se devem respeitar as marcas da passagem do tempo, realizando intervenções mínimas e permitindo que acréscimos contemporâneos sejam distinguíveis, não induzindo o observador ao falso histórico. Ou seja, a relação com a edificação enquanto documento permite ao restaurador ir além para que se valorize a memória coletiva, reafirmando-a enquanto patrimônio cultural (LE GOFF, 1990, p.540-2).

Neste momento, faz-se necessária uma digressão com intuito de melhor compreender as razões de se poder afirmar os estudos e relações contemporâneas que permitiram legitimamente o alargamento das definições do que passa a ser chamado “bem cultural”.

²⁶ Camillo Boito (1836-1914), arquiteto, escritor e historiador italiano, possui trabalhos relativos à crítica de arte e teoria do restauro. Dentre seus trabalhos mais reconhecidos está a tentativa de conciliar as visões sobre o restauro de alguns de seus contemporâneos, apresentada na III Conferência de Arquitetos e Engenheiros Civis de Roma, em 1883.

Promulgada no II Congresso Internacional de Arquitetos e de Técnicos de Monumentos Históricos em 1964, a Carta de Veneza²⁷ se torna responsável por estabelecer parâmetros referenciais que aprofundam e interpretam conceitos capazes de ampliar a definição de monumento iniciada pela restauração filológica. Ela reconhece “um valor monumental tanto aos grandes conjuntos arquitetônicos, quanto às obras modestas que adquiriram, no decorrer do tempo, significação cultural e humana” (In: CURY, 2004, p.92). Ao se considerar o “testemunho da história”, se valida ações responsáveis por definir bens ditos menores enquanto bens culturais, de acordo com critérios de especialistas.

No Brasil, a Carta de Veneza é reconhecida desde sua publicação em 1964, e acompanha o início da transformação que ocorre no pensamento patrimonial nacional, que só conseguiria principiar sua consolidação com a redemocratização do Brasil ao longo dos anos de 1980. É nesta década que a sociedade civil demanda o bem cultural enquanto fornecedor de identidades, colocando o valor documental deste bem cultural em um plano de destaque, e que a história social é apropriada em tombamentos diversos, como por exemplo, no tombamento de centros históricos cujo principal argumento se torna o testemunho histórico enquanto fonte documental de uma história passível de interpretação.

Observa-se uma forte influência de pesquisadores franceses no campo disciplinar da história desenvolvida no Brasil. Nos anos de 1920, estes historiadores franceses responsáveis pela *Revista dos Annales*, começam a colocar em questão as definições conhecidas de documento, levantando uma nova abordagem quanto ao mesmo. Questionando o documento textual como fonte de verdades absolutas eles constroem a “história-problema”, aonde as hipóteses e perguntas vêm antes dos acontecimentos, permitindo a construção definida por historiográfica. Estes historiadores não se limitam à compreensão única e exclusiva do que era, até então, definido como documento, eles passam a ampliar seus horizontes e tomam posse de tudo que pudesse demonstrar saberes, gostos e atividades do homem. Determina-se que o documento escrito faz parte da História, quando existe, mas em conjunto a ele e em sua ausência o historiador pode se permitir utilizar elementos diversos. “Numa palavra, com tudo aquilo que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, significa a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem” (FEBVRE, 1989, p.249). A partir dos anos de 1960, já se observava uma modificação mais significativa no pensamento referente

²⁷ Em variados momentos da história, foram realizados encontros, seminários e congressos onde o tema da preservação do patrimônio cultural esteve presente. Os documentos desenvolvidos nestes encontros são chamados *Cartas Patrimoniais*, eles buscam ponderar as preocupações e os conceitos vigorantes no momento de sua elaboração. Ao mesmo tempo em que auxiliam na compreensão e servem como referência nos tópicos relativos à reutilização do patrimônio edificado.

às definições de documento, explicada no fim da década de 1970 por Jacques Le Goff²⁸, quando o mesmo define que o documento é um produto produzido pela sociedade segundo relações das forças detentoras de poder. “Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa” (LE GOFF, 1990, p.544). Tal qual o monumento, o documento é algo que perdura e que é resultado “do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 1990, p.547-548).

Perpetuar a imagem criada no passado, não o passado em si, se torna um fator justificativo importante na definição do monumento enquanto documento, permitindo analisar a edificação existente enquanto narradora de sua própria história no advento da escassez de documentos. Esta permissão é reiterada pelos órgãos patrimoniais, pois as reflexões realizadas pelos historiadores franceses foram de forte influência na nova cena brasileira de preservação dos anos de 1980, mencionada anteriormente, ao agregar os valores defendidos pela Carta de Veneza, e outros documentos voltados à ampliação da definição de bem cultural, enquanto argumento capaz de dialogar com o Decreto Lei 25/37, ante a não excepcionalidade do bem cultural que se almeja proteger, porém, valorando a modesta estrutura de valor documental existente.

O restauro da antiga Sede da Fazenda Magepe-Mirim se faz essencial no processo de seu reconhecimento enquanto bem cultural, permitindo que as gerações futuras possam vivenciá-la enquanto documento histórico do período colonial e da narrativa de formação urbana da cidade, ao mesmo tempo em que isto a reinsere no cotidiano local. O conceito de patrimônio enquanto documento é relativamente ofuscado a partir da década de 1990 com a apropriação cenográfica das urbanidades protegidas, desconsiderando o destaque às práticas historiográficas enquanto criadoras de “bases para o reconhecimento da história de cada localidade, independentemente do julgamento de suas características arquitetônicas, visuais, estéticas ou estilísticas” (MOTTA, 2000, p.259).

Em meados do século XX, observa-se a necessidade de uma metodologia que fosse além do valor documental das obras, onde o restauro filológico demonstra não ser completamente eficiente. Busca-se uma nova metodologia adequada, definida “restauro crítico”, sem categorias pré-determinadas, encarando o restauro como ato histórico-crítico capaz de dialogar entre os aspectos documentais, formais e materiais da obra, que considera cada restauração um caso único a ser desenvolvido de maneira pensada e fundamentada. Esta

²⁸ Jacques Le Goff (1924-2014), historiador francês, é considerado um dos principais historiadores da *Nouvelle Histoire*, fez parte da terceira geração da *Escola dos Annales*, abordando em suas obras aspectos amplos e diversos, como aspectos sociológicos, artísticos, religiosos, comportamentais, econômicos e sociais.

nova consideração exige o reconhecimento das características individuais de cada obra, seja em sua tipologia ou no transcorrer de sua história, buscando uma intervenção que não seja arbitrária, mas sim feita através de uma reflexão teórica, encarando cada bem cultural como singular e único.

Cesare Brandi possui grande relevância no processo de filiação do restauro ao pensamento crítico e às ciências, condenando o empirismo (KÜHL, 2008, p.67). O autor procura compreender a restauração como “o momento metodológico do reconhecimento da obra de arte, na sua consistência física e na sua dúplici polaridade estética e histórica, com vistas à sua transmissão ao futuro” (BRANDI, 2004, p.30), logo, defende a restauração enquanto ação cultural que necessita de um trabalho multidisciplinar a ser guiado por conceitos e formulações teóricas que considerem o diálogo entre o bem cultural e as necessidades contemporâneas, não algo a ser realizado por razões puramente pragmáticas, interesses privados ou julgamentos de valores pessoais.

Sabe-se que os bens patrimoniais se encontram continuamente sujeitos à deterioração de diversas formas, seja pela ação humana ou da natureza. Frequentemente, as edificações chegam ao momento em que lhes são concedidas um valor, graças a adaptações feitas para que ela continuasse a serem úteis. As modificações eram feitas por razões pragmáticas, em nome da reutilização da edificação sem levar em conta sua vocação ou deturpação e as edificações que não eram concedidas de novos usos tendiam a perecer. Cyro Correa Lyra²⁹, em sua tese intitulada *Casa Vazia Ruína Anuncia*, reitera no uso das edificações, forte aliado à preservação das mesmas, posto que uma das distinções entre a arquitetura e as artes plásticas é justamente o cumprimento de uma função utilitária, e que a ausência de uso está diretamente ligada à degradação física causada na edificação:

Em muitos casos, edificações, especialmente as antigas, permanecem por longo tempo fechadas, inabitadas e, portanto, sem nenhuma ventilação sistemática. A falta de aeração, daí decorrente, dos ambientes, necessária para a redução do nível de umidade interna, facilita em muito a degradação dos edifícios, abrindo caminho para a infestação de insetos e colônias biodegradadoras, além de provocar a desagregação dos materiais de construção. (PUCCIONI, 1997, p.51, apud LYRA, 2005, p.151)

A validade de se proporcionar novo uso às edificações se dá pela possibilidade de conservação das mesmas enquanto consequência desta reutilização, pois “O uso não é uma concessão, mas uma necessidade fundamental para a conservação e a realidade tem

²⁹ Cyro Correa Lyra é arquiteto e urbanista graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com especialização em Conservação Arquitetural pelo ICCROM e doutorado em Artes Visuais pela Escola de Belas Artes da UFRJ. Foi professor da Universidade Federal Fluminense, membro fundador do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios ICOMOS/Brasil, tendo sido também parte do corpo técnico de arquitetos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

mostrado que um uso, mesmo inadequado, pode ser melhor que a ausência total de utilização” (LYRA, 2005, p.153). A descaracterização excessiva da edificação Sede da Fazenda Magepe-Mirim tem forte justificativa na sua adaptação de uso realizada no século XX, mas foi o fim do mesmo uso o responsável por esvaziar a edificação e acelerar seu arruinamento. Na Conferência Geral da Unesco, realizada em Nairóbi em 1976, reafirma-se a necessidade de inserção do patrimônio na vida contemporânea, visando sua conservação e o desenvolvimento da sociedade.

A proteção e a restauração deveriam ser acompanhadas de atividades de revitalização. [...] Essas funções teriam que se adaptar às necessidades sociais, culturais e econômicas dos habitantes, sem contrariar o caráter específico do conjunto em questão. Uma política de revitalização cultural deveria converter os conjuntos históricos em pólos de atividades culturais e atribuir-lhes um papel essencial no desenvolvimento cultural das comunidades circundantes. (In: CURY, 2000, p.202)

A discussão patrimonial relativa ao uso passa após isto por processos de reconhecimento relativos à nocividade da mercantilização excessiva do novo uso, sempre voltado para o comércio e o turismo, se tornando por vezes predatório, passando-se a considerar a discussão do papel da habitação associada ao patrimônio. Grande parte desta discussão acaba sendo voltada para intervenções em escalas macro, mas o que se pode concluir é que as novas funções, os novos usos, devem sempre estar atentos ao caráter, vocação e estrutura da edificação em questão, levando em conta também, que a continuidade de uso sempre foi um importante fator de preservação. Isto não torna exclusivo o uso com intuítos culturais, embora também não o exclua, ou seja, apenas se chama a atenção de que o novo uso, assim como a intervenção a ser feita, é uma atuação com considerações críticas sobre aquilo em que se intervém, as necessidades e as condições que o local oferece.

No caso da fazenda Magepe-Mirim, se buscará uma utilização de caráter público, a ser discutido mais a fundo no próximo subitem do capítulo, assumindo-se que por mais que o uso busque a compatibilidade com a vocação da edificação, a recuperação de um edifício parcialmente comprometido em seus elementos físicos e descaracterizado ao longo de sua existência, passa em muitos aspectos por uma “impossibilidade técnica, e, em alguns casos, ética, de resgatá-lo exatamente como foi no passado” (MEIRA, 2008, p.74).

O reconhecimento do valor da edificação enquanto bem cultural se torna o primeiro responsável por guiar as decisões iniciais de preservação, e suas características e aparências originais serão responsáveis por ditar grande parte do seu valor enquanto signo de uma era, portanto são eles que deverão ser recuperados e preservados. E embora os detalhes de seu valor tipológico possam acabar perdendo-se frente à população geral e

sendo reconhecido apenas por alguns grupos específicos, sua imagem por si só é capaz de remeter todo o público ao passado, mesmo que tal público seja incapaz de precisar o período, ainda reconhece sua imagem enquanto construção histórica.

3.2 Centro de Memória Magepe-Mirim

O novo uso almejado propõe suprir uma necessidade dentro da Secretaria de Educação e Cultura do município, através da criação de uma nova sede da Fundação Educacional e Cultural de Magé, o Conselho Patrimonial e a Biblioteca Municipal Renato Peixoto, designado Centro de Memória Magepe-Mirim.

A Fundação Educacional e Cultural de Magé teve início após aprovação de seu estatuto em 1976, reconhecida como de utilidade pública municipal no governo de Ademir Guimarães Ullmann. Ela faz parte da Secretaria de Educação e Cultura e é responsável pela administração dos bens culturais do município tendo colaboração do Conselho Municipal de Política Cultural. Até o ano de 2003, a Fundação juntamente com a Biblioteca Municipal e outros órgãos, funcionou num antigo Casarão do início do século XX, em Bairro adjacente ao Centro da cidade – Comendador Reis (Figura 79). Em 24 de setembro de 2003, um incêndio atinge esta edificação, especialmente o arquivo, mobiliário e biblioteca, que constava na época com um acervo de 2000 livros.



Figura 79 - Casarão da Avenida Rotary, antiga sede da Fundação em 2016. Fonte: Fotografia da Autora.

Desde então, a Fundação e seus elementos – biblioteca inclusa - encontram-se desmembrados por todo o município, alguns em estruturas provisórias, passando por

constantes transferências. A diretoria da Fundação se encontra na sede da Secretaria de Educação e Cultura (centro do primeiro distrito), parte de seu secretariado responsável pelo patrimônio em estrutura afastada do centro, a Biblioteca em algumas salas adjacentes à secretaria de trabalho (Figura 80), o Conselho sem sede e o Espaço das Artes acaba por ser instalado em outro distrito³⁰ (distrito de Piabetá).



Figura 80 - Localização dos elementos a serem realocados no projeto no primeiro distrito de Magé/RJ. Fonte: Edição da autora sobre imagem do Google Earth. Acesso em: 20 de janeiro de 2018.

Acredita-se ser a área remanescente da Fazenda Magepe-Mirim o local apropriado para esta nova implantação, pois a mesma se encontra entre bairros carentes de equipamentos socioculturais, ainda que próximos ao centro do município, e de fácil acesso por encontrar-se às margens da rodovia que se faz presente no distrito. A restauração, no presente caso, objetiva atuar como “disciplina que individualiza e legitima o modo de intervenção sobre os bens patrimoniais” (MEIRA, 2008, p.74), buscando resgatar uma arquitetura capaz de “tornar presente não aquilo que não é mais, mas aquilo que foi, através do que não é mais” (RICOEUR, 1998, p.44 apud MEIRA, 2008, p.74). Ou seja, a proposta aqui apresentada busca a inserção de um novo uso para uma edificação degradada portadora de uma tipologia específica comumente associada a residências, mas onde não cabe na contemporaneidade a perpetuação deste uso para o qual foi criada, ao mesmo tempo em que se reconhece a necessidade da manutenção de sua imagem arquetípica.

Para tal proposta se opta por trabalhar as áreas em três seguimentos:

³⁰ Estas informações foram levantadas no ano de 2017, sendo referentes ao mesmo período de exercício, podendo variar devido ao fato de que estas unidades vivem em constante mudança de localização, conforme interesse e/ou necessidade da administração pública do município.

- Sede Administrativa

Espaço voltado para a administração, acolhimento dos funcionários e pequena exposição de importantes elementos referentes ao patrimônio histórico-cultural da cidade.

- Biblioteca

Acervo, consultas e salas de estudo.

- Espaço das Artes

Suporte para eventos e atividades que necessitem de espaço físico maior, contando também com uma estrutura para um café.

No que diz respeito à edificação histórica, buscará ter como prioridade o acolhimento da diretoria, presidência, agentes patrimoniais, área de consultas públicas e estar, que demonstrem ao público o acesso garantido à estrutura (Sede Administrativa). Cabe destacar que a escolha de função administrativa para a Sede da antiga fazenda se deu pela confiança a ser entregue a funcionários que deverão respeitar a edificação, ao mesmo tempo em que são capacitados para receber os que por ventura vierem a visita-la. No primeiro pavimento, insere-se uma área para exibição permanente de documentos e objetos importantes do município. Suas duas fachadas não descaracterizadas serão consolidadas enquanto elementos históricos de maior importância e, em conjunto com seu interior, suas fachadas descaracterizadas serão reconstituídas de maneira a referenciar o previamente existente, mas com diferenciação de materiais. Sendo importante para a edificação como um todo a consolidação de sua volumetria (Figura 81), a ser melhor apresentada no item 3.2.1.

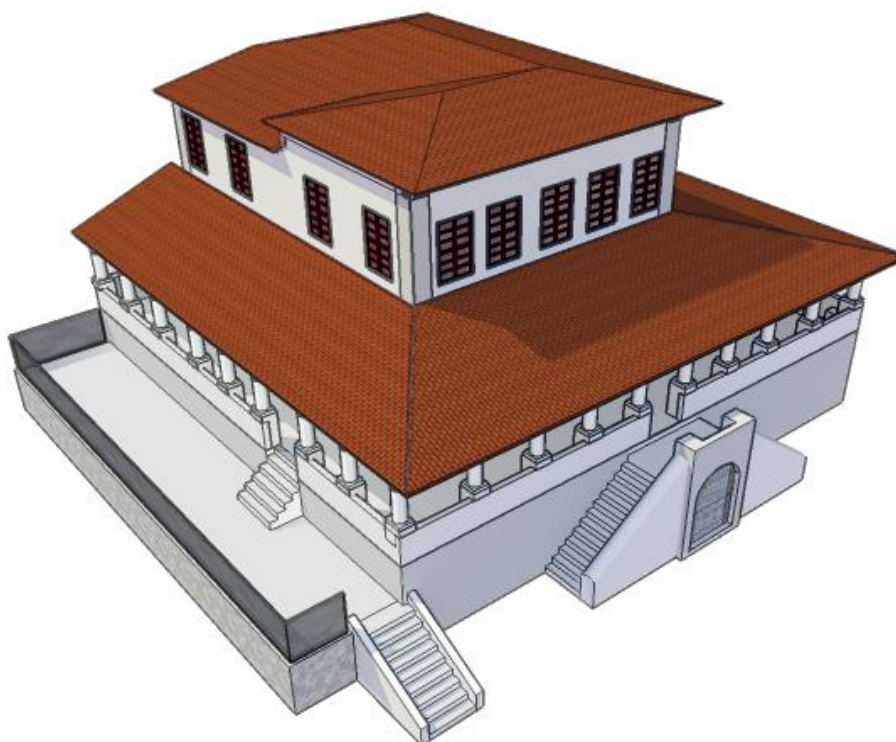


Figura 81 - Representação volumétrica da edificação histórica visando demonstrar a unidade potencial que se pretende resgatar como um todo. Fonte: Modelo da autora, 2018.

É importante mencionar a necessidade da construção de um anexo que apoiará o novo uso e receberá as funções não compatíveis com a edificação histórica, que será discutido no subitem 3.2.2. Este anexo deverá considerar a presença do elemento histórico em suas adjacências de maneira harmônica e respeitosa.

Cria-se uma estimativa das áreas necessárias para a implantação destes programas, de maneira a atender a população local, considerando a expansão da Biblioteca e do Espaço das Artes, com inserção de auditório e salas de uso misto (Tabelas 1, 2 e 3)

Tabela 1 - Estimativa aproximada de áreas necessárias para o Espaço das artes.

ESPAÇO DAS ARTES		
AMBIENTES	OBSERVAÇÃO	m²
Auditório	Incluindo sala de apoio (áudio/vídeo).	182,3
Apoio Eventos	Área de apoio a coffee break e pequenas reuniões.	20

Café	Incluindo área com mesas.	70
Bilheteria	Foyer incluso.	28,59
Secretaria	-	11,41
Sanitários	-	38,23
Apoio Técnico	Depósitos, limpeza, lixo.	14,63
TOTAL		365,16

Tabela 2 - Estimativa aproximada de áreas necessárias para a Sede Administrativa.

SEDE ADMINISTRATIVA		
AMBIENTES	OBSERVAÇÃO	m ²
Salas	A serem distribuídas entre presidência, diretoria e agentes.	89,03
Reunião	-	19,67
Secretaria	-	13,29
Exposição	Incluindo área de recepção	58,2
Apoio	Áreas de apoio destinadas a auxiliar os funcionários e o melhor funcionamento da unidade.	13
TOTAL (Desconsiderando áreas de Varanda e Circulação)		193,19

Tabela 3 - Estimativa aproximada de áreas necessárias para a Biblioteca

BIBLIOTECA		
AMBIENTES	OBSERVAÇÃO	m ²
Hall	Acesso	15
Recepção e atendimento	Entrada/Saída – Controle de empréstimos	15
Guarda Volumes	-	20
Acessos	-	15
Terminais de Consulta	Procura Digital no acervo e consulta geral	20
Sanitários	-	160
Depósito	Materiais de Limpeza	20
Estar Livre	Descanso e Leitura	40

Salas de Aula	Destinadas à Workshops e reforço (duas a três)	90
Salas de Estudo	Espaço para estudo em pequenos grupos	50
Copiadora	Xerox e Scanner	15
Acervo Geral	Acesso restrito	300
Acervo Infantil	Com acesso ao público e atividades lúdicas	150
Acervo Braile	Acesso restrito	20
Multimídia	Acesso restrito	30
Manutenção do Acervo		20
Área técnica	-	10
Administração	Áreas Administrativas	30
Manutenção	Almoxarifado	15
TOTAL		1035

Sendo as áreas passíveis de inserção no atual lote com a seguinte setorização: a Sede Administrativa na antiga Sede que, sem adição das áreas de varanda, possui aproximadamente 220m², o espaço das artes em anexo adjacente à edificação Sede, contando com 477m², e a Biblioteca em nova edificação à ser construída com linguagem semelhante à do anexo, em área oposta do terreno. Estas novas edificações serão concebidas de maneira a não competir visualmente com a edificação histórica existente no terreno, considerando o desnível do lote para criação de um novo acesso posterior (Figura 82 e 83). Este acesso tem como objetivo não apenas um projeto que se aproprie do terreno e suas características naturais, mas também a oportunidade de se integrar a Rua Artur Silva com o novo uso, convidando os moradores para esta nova identidade que se procura no local e prevendo um projeto paisagístico que englobe o terreno como um todo e crie diretrizes para a implantação da nova edificação destinada à biblioteca.



Figura 82 - Indicação das edificações a serem removidas e mantida, com novo zoneamento previsto para o lote, possibilitando o acesso pela Rua Artur Silva. Fonte: Desenho da autora, 2018.

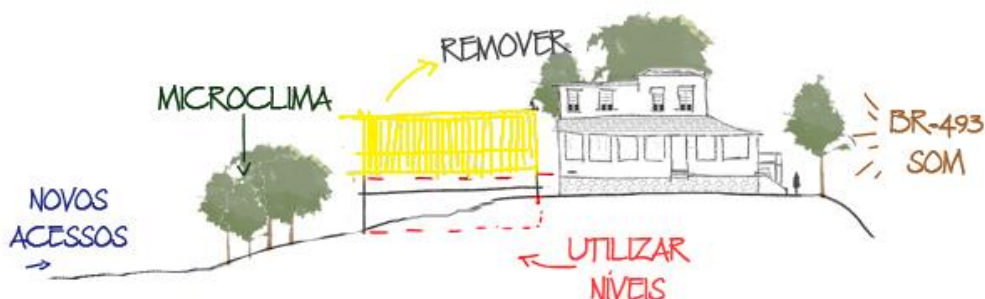


Figura 83 - Corte esquemático indicando a possibilidade de um anexo com altura inferior ao existente, para menor competição com a edificação histórica, e possibilidade de novo acesso pela Rua Artur Silva. Fonte: Desenho da autora, 2016.

Os espaços livres existentes neste projeto serão de suma importância para que o transeunte que atualmente desconsidera a existência deste conjunto se sinta convidado a inseri-lo em seu cotidiano. Para isto se tem a proposta de criar duas modificações nas testadas do lote: na Rua Artur Silva com a criação de um recuo que proporcione uma área de livre acesso para a população em todos os horários do dia (Figura 84), e na testada em frente à rodovia através do redesenho do ponto de ônibus para a frente da escadaria de acesso ao terreno, e da passagem de pedestres hoje feita pelo acostamento, para a parte superior do lote, de

modo a transferir o deslocamento pedonal do meio fio da rodovia para mais próximo às edificações (Figura 85). No interior do lote, um desenho paisagístico que valorize a área, criando um jardim convidativo com a principal função de integração das edificações. O que se busca é algo que se assemelhe a exemplares culturais que possuem suas áreas livres tão convidativas quanto suas edificações, se tornando parte essencial do projeto, com traços simplificados e muitas áreas verdes (ver no item 3.2.2 de maneira mais detalhada).



Figura 84 - Esquema proposto na Rua Artur Silva, prevendo a requalificação da mesma de maneira a convidar os próprios moradores a permanecerem no recuo criado para livre acesso público em parte do lote da edificação. Fonte: Fotografia e desenho da autora, 2017.



Figura 85 - Novo recuo para ponto de ônibus na escada de acesso ao terreno e novo acesso pedonal pela parte superior. Fonte: Edição sobre fotografia da autora, 2017.

3.2.1 A Sede

Sabe-se que a restauração não deverá se tratar de criar um falso histórico, mas sim ser capaz de recuperar sua integridade física restabelecendo suas características formais originais, sua unidade potencial, sem deixar, porém, de respeitar a pátina do tempo (BRANDI, 2004). A restauração é condicionada pela obra de arte, não o contrário, aqui concordando com Brandi quando o autor afirma que não existe fórmula pronta ou universal para se utilizar na restauração: cada caso deve ser considerado um caso único.

Ainda de acordo com preceitos *brandianos*, a recuperação da edificação deverá respeitar a intervenção mínima, a distinguibilidade e a reversibilidade. Ou seja, há de se limitar a intervenção à matéria, permitindo que seja facilmente reconhecível onde houve a nova intervenção, sem interferir na unidade potencial ou nas eventuais intervenções futuras. Permitindo que a edificação seja referência de um passado preservado, sem que o seu futuro na modernidade seja comprometido. E que os elementos por ventura inseridos na busca pela dita unidade potencial sejam identificáveis enquanto inserção não original, ao mesmo tempo em que não se sobressaiam mais que o conjunto.

Elementos destinados a substituir as partes faltantes devem integrar-se harmonicamente ao conjunto, distinguindo-se, todavia, das partes originais, a fim de que a restauração não falsifique o documento de arte e de história. (Carta de Veneza, 1964, In: Cury, 2000)

O restauro da antiga sede da fazenda Magepe-Mirim, deve consolidar não apenas a volumetria original da edificação, mas também seus materiais. E a recomposição das fachadas deverá valorar seus elementos, ritmos e revestimentos característicos. Possibilitando assim que a edificação transmita a linguagem que a define enquanto monumento histórico: exemplar de casa de fazenda colonial do antigo distrito federal e estado do Rio de Janeiro. Ou seja, os principais elementos existentes que caracterizam a edificação enquanto exemplar rural do estado do Rio de Janeiro serão recompostos (Figura 86 e 87). Na fachada 2, todos os registros fotográficos encontrados demonstram o alpendre fechado, como continuidade do interior, impedindo a visualização ampla desta fachada, e embora se opte pela abertura do alpendre, por sua expressividade enquanto característica do exemplar, as aberturas existentes serão mantidas por não se possuir um registro visual indicativo das mesmas e não se querer basear o proposto em hipóteses. Mas estas aberturas serão representadas de maneira a demonstrar que sua época não seria a original

da edificação, através de representação semelhante à utilizada nas esquadrias do Museu da Liturgia em Tiradentes/MG (figura 88). A semelhança se dará visualmente pela opção do preenchimento do vão com vidro, em contraste com as esquadrias a serem recuperadas em madeira, com a diferença de haver a possibilidade da mesma ser uma estrutura pivotante, possibilitando sua abertura, caso haja necessidade. Reiterando que esta escolha é feita por se acreditar na maior distinguibilidade entre os vãos coerentes com a tipologia e seu uso residencial, não dando margem a uma reconstituição das esquadrias em madeira por mera hipótese.

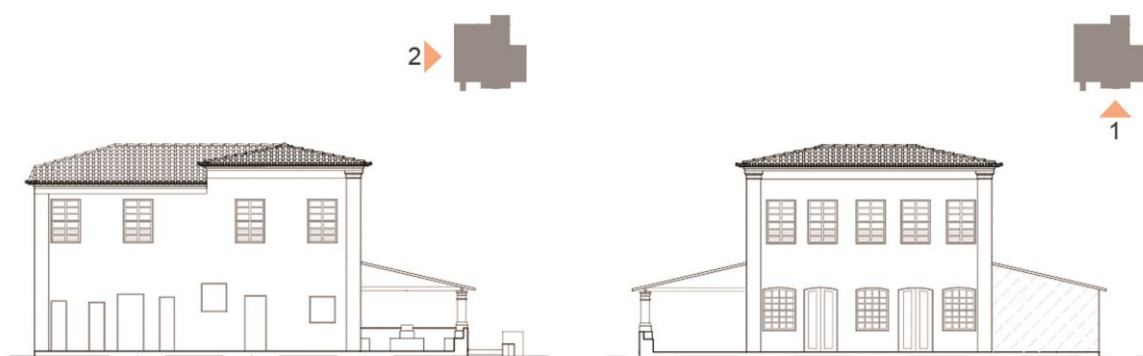


Figura 86 – Fachadas hipotéticas do corpo principal (1 e 2, respectivamente) com a manutenção das aberturas, porém com materiais distintos no acabamento. Fonte: Desenho da autora, 2018.



Figura 87 - Fachadas hipotéticas (1 e 2, respectivamente) com a reconstituição do alpendre, sem a presença do anexo. Fonte: Desenho da autora, 2018.



Figura 88 - Museu da Liturgia, Tiradentes/MG. Diferenciação entre as esquadrias através de diferentes materiais. Fonte: TripAdvisor.

A edificação a ser restaurada apresenta suas duas outras fachadas com comprometimento estrutural e descaracterizadas (fachadas 3 e 4, figuras 89 e 90, respectivamente). Estas fachadas necessitarão de uma intervenção mais ampla, embora possuam referenciais visuais escassos, procura-se associar a materialidade existente a uma interpretação das características dominantes na tipologia estudada, buscando não uma reconstrução das fachadas perdidas, mas sim uma recomposição do existente associado a materiais distinguíveis.



Figura 89 - Fachada 3, descaracterizada pela conexão com o anexo e com seus vãos emparedados. Fonte: Fotografia da autora, 2017.



Figura 90 - Fachada 4, inacessível, observa-se o desabamento de parte de sua estrutura a partir do interior. Fonte: Fotografia da autora, 2017.

Na fachada 3, onde pode-se observar o encontro com o anexo existente (a ser demolido), são resgatados os vãos emparedados identificados e mantida a localização da conexão entre a fachada e o anexo (figura 91). A nova conexão será feita para que se possa acessar o interior da edificação através de uma plataforma elevada enclausurada em caixa panorâmica, utilizando como referência a conexão realizada no projeto JÁ House (Guarda, Portugal), pelos arquitetos Maria Ines Costa e Filipe Pina (figura 92). Embora as proporções de volume no projeto Português entre a arquitetura pré-existente e a nova sejam diferentes das almeçadas no projeto executado, a referência se relaciona pelo novo volume que conecta a edificação Sede da Fazenda ao anexo, ser capaz de realizar uma transição entre as edificações de maneira contemporânea, indicando uma transição de estilos e épocas, sem abrir mão de uma continuidade espacial.

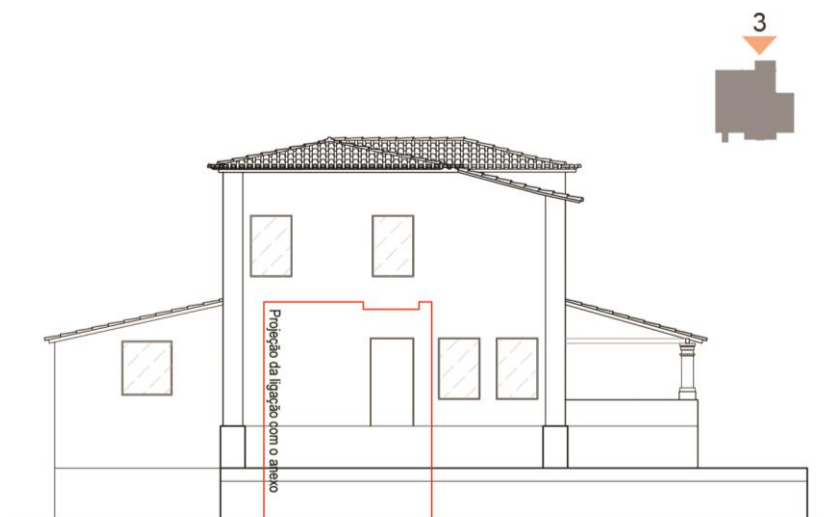


Figura 91 - Fachada 3, apenas os vãos emparedados reabertos, e inserção do volume de acesso universal e conexão com o anexo. Fonte: Desenho da autora, 2018.



Figura 92 - JA House, referência de conexão contemporânea entre o antigo e o novo. Fonte: ArchDaily. Disponível em: <<https://www.archdaily.com/558279/ja-house-filip-pina-maria-ines-costa>>, acesso Junho de 2018.

A Fachada 4 além da ausência de registros (sendo o único encontrado o da figura 93), parte de sua área se encontra desmoronada. No segundo pavimento, ainda é possível observar parte das vergas nos vãos, mas no primeiro pavimento, torna-se impossível qualquer reconstituição. Evitando contestar o Art. 9º da Carta de Veneza no que diz respeito à restauração terminar onde começa a hipótese, não se realizará uma reconstituição conjectural, mas sim se realizará uma vedação completa que, junto com o restante da parede reconstruída nas demais áreas, apresentará tons distintos e argamassa com traço diferenciado (figura 94). Neste trecho não é possível identificar se o alpendre possuía um trecho que foi fechado ou se o mesmo foi prolongado para ampliar a área interior da residência. Leva-se em conta o mesmo julgamento anteriormente mencionado, mantendo assim o fechamento.

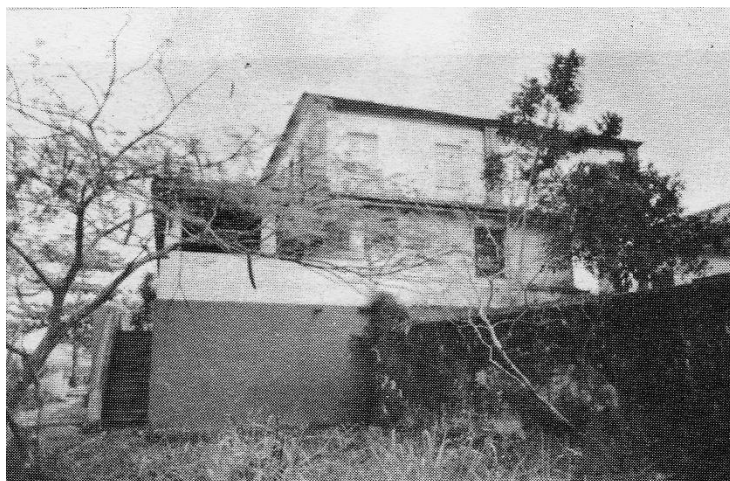


Figura 93 - Fachada 4, único registro localizado da mesma. Observa-se o alpendre fechado e certo ritmo nas janelas superiores. Fonte: FUNDREM, 1984.

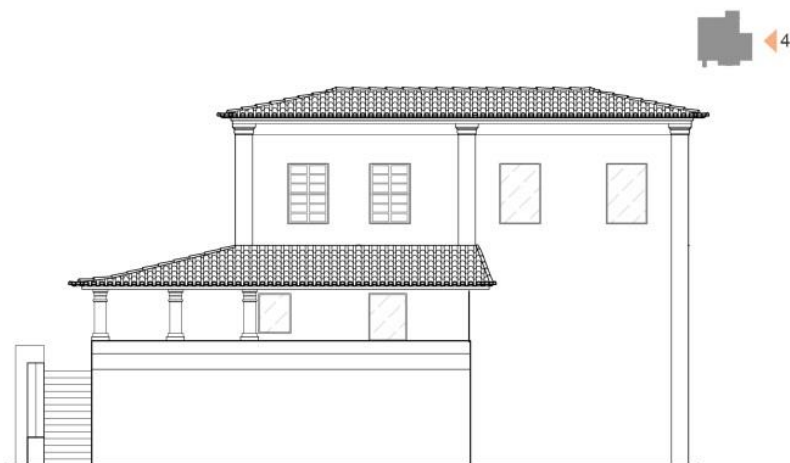


Figura 94 - Proposta para a Fachada 4, sem anexo. Fonte: Desenho da autora, 2018.

Podem-se categorizar os seguintes procedimentos técnicos a serem seguidos, de maneira geral, na edificação histórica visando uma melhor compreensão dos mesmos, processo semelhante utilizado no diagnóstico:

- **Estrutura**

Primeiramente será necessário uma avaliação de um engenheiro estrutural para definir a necessidade ou não de reforço. Acredita-se na recuperação da estrutura com auxílios mistos entre tecnologia moderna e materiais antigos (compatibilidade mecânico-estrutural), encontrados no mercado. Para que, com a manutenção do mais próximo ao possível do

original, se consiga preservar os valores históricos e a importância da concepção original desta edificação. Incluindo nos novos cálculos o impacto causado pela rodovia (BR-493) localizada em frente ao terreno.

É importante mencionar que segundo o Manual de Conservação Preventiva para Edificações, editado pelo IPHAN (1999), deve-se fazer antes de tudo a aplicação de gesso, vidro ou papel fino nas fissuras, em posição transversal para que se possa identificar o estacionamento ou não das lesões. Estes selos tem função de verificar a velocidade do deslocamento das lesões, ou se as mesmas já estão “assentadas”. Para lidar com o terreno é essencial um laudo de especialista em geologia. Este profissional será capaz de diagnosticar o agente da lesão e identificar o tratamento correto que, aliado à vegetação adequada, minimizarão as infiltrações e deslizamento da área.

- **Vedações**

A alvenaria poderá ser consolidada por injeção, com criação de barreiras químicas contra a umidade ascendente e substituição de materiais muito degradados. Quando do caso da substituição ou complementação de lacunas nas vedações, sugere-se a utilização de um material que seja capaz de identificar as junções ocasionais, como por exemplo o uso de tijolo furado (material não original). As juntas deverão ser refechadas, a superfície tratada com hidrofugante e execução de reboco de recuperação, também com adição de hidrofugante, compatível com o substrato da alvenaria.

- **Forros/teto**

Como grande parte dos forros inexistem, o procedimento a ser feito constará de substituir a madeira dos frechais e recolocação de novas madeiras nos forros do segundo pavimento e dos barrotes que fazem vez de piso do segundo pavimento e teto do primeiro. É importante eliminar os focos de insetos xilófagos da edificação através da inserção de iscas e dedetização, para que então as novas peças possam ser protegidas das ações destes parasitas. Estas peças também deverão ser previamente dedetizadas contra cupim, datadas ou ter indicação em algum local sobre a época de sua inserção.

- **Cobertura/Telhado**

A recomposição do telhado será essencial no que diz respeito à proteção contra intempéries, bem como o tratamento dos agentes biológicos como um todo para a

edificação. O objetivo principal na recuperação do telhado é ser capaz de barrar a entrada de águas que vêm sendo o maior problema de danos na edificação. As peças oriundas da última reforma do telhado que estejam em bom estado de conservação, serão catalogadas e mantidas, e as novas peças a serem inseridas serão de madeira similar à original e identificadas com datação de sua alteração. Todas as peças receberão tratamento químico preventivo (novas e antigas) e curativo (antigas que estejam atacadas por agentes biológicos). As telhas não comprometidas estruturalmente e que apresentam sujidade ou fungos, serão limpas e tratadas.

- **Esquadrias**

Ausentes em sua maioria, as esquadrias serão refeitas de modo que os novos elementos se integrem harmonicamente ao conjunto. As esquadrias refeitas apresentarão as características mencionadas no capítulo 2 desta dissertação e as novas peças sofrerão aplicação correta de preservantes (fungicidas e inseticidas) e soluções com efeito retardador de chamas. Antes de sua colocação é essencial a destruição das colônias de cupim existentes, através da remoção do cupinzeiro de térmitas presente dentro do imóvel e provavelmente no terreno.

O portão do oratório, considerada a única esquadria metálica a ser mantida, será recuperado através do lixamento mecânico até se alcançar a cor cinza, e após isto aplicação de pintura anticorrosiva – tinta de fundo (epóxi-amina) e tinta de acabamento (epóxi-poliamida).

- **Fachadas**

Estas paredes deverão ter todo seu revestimento removido, suas juntas raspadas com ponteiras e talhadeiras a uma profundidade de 2 a 3 cm. Suas fissuras deverão ser limpas e preenchidas com argamassa de cal e areia pouco espessa. Escova-se a alvenaria com escova dura, e faz-se um processo de lavagem: molhar, esperar secar e tornar a escovar. Após isto se deve molhar o tijolo para então aplicar a argamassa com o traço apropriado para a edificação.

- **Alpendre**

É necessária a recomposição de toda a cobertura do alpendre, desde o seu madeiramento até suas telhas, ambos ausentes, bem como a requalificação das lajotas cerâmicas que

pavimentam o mesmo. Estas lajotas serão removidas para que se possa extirpar a vegetação presente, refazer o correto nivelamento do piso, para que então as peças limpas sejam recolocadas; as lajotas faltantes ou defeituosas deverão ser substituídas. As colunas necessitam nova camada de emboço nas partes faltantes, após limpeza, aplicação de hidrofugante na alvenaria que está aparente. Em alguns trechos existe a necessidade do preenchimento de lacunas nos capitéis e nas bases de mármore, que em sua maioria só necessitam serem limpos. Todas as colunas deverão ser lixadas e pintadas.

- **Escadas externas**

O mesmo processo de limpeza e substituição das lajotas, realizado no Alpendre, deverá ser feito nas escadas de acesso ao mesmo. Bem como pintura do guarda-corpo, que apresenta manchas de umidade e lacunas. A vegetação oportunista na base dos acessos será removida com cuidado utilizando-se veneno previamente para não deteriorar o existente, e será inserida uma pavimentação com elemento drenante entre as escadas de acesso.

- **Oratório**

O oratório deverá ser recomposto através do rearranjo do altar e da imagem de Nossa Senhora da Piedade, fazendo nova pintura de fundo e recolocando o portão de maneira adequada. Se faz necessária a verificação dos azulejos existentes no degrau de entrada do oratório, tais azulejos encontram-se aterrados atualmente, não sendo possível a verificação de seu estado físico.

- **Interior**

No interior da edificação, observa-se a descaracterização ocasionada pela utilização da mesma enquanto unidade de saúde. E, através de identificação temporal dos elementos observados, será considerada a manutenção de algumas paredes existentes, realizando a consolidação estrutural e complementação com novos materiais diferenciados pela junção entre os mesmos. Um dos cuidados a serem tomados no novo projeto será a remoção das áreas molhadas do segundo pavimento, localizando no primeiro pavimento apenas a presença de uma copa e um banheiro, onde a instalação hidráulica não se dará pelas estruturas mantidas, mas através das novas vedações. A nova setorização (Figura 95 e 96) priorizará no térreo as funções de acesso ao público, como o espaço de exposição, e no segundo pavimento as que estejam direcionadas aos serviços das unidades que ali

funcionarão. As novas salas serão atendidas por instalações que chegarão aos respectivos pavimentos através dos novos reforços estruturais e vedações, não necessitando adaptação dos elementos históricos, ou seja, toda parte de instalações será feita através das novas alvenarias inseridas e pisos recompostos.



Figura 95 - Planta do primeiro pavimento da edificação Sede. Fonte: Desenho da autora, 2018.



Figura 96 – Planta do segundo pavimento da edificação Sede, onde se busca um acesso reduzido de pessoas. Fonte: Desenho da autora, 2018.

3.2.2 Anexos

As discussões teóricas referentes à inserção de novas arquiteturas em ambientes históricos ocorrem principalmente desde o princípio do século XX. Grandes discussões foram realizadas na Europa em meados do referido século fosse devido às sequelas da II Guerra Mundial, fosse devido a novas construções inseridas em contextos históricos e paisagísticos consolidados, tendo as principais discussões giradas em torno da memória e da homogeneidade visual. Nas últimas décadas o tópico se torna mundial, resultando em reflexões baseadas em pesquisas acadêmicas e práticas profissionais que passam a discutir e analisar as principais abordagens recorrentes nas intervenções em pré-existências históricas. Beatriz Kühl (2008) afirma que é preciso reconhecer “a legitimidade da presença da arquitetura contemporânea em contextos históricos e a relação antigo-novo em projetos de restauração” (KÜHL, 2008, p.151), e no caso aqui estudado sabe-se que a sobrevivência do bem faz com que seja necessária a ampliação da área edificada. Por não se encontrar no anexo existente nos dias de hoje (2018) condições físicas/estruturais favoráveis, valor que torne sua manutenção essencial ou necessária de referência, o mesmo deverá ser demolido para a inserção de um novo anexo, inserindo uma nova questão no projeto de restauro: a inserção e relação do novo com a pré-existência.

Giovanni Carbonara³¹ em seu livro *Architettura di oggi e restauro: un confronto antico-nuovo* (2011) apresenta algumas abordagens acerca da relação entre arquiteturas novas e pré-existentes, através da apresentação de um panorama crítico que possibilita a observação de três principais relações atingidas pelas intervenções: a autonomia/dissonância, atingida através de uma discordância/oposição deliberada no confronto entre o histórico e o novo, a assimilação/consonância, que engloba analogias tipológicas e mimeses, e a relação dialética/reintegração da imagem, onde se exalta a pré-existência buscando equilíbrio e compatibilidade entre as arquiteturas (CARBONARA, 2011, p.111-118). Esta terceira abordagem é escolhida aqui como a maneira mais respeitosa de lidar com a edificação sede da antiga fazenda Magepe-Mirim, levando em conta que por mais que não exista um conjunto histórico urbano diretamente relacionado à edificação, a nova arquitetura anexa deve ser contextualizada em relação à mesma, sem abrir mão de uma linguagem atual e sendo capaz de reinterpretar a arquitetura do passado.

A proposta, portanto, constitui no restauro da edificação Sede, na realização de dois anexos, um para o Espaço das Artes, diretamente conectado com a edificação Sede, e outro mais afastado para instalação de uma Biblioteca com o estilo arquitetônico semelhante, porém

³¹ Giovanni Carbonara é arquiteto e professor de Restauro arquitetônico na *Università di Roma*. Possui publicações na área de arquitetura e restauro, tendo tratado diretamente ou como consultor de diversas obras de restauro italianas.

em área oposta do lote, incentivando sua utilização como um todo (figura 97). Esta ampliação poderá ser realizada de forma seriada, ou seja, através de etapas, pretendendo-se não apenas a ampliação da área útil, mas também a ocupação do lote de maneira direcionada, para que o protagonismo sempre permaneça na edificação Sede.

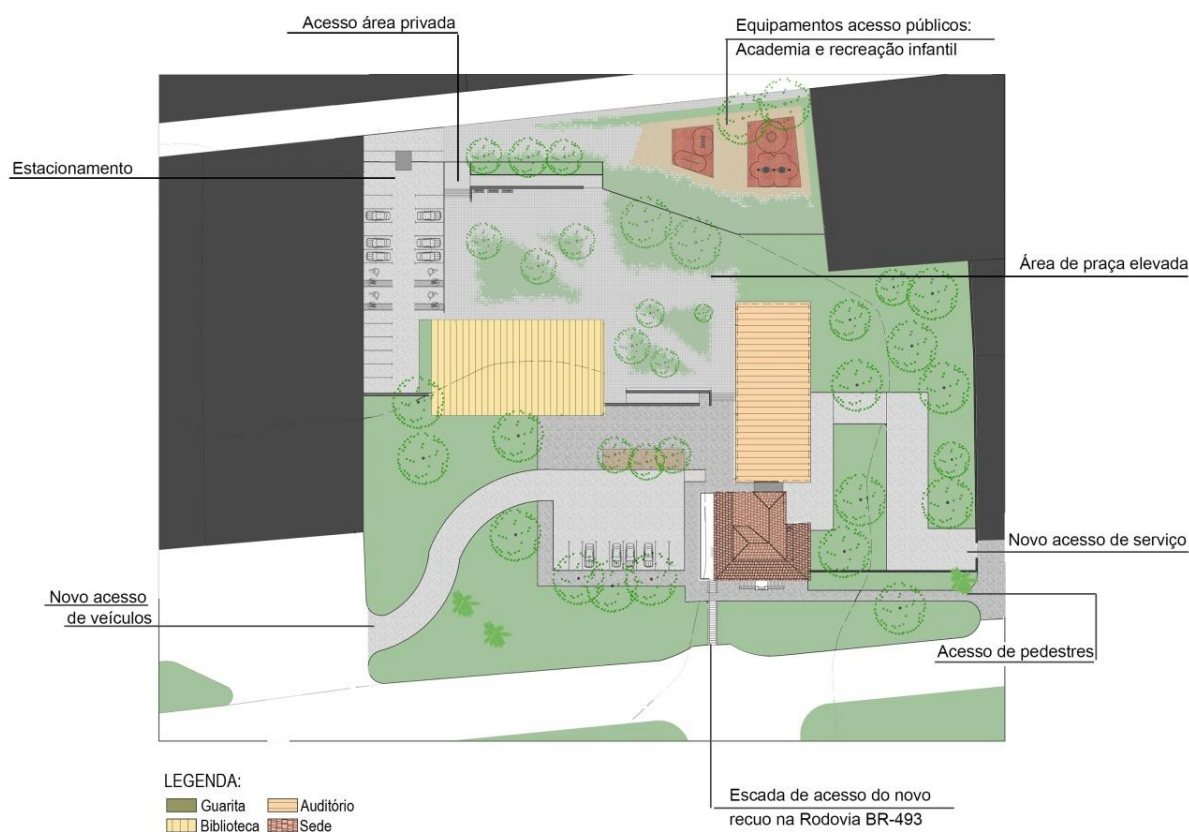


Figura 97 – Novos elementos do lote. Fonte: Desenho da autora, 2018.

Visando que o novo e o pré-existente possam ser vistos enquanto conjunto harmônico analisam-se diversos fatores subentendidos na essência da edificação colonial. Buscando algo próximo ao definido por Francisco de Gracia³² (1992), quando o mesmo atesta a possibilidade de uma arquitetura nova que se integre com a histórica sem renunciar sua condição de moderna, através da alusão e não da reprodução direta (GRACIA, 1992, p.288), busca-se referências em métodos construtivos adaptados à contemporaneidade, como o crescente resgate da arquitetura de terra e utilização ampla de madeiras. Através desta abstração, a construção em terra passa a ser utilizada na construção de um anexo de estrutura linear, com aproximadamente 400m² (Figura 98), ou seja, sem optar por uma

³² Francisco de Gracia é Doutor em arquitetura pela *Universidad Politecnica de Madrid*, sendo docente membro do Departamento de Composição Arquitetônica na *Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid*. Possui inúmeros escritos relativos ao patrimônio histórico, cidade e paisagem.

analogia formal escolhe-se o diálogo cortês entre as novas maneiras de se utilizar a taipa de pilão e a madeira.



Figura 98 - Fachadas 02 e 04 com anexo do auditório. Fonte: Desenho da autora, 2018.

A taipa de pilão nos dias de hoje já é reconhecida enquanto material durável de excelente desempenho, tendo se modernizado devido a mecanismos tecnológicos tanto em sua execução quanto formação, sendo utilizada na construção de edificações diversas em inúmeros países (figura 99). No caso apresentado agrega-se a memória da taipa colonial à estética da taipa contemporânea (relação dialética/reintegração da imagem), em tons que apesar de fortes se posicionam discretos ao se inserirem no lote em nível mais baixo que a edificação histórica. Em conjunto com a taipa, será utilizada a madeira, elemento comum durante a colônia, mas em sua forma Laminada Colada (MLC), técnica utilizada na construção civil desde o século XIX, atualmente um material de alto desempenho (superior ao da madeira maciça) que permite vencer grandes vãos sem apoio intermediário (figura 100).



Figura 99 – Casa de Veraneio em Jalostitlán, México, projeto de Tatiana Bilbao S.C. Com utilização de Taipa de Pilão. Fonte: ArchDaily. Disponível em: < <https://www.plataformaarquitectura.cl/cl/02-279921/ajjic-tatiana-bilbao-s-c>> acesso: Junho de 2018.



Figura 100 - Casa Baroneza, projeto de Candida Tabet Arquitetura, onde observa-se a utilização de MLC para vencer grandes vãos. Fonte: Fotografia de Rômulo Fialdini.

A abordagem através da contextualização pode ser vista também como a que mais se aproxima ao restauro crítico quando Brandi propõe a diferenciação em consonância.

Deve-se sempre ter em mente os preceitos fundamentais da restauração [...]. Deve-se assumir a responsabilidade projetual de fazer novo(s) elemento(s) articulador(es), sem perder a individualidade e personalidade, mantendo-se o princípio fundamental da distinguibilidade, mas evitando aumentar a cacofonia no ambiente, que é aquilo que se propõe a resolver. (KUHL, 2008, p.164)

Ou seja, a nova arquitetura não deve se limitar a referências simplistas ou se tornar um mero objeto análogo, ela tem o potencial de desenvolver um valor próprio, ainda que reverente e respeitoso à pré-existência, demonstrando os resultados que podem ser

alcançados quando elementos históricos são revistos, reinterpretados, para uma eficiente utilização e reconhecimento na contemporaneidade (figura 101). Retomando o que diz Carbonara (2011), pautar as ações projetuais nos preceitos fundamentais da restauração como na mínima intervenção, não deve ser interpretado como uma ofensa à criatividade, mas sim como um estímulo ao aperfeiçoamento projetual.



Figura 101 - Perspectiva da edificação Sede e dos anexos. Fonte: Desenho da autora, 2018.

Em questões projetuais, a criação de um elemento articulador se faz necessária entre a edificação sede e o anexo do Espaço das Artes, optando-se por manter a localização da atual conexão, mas tornando-a menos agressiva à edificação histórica. Este elemento articulador também é o responsável por proporcionar acessibilidade ao edifício, será edificado em estrutura metálica e vidro, se tornando materialmente distinto da edificação colonial, chamando atenção enquanto elemento novo transitório para a arquitetura do anexo (figura 102) e representando o que Gracia define enquanto “elemento nexa”, elemento conector responsável pela justaposição dos elementos existentes, a relação subsequente entre ambos, responsável pela integração entre as duas formas (GRACIA, 1996, p. 187).



Figura 102 - Antes e Depois da conexão entre as duas edificações. Fonte: Fotografia da autora, 2017 e desenho da autora, 2018.

Por fim, é importante considerar que a construção do auditório em primeiro momento servirá como diretriz para a construção futura da Biblioteca (Figura 103 a 105), mantendo nestes dois anexos a mesma linguagem como maneira de identifica-los sendo contemporâneos entre si.

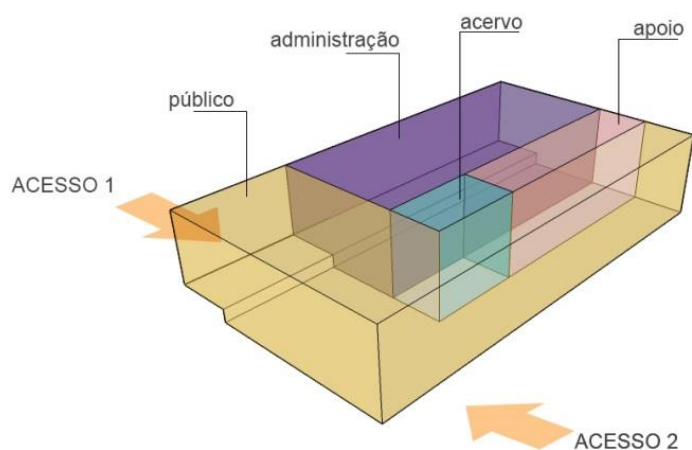


Figura 103 - Setorização volumétrica da biblioteca. Fonte: Desenho da autora, 2018.



Figura 104 - Vista da edificação sede e dos anexos. Em primeiro plano o acesso 1 da biblioteca. Fonte: Desenho da autora, 2018.



Figura Figura 105 - Vista da Fachada principal da edificação sede. Fonte: Desenho da autora, 2018

Estas ações procuram sempre se posicionar enquanto resultado de uma compreensão do ambiente onde se inserem, deixando clara a existência prévia de uma pesquisa bibliográfica e histórica-documental, capaz de se relacionar com uma produção contemporânea que não busca definir uma verdade ou padrão universalmente aceito, mas sim solução pertinente para o caso em específico. Chama-se a atenção na utilização dos materiais e técnicas propostos como busca por uma referência da arquitetura que renova e perpetua a si mesma através de uma adequação de linguagem ao tempo que pertence.

Considerações Finais

Através desta dissertação buscou-se trazer a luz as possibilidades e desafios relativos ao restauro de uma edificação representativa da arquitetura colonial rural fluminense. A concretização deste trabalho se deu através de pesquisa ampla e diversa, tendo início na investigação histórica, levantamento físico e iconográfico, fundamentação através de escritos teóricos e, por fim, a realização de um projeto para a área. O reconhecimento do exemplar arquitetônico enquanto elemento cultural a ser considerado em sua individualidade demonstra a relevância que o patrimônio cultural pode atingir, auxiliando para que suas funções perante a sociedade sejam cada vez mais claras. A área remanescente da Fazenda é totalmente capaz de se posicionar perante o município de maneira seus valores e potencialidades sejam reconhecidos, considerados e trabalhados. A escassez de documentação não impede que se reflita sobre os valores dos tempos de importância da fazenda e sobre as inúmeras possibilidades que a revisita histórica tem proporcionado na contemporaneidade.

No caso investigado pode-se considerar que os tempos áureos da propriedade se deram primeiramente no período Colonial onde sua edificação Sede se apresenta enquanto residência dos proprietários e exemplar das casas rurais fluminenses da época, um testemunho ainda incógnito em alguns aspectos como quem seriam os projetistas deste exemplar, se é que existiram, suas inspirações e intenções com o modelo tipológico. Em sua “segunda fase”, por assim dizer, testemunha-se o resultado de intervenções impensadas e sem o auxílio de profissionais capazes de gerir o bem cultural em seus aspectos físicos. A restauração e a interação da arquitetura pré-existente com a então nova unidade hospitalar se fez sem consideração de ambiência, sem o diálogo cortês ou sem pensar nas potencialidades da edificação colonial como elemento de destaque do lote. Ainda assim sua utilidade passada é capaz de manter a área viva na lembrança da população. Uma característica muito peculiar da área é a ausência do conhecimento histórico, por parte da população, da Sede enquanto elemento de uma fazenda colonial, demonstrando a dificuldade em se valorar o patrimônio onde não existe um trabalho pedagógico sobre a história local.

No momento atual (ano de 2018) depara-se com uma edificação Sede deteriorada, descaracterizada devido a intervenções passadas, pelo desgaste do tempo e pelo abandono. As condições físicas da edificação foram investigadas principalmente através de levantamentos cadastrais e fotográficos e de visitas ao local, que possibilitaram a comparação com os poucos registros históricos encontrados, resultando em uma análise de suas principais patologias e propostas de atuação que respeitem o bem edificado. Embora a

existência de agentes biológicos, elementos envoltórios ausentes e a presença inadequada de água nas alvenarias como um todo representem fatores preocupantes no que tange a degradação do bem, chega-se à conclusão que o desuso é o maior problema para esta edificação, é na ausência da manutenção e uso no dia a dia que a degradação física se potencializa e acelera. Cabe também ressaltar que para uma proposta mais completa o projeto de restauro necessita de uma equipe multidisciplinar ampla e do auxílio de investigações laboratoriais de alguns de seus elementos.

A proposta central se volta para o restauro da edificação Sede, os novos usos propostos e o reconhecimento de que o patrimônio cultural não é um bem isolado. O projeto atual considera o lote como um todo, a construção de dois anexos se fazendo necessária e o diálogo cortês regendo a intervenção. Enquanto no projeto de restauração da Sede os preceitos do restauro crítico se fazem presente, nos demais elementos do lote procura-se não negar a contemporaneidade, mas sim elevar os novos atores a cativar os moradores locais, seja em forma de edificação ou área de lazer urbano. A arquitetura contemporânea, se trabalhada em conjunto com a pré-existência, não será necessariamente danosa, mas sim uma contribuição no projeto.

Desta forma compreende-se que a escolha da edificação Sede para ser restaurada e munida de uma nova função é capaz não apenas de valorar e identificar elementos relevantes de uma tipologia ou história, mas também de reafirmar a posição do restauro enquanto disciplina ampla e múltipla perante a salvaguarda de patrimônios culturais e como, após sua atuação, estes elementos podem ser reinseridos nas comunidades a que pertencem agregando novas funções e valores. No caso do município de Magé/RJ a função escolhida procura ir um pouco além, se tornando referência e local de administração do próprio patrimônio da cidade, preenchendo a lacuna de uma demanda que ao mesmo tempo se reafirma em estrutura. Que melhor maneira de demonstrar a importância de uma arquitetura que a utilizando respeitosamente?

O esforço de enxergar e requalificar elementos histórico-culturais importantes não se sustenta sem que medidas externas sejam tomadas. Recomenda-se que a proteção municipal já existente seja auxiliada por quadro de funcionários técnicos e científicos especializados, ampliando e qualificando o desempenho institucional, reiterando a importância de medidas preventivas com o patrimônio edificado da cidade como um todo. Enquanto a proteção patrimonial for vista e utilizada como mercadoria, não será possível ter uma real proteção, pois ela só será eficiente se pensada estrategicamente, fundamentadamente e auxiliada por medidas pedagógicas constantes. Ou seja, diretrizes relativas ao patrimônio do município devem ser desenvolvidas e auxiliadas por estudos mais aprofundados direcionados ao desenvolvimento de políticas de preservação, o mais rápido

possível. Afinal, a proposta de restauro de bens que se encontram em estado avançado de deterioração não deve ser a solução emergencial padrão para a proteção de um bem, mas sim a mediação entre políticas de preservação, interesse de agentes públicos e privados, pela vontade política e, principalmente, pela associação da vontade pública à sua própria demanda cultural e utilitária.

Por fim, há que se reconhecer que são muitas as questões que um único projeto é capaz de trazer a tona e que a dissertação aqui apresentada não busca solucionar todos os problemas em relação ao patrimônio do município de Magé/RJ mas sim tentar se posicionar como agente modificador inicial. O fato é que ao se propor a elevação de um bem arquitetônico à bem cultural também se busca incitar discussões dos mais diversos aspectos inseridos nos elementos responsáveis pela satisfação positiva que a população busca em seu local de morada. E então, por também contar com o conhecimento de seu passado, esta população possa colocar seu futuro em uma nova perspectiva.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Mauricio de Almeida. **Um quebra-cabeça (quase) resolvido**: os engenhos da capitania do Rio de Janeiro – séculos XVI e XVII. In: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. X, n. 218 (32), p. -, 2006.
- ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAREIA, E.; PUMAR, M. **Manual Técnico 1**: Madeira, Características, Deterioração, Tratamento. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura SPHAN/Pró-Memória. /s.d./.
- BRAGA, Márcia (Org.). **Conservação e restauro**: arquitetura brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Rio, 2003.
- BITTAR, William S. M.; MENDES, Francisco; VERÍSSIMO, Francisco. **Arquitetura no Brasil**: de Cabral a D. João VI. 2. imp. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2010.
- BOITO, Camillo. **Os restauradores**. Trad.: Paulo e Beatriz M. Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2002.
- BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Trad.: Beatriz M. Kuhl São Paulo: Ateliê Editorial, 2004.
- CARBONARA, Giovanni. **Architettura d'oggi e restauro** – un confronto antico-nuovo. Torino: Utet, 2011.
- CARDOZO, Joaquim. Um tipo de casa rural do Distrito Federal e estado do Rio. In.: **Forma Estática – Forma Estética**. Brasília: Edições Câmara, 2009.
- CÓIAS E SILVA, Vítor. Reabilitação “amiga do patrimônio”. In.: **O novo desafio à criatividade**. Workshop – O habitat do futuro inserido no patrimônio construído: desafios e oportunidades para o sector da reabilitação. InovaDomus. Projecto casa do futuro. AveiroDomus, 2006.
- CROCI, G. **The Conservation and Structural Restoration of Architectural Heritage**. Computational Mechanics Publications, Southampton, UK, 1998
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad.: Luciano Vieira Machado. 4ª ed. São Paulo: Estação da Liberdade: UNESP, 2006.
- CURY, Isabele (org.). **Cartas Patrimoniais**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.
- DEL PRIORE, Mary. Mulheres de açúcar: Vida cotidiana de senhoras de engenho e trabalhadoras da cana no Rio de Janeiro, entre a Colônia e o Império . In: **R IHGB**, Rio de Janeiro, a. 169, n. 438, p. 57-90, jan./mar. 2008.

_____. **Ao Sul do Corpo: Condição Feminina, Maternidades e Mentalidades no Brasil Colônia**. 1990. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

DORIA, Escragnolle. **Terra Fluminense**. Rio de Janeiro: Typ. D'A Encadernadoras, 1929.

DVOŘÁK, Max. **Catecismo da preservação de monumentos**. Trad. Valéria Alves Esteves Lima. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

FÉO, Roberto. **Raízes de Magé e Guapimirim – Outras histórias e outras coisas**. Teresópolis: Editorazem, 2012.

FERNANDES, Antonio de Paiva. **Magé, durante o segundo império e os primeiros tempos da república**. Rio de Janeiro: Editora Hélios, 1962.

FIGUEIREDO, Joana Lima. **Fábrica Santo Aleixo: Magé, Arte e Patrimônio da Industrialização (1847-1979)**. Dissertação (pós-graduação). Universidade Federal Fluminense, 2008.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. **Evolução urbana da região metropolitana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 1978.

FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. **Inventário dos Bens Culturais do Município de Magé**. Rio de Janeiro, 1984.

GADAMER, Hans-Georg. Problemas epistemológicos das ciências humanas. In: **O problema da consciência histórica**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.

GOMIDES, J. H.; SILVA, P. R.; BRAGA, S. M. N. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural**. Brasília: Ministério da Cultura, Instituto do Programa Monumenta, 2005. Disponível em: <
http://www.monumenta.gov.br/upload/Manual%20de%20elaboracao%20de%20projetos_1168630291.pdf >.

GORENSTEIN, Lina. O criptojudaísmo feminino no Rio de Janeiro (séculos XVII e XVIII). In: **Projeto História**, São Paulo, n.37, p. 115-138, dez. 2008.

GRACIA, Francisco de. **Construir en lo Construído**. Guipuzcoa, Espanha: NEREA, 1992.

IPHAN. **Manual de conservação preventiva para edificações**. Rio de Janeiro: Grupo Tarefa/Programa Monumenta-BID, 1999.

INEPAC. **Ouro, Café, Açúcar e Sal** – Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis. Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro. Fevereiro de 2004.

JACOBS, Jane. **Morte e vida de grandes cidades**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. **A casa e a “trastaria”**: história e iconografia de interiores de moradias da cidade do Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX. 1994. Dissertação. Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp.

KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura do ferro e arquitetura ferroviária em São Paulo**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1998.

_____. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização**: Problemas teóricos de restauro. São Paulo: Ateliê Editorial, 2008.

_____. Projetos de intervenção em bens arquitetônicos de interesse cultural: por um diálogo construtivo entre o novo e a preexistência. In: **Teorias e práticas na arquitetura e na cidade contemporâneas**: complexidade, mobilidade, memória e sustentabilidade. Natal: ANPARQ, 2012

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.

LYRA, C.C. **Casa Vazia Ruína Anuncia**. 2005. Tese (Doutorado em Artes Visuais). E

MEIRA, Ana Lúcia Goelzer. **O patrimônio histórico e artístico nacional no Rio Grande do Sul no século XX**: atribuição de valores e critérios de intervenção. 2008. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antônio. **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000b. p. 256-287

NAVARRO, Dario. Os Horrores de Magé. In: **Revista Guia & Cia**. Ano II, n. 19, Março de 1993.

PIZARRO E ARAÚJO, José de Souza Azevedo (Monsenhor). **Memórias Históricas do Rio de Janeiro e das províncias anexas à jurisdição do Vice-Rei do Estado do Brasil**.

Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820-1822. 9 tomos em 10 volumes. Reedição: Rio de Janeiro: Ministérios da Educação e Saúde / Instituto Nacional do Livro / Imprensa Nacional, 1945-46. 11v. Disponível em <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182898>. Acessado em Dezembro de 2016.

RIEGL, Alois. **O culto moderno dos monumentos**: sua essência e sua origem. Tradução Werner Rothschild Dacidsohn, Anat Falbel. – I. Ed. – São Paulo: Perspectiva, 2014.

RODRIGUES, Jorge Miguel Vital. **Principais técnicas de consolidação e reforço de paredes de edifícios antigos**. Dissertação (pós-graduação). Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2010.

RUSKIN, John. **A lâmpada da memória**. Trad. Maria Lucia Bressan Pinheiro. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

SANTOS, Renato Peixoto. **Magé – Terra do “Dedo de Deus”**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.

SIQUEIRA, Deis; BANDEIRA, Lourdes; YANNOULAS, Sílvia. **Resenha**: Ao Sul do Corpo: condição feminina, maternidades e mentalidade no Brasil Colônia. In: TEXTOS DE HISTÓRIA, v.2, n.3, 1994.

SIVIERO, Fernando Pascuotte. Educação e Patrimônio Cultural: Uma encruzilhada nas políticas públicas de preservação. In: **Revista CPC**, São Paulo, n.19, p.80-108, jun. 2015.

SMITH, Robert. Arquitetura Civil no Brasil Colonial. In: **Revista do Iphan**, n. 17. Rio de Janeiro: SPHAN, 1969, p. 27-125. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/RevPat17.pdf>>. Acesso em 28 dez. 2017.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens culturais e proteção jurídica**. 2 ed. Porto Alegre: UE, Porto Alegre, 2006.

VAN BIENE, Maria Paula. **A Arquitetura das Casas-Grandes Remanescentes dos Engenhos de açúcar no Rio de Janeiro Setecentista**. 2007. Dissertação (Mestrado em História e Teoria da Arte). Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

VERÇOZA, Ênio José. **Patologias das Edificações**. Porto Alegre: Sagra, 1991.

VERÍSSIMO, Francisco S. e BITTAR, Willian S. M. **500 anos da Casa no Brasil**. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

VIOLLET LE DUC, E. **Restauração**. Trad. Beatriz M. Kuhl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

ZANIRATO, Sílvia Helena. Sombrias memórias do patrimônio cultural protegido. In: **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.8, n.15, Jul./Dez.2016.

Apêndice 1

Levantamento Arquitetônico e Fichas Fotográficas

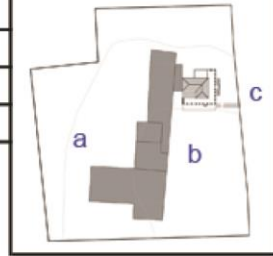
Fazenda Magepe-Mirim

Levantamento fotográfico: 01/11

Autor: Silvia Scoralich de Carvalho

Ambiente: Área Externa - Terreno

Data: 14/04/2017



Fotos



a



b



c

Observação:

Em estado de abandono, o terreno é tomado pela vegetação e observa-se o funcionamento de um ferro velho irregular, sob responsabilidade de posseiros.

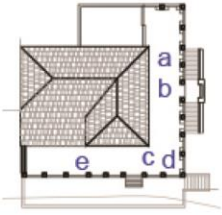
Fazenda Magepe-Mirim

Levantamento fotográfico: 02/11

Autor: Silvia Scoralich de Carvalho

Ambiente: Área Externa - Alpendre

Data: 14/04/2017



Fotos



a



b



e



c



d

Observação:

Observa-se a ausência da cobertura e presença de vegetação.

Fazenda Magepe-Mirim

Levantamento fotográfico: 03/11

Autor: Silvia Scoralich de Carvalho

Ambiente: 1

Data: 03/12/2016



Fotos



Observação:

Parte fechada do alpendre, utilizada como área molhada. A função era fornecer suporte como cozinha. Não se sabe a data desta adaptação.

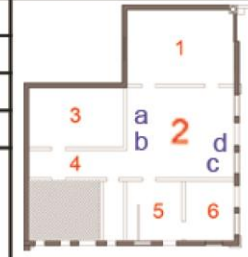
Fazenda Magepe-Mirim

Levantamento fotográfico: 04/11

Autor: Silvia Scoralich de Carvalho

Ambiente: 2

Data: 03/12/2016



Fotos



Observação:

Maior ambiente da casa, com presença de materiais de construção ali depositados, parte da antiga escada e agentes biológicos. Observa-se a queda do forro que serve como piso do segundo pavimento.

Fazenda Magepe-Mirim

Levantamento fotográfico: 05/11

Autor: Silvia Scoralich de Carvalho

Ambiente: 3

Data: 03/12/2016



Fotos



Visada a partir do cômodo 2.

Observação:

Cômodo fisicamente inacessível devido ao desabamento do piso.

Fazenda Magepe-Mirim

Levantamento fotográfico: 06/11

Autor: Silvia Scoralich de Carvalho

Ambiente: 4

Data: 03/12/2016



Fotos



Observação:

Corredor de circulação onde se encontrava a escada de madeira, para acesso ao segundo pavimento.

Fazenda Magepe-Mirim

Levantamento fotográfico: 07/11

Autor: Silvia Scoralich de Carvalho

Ambiente: 5

Data: 03/12/2016



Fotos

a



b



c



Observação:

Fazenda Magepe-Mirim

Levantamento fotográfico: 08/11

Autor: Silvia Scoralich de Carvalho

Ambiente: 6

Data: 03/12/2016



Fotos

a



b



c



Observação:

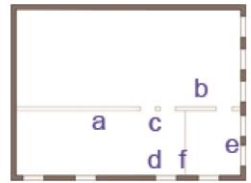
Fazenda Magepe-Mirim

Levantamento fotográfico: 09/11

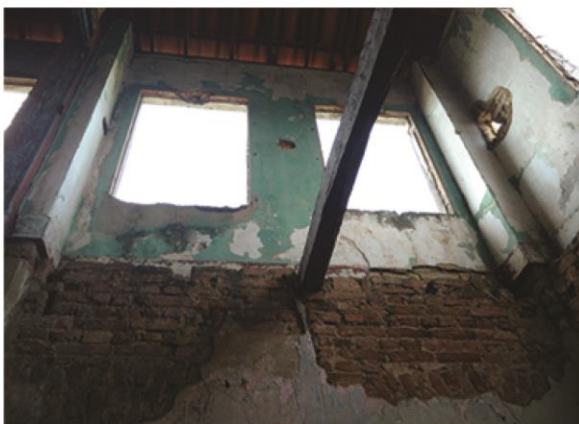
Autor: Silvia Scoralich de Carvalho

Ambiente: Segundo pavimento

Data: 03/12/2016



Fotos



Observação:

Inacessível, as visadas deste pavimento foram feitas a partir do primeiro pavimento.

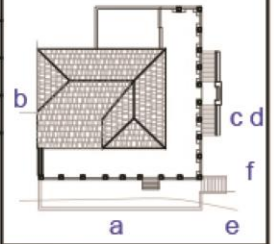
Fazenda Magepe-Mirim

Levantamento fotográfico: 10/11

Autor: Silvia Scoralich de Carvalho

Ambiente: Fachadas

Data: 14/04/2017 - b, c, d
08/10/2016 - a, e, f



Fotos



Observação:

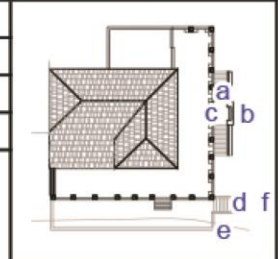
Fazenda Magepe-Mirim

Levantamento fotográfico: 11/11

Autor: Silvia Scoralich de Carvalho

Ambiente: Elementos externos

Data: 03/12/2016



Fotos



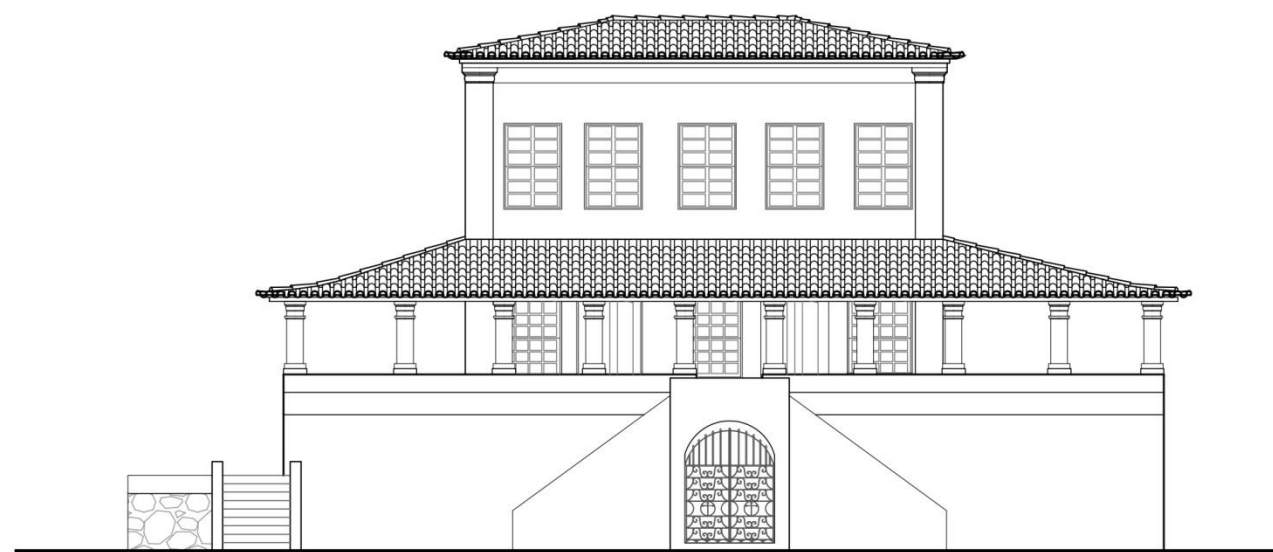
Observação:

Apêndice 2

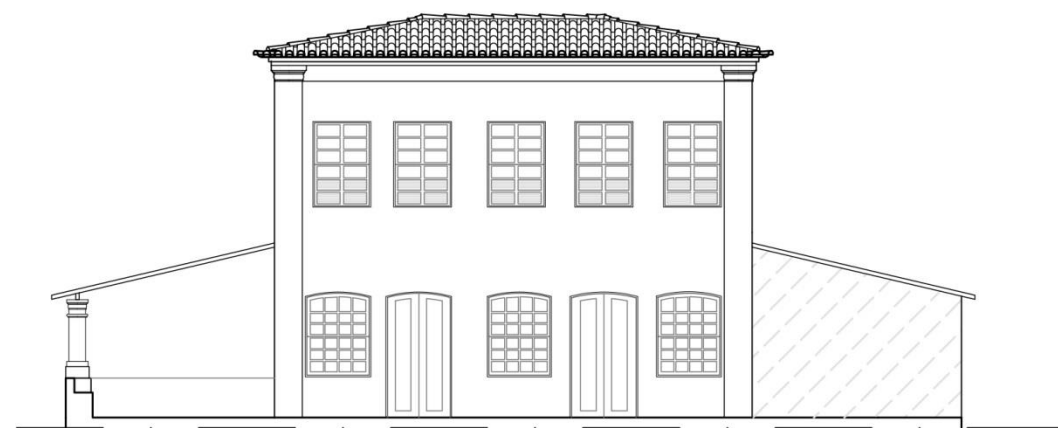
Projeto



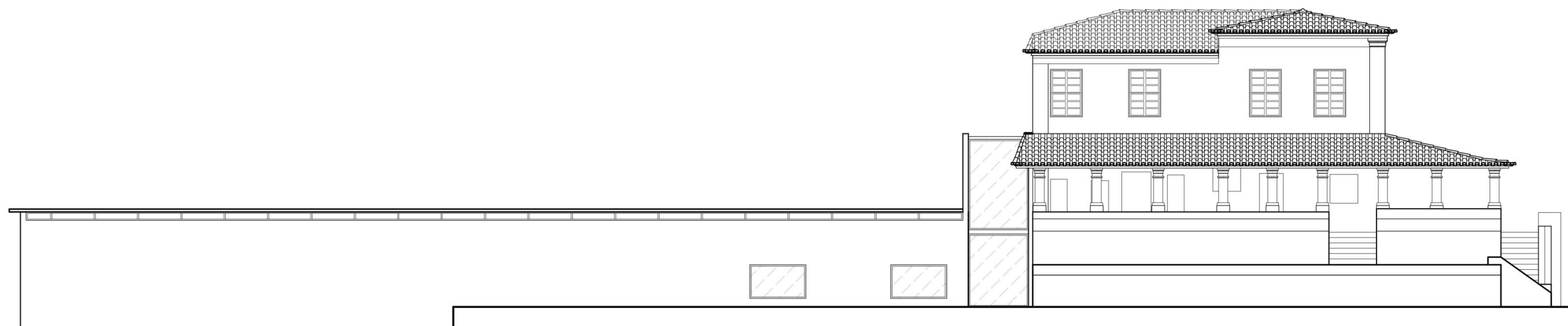
- LEGENDA:
- Guarita
 - Auditório
 - Biblioteca
 - Sede



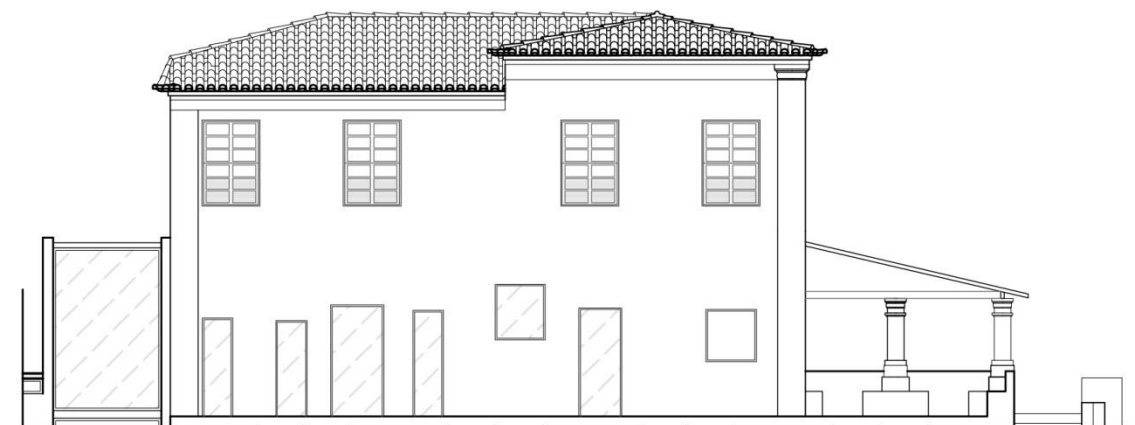
01 FACHADA 01 COM ALPENDRE
ESC. 1/100



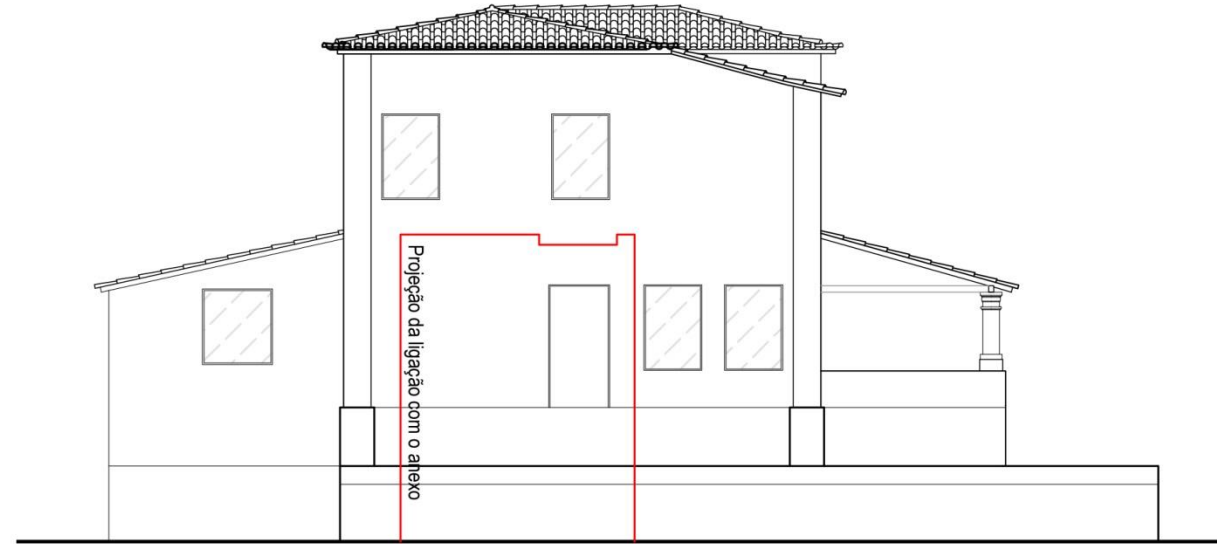
02 FACHADA 01 SEM ALPENDRE
ESC. 1/100



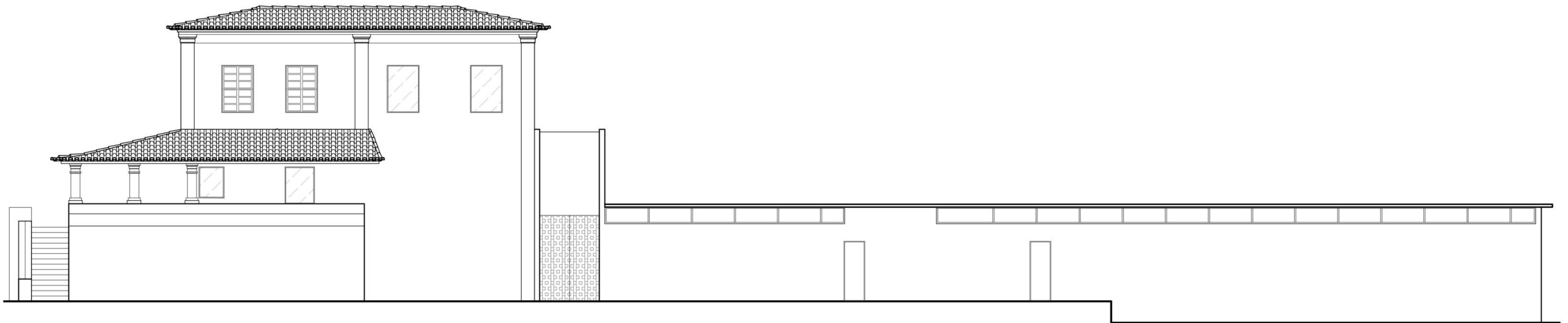
03 FACHADA 02 COM ALPENDRE E ANEXO
ESC. 1/150



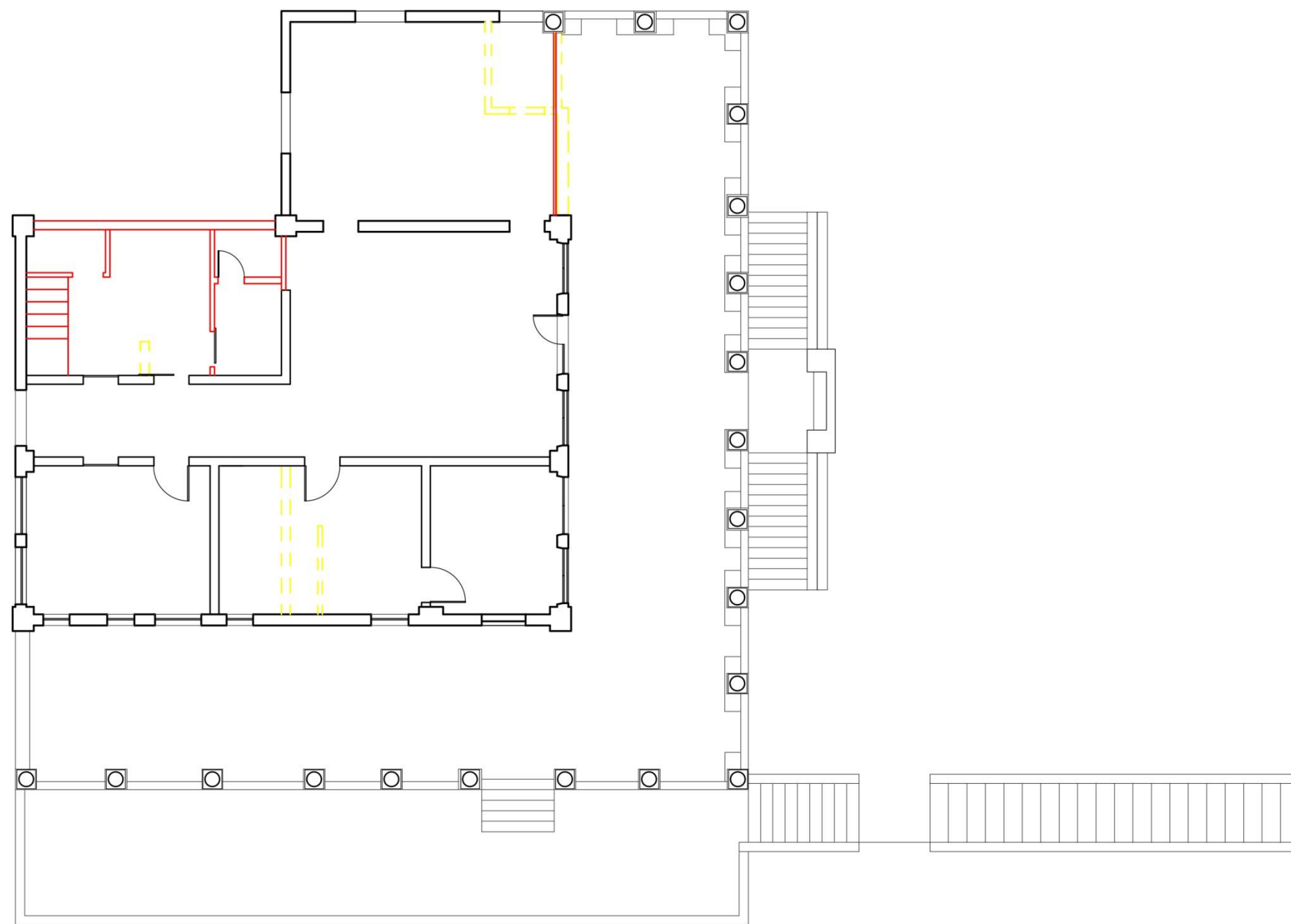
04 FACHADA 02 SEM ALPENDRE
ESC. 1/150



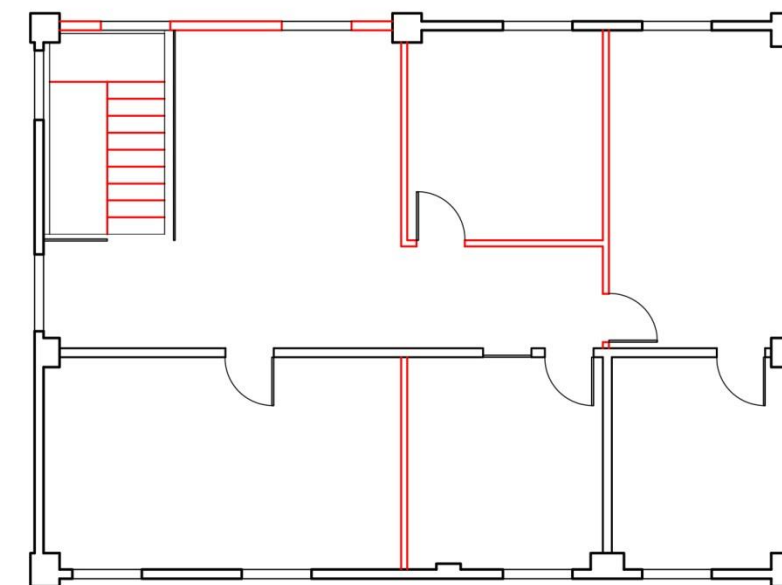
01 FACHADA 03
ESC. 1/150



02 FACHADA 04
ESC. 1/150

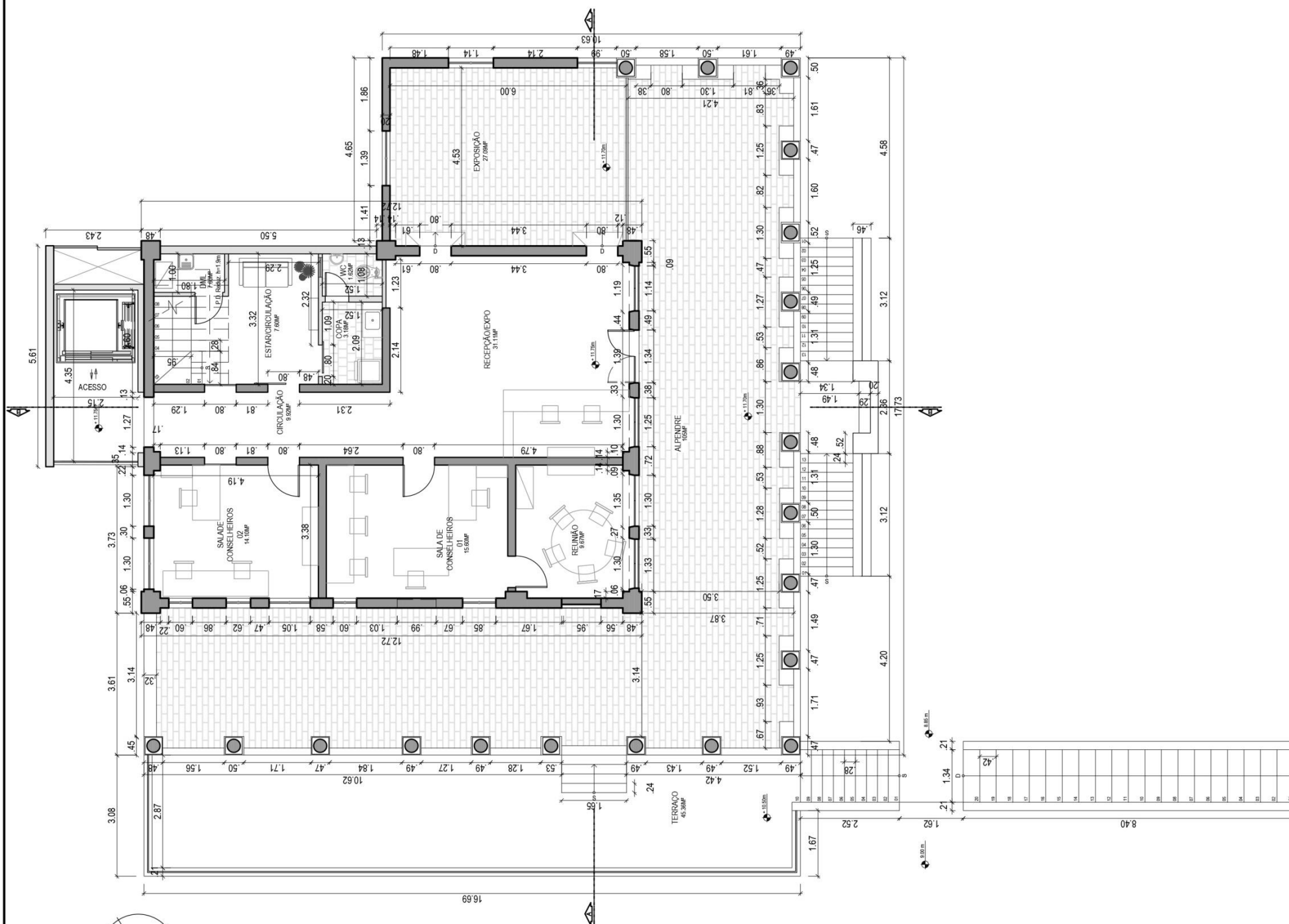


01 PLANTA BAIXA PRIMEIRO PAVIMENTO
ESC. 1/125

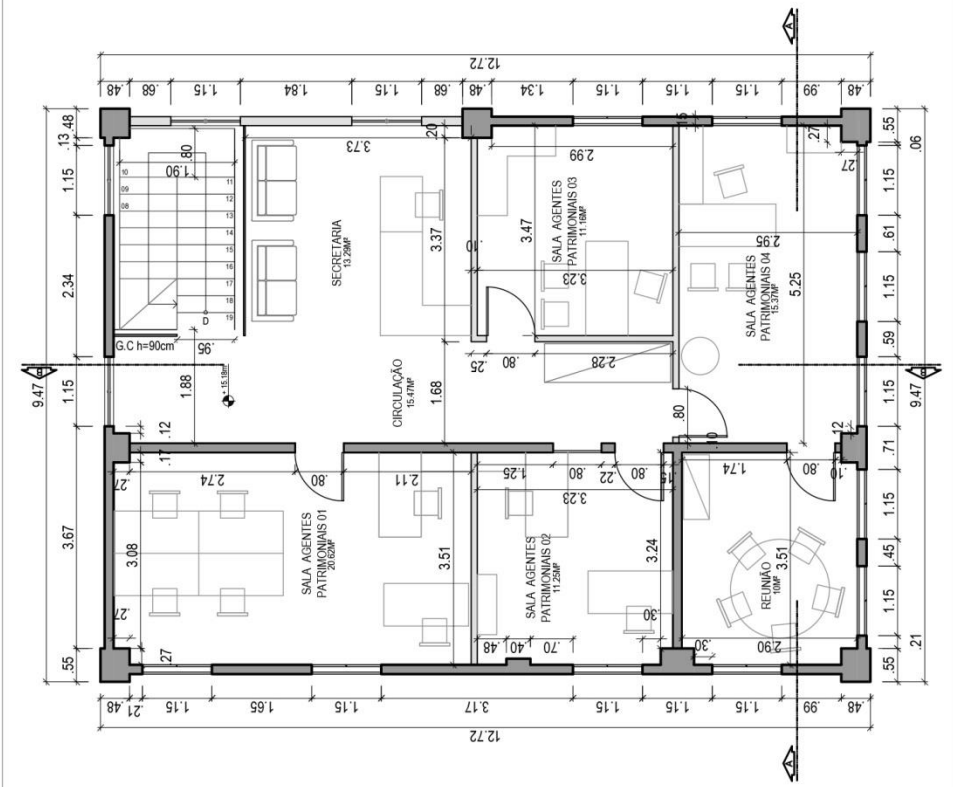


02 PLANTA BAIXA SEGUNDO PAVIMENTO
ESC. 1/125

LEGENDA:
■ Construir
- - - Demolir

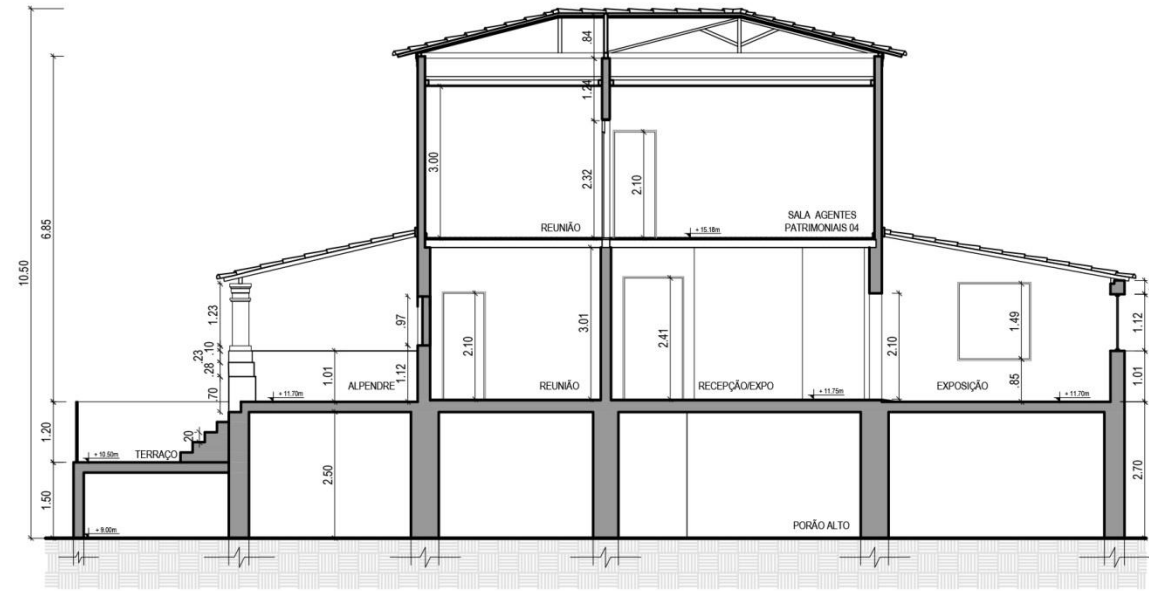


01 PLANTA BAIXA PRIMEIRO PAVIMENTO
ESC. 1/125

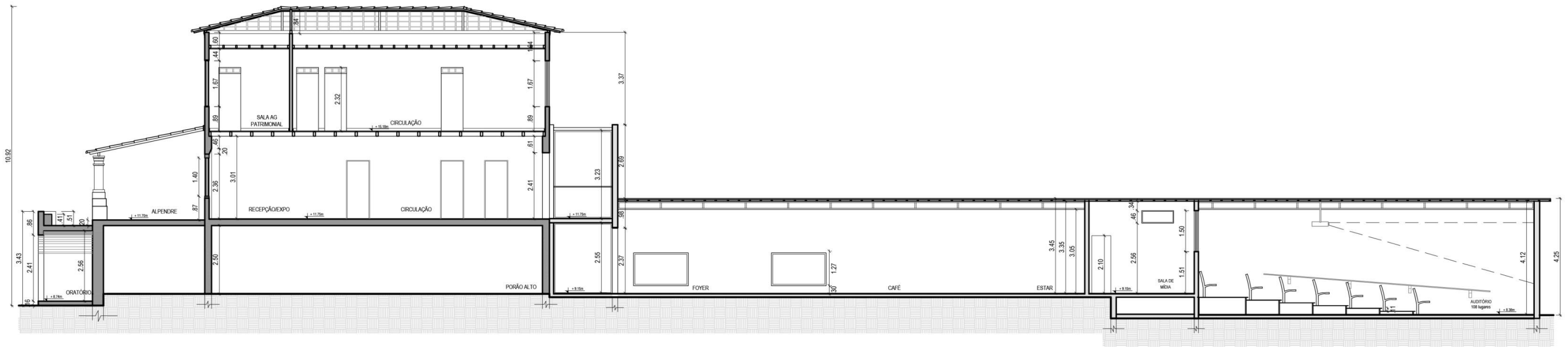


02 PLANTA BAIXA SEGUNDO PAVIMENTO
ESC. 1/125

LEGENDA:
 Parede Existente
 Parede Nova

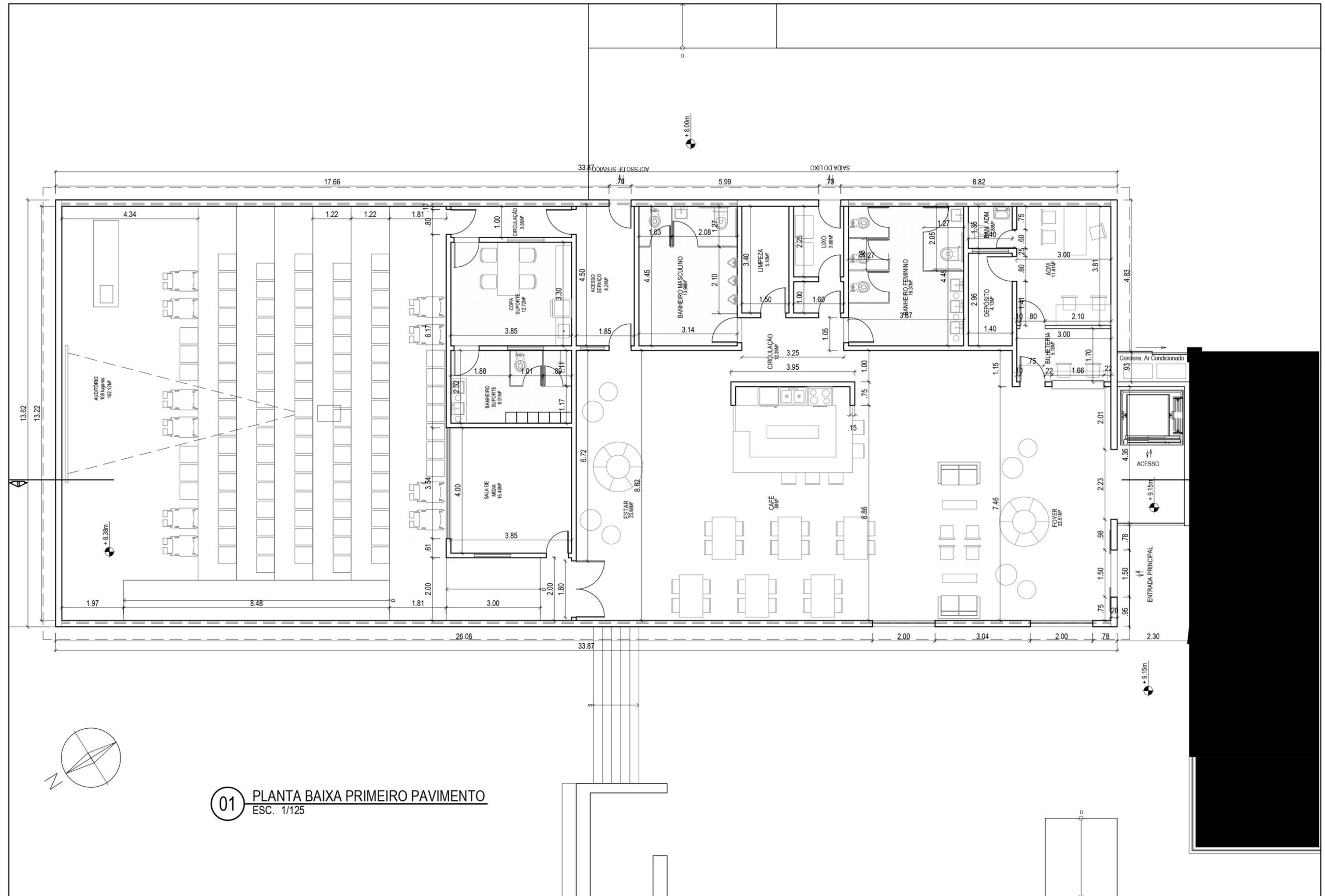


01 CORTE AA
ESC. 1/150



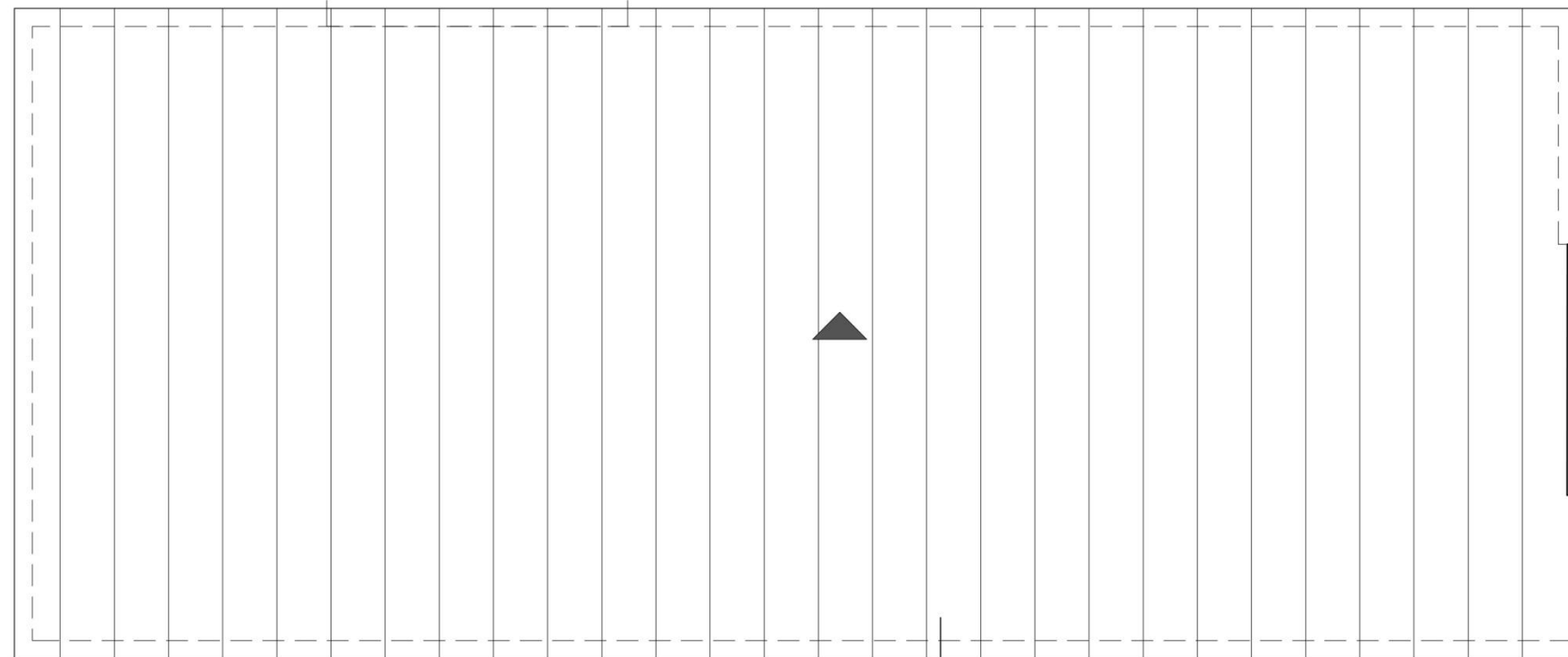
02 CORTE BB
ESC. 1/150

LEGENDA:
 Parede Existente
 Parede Nova

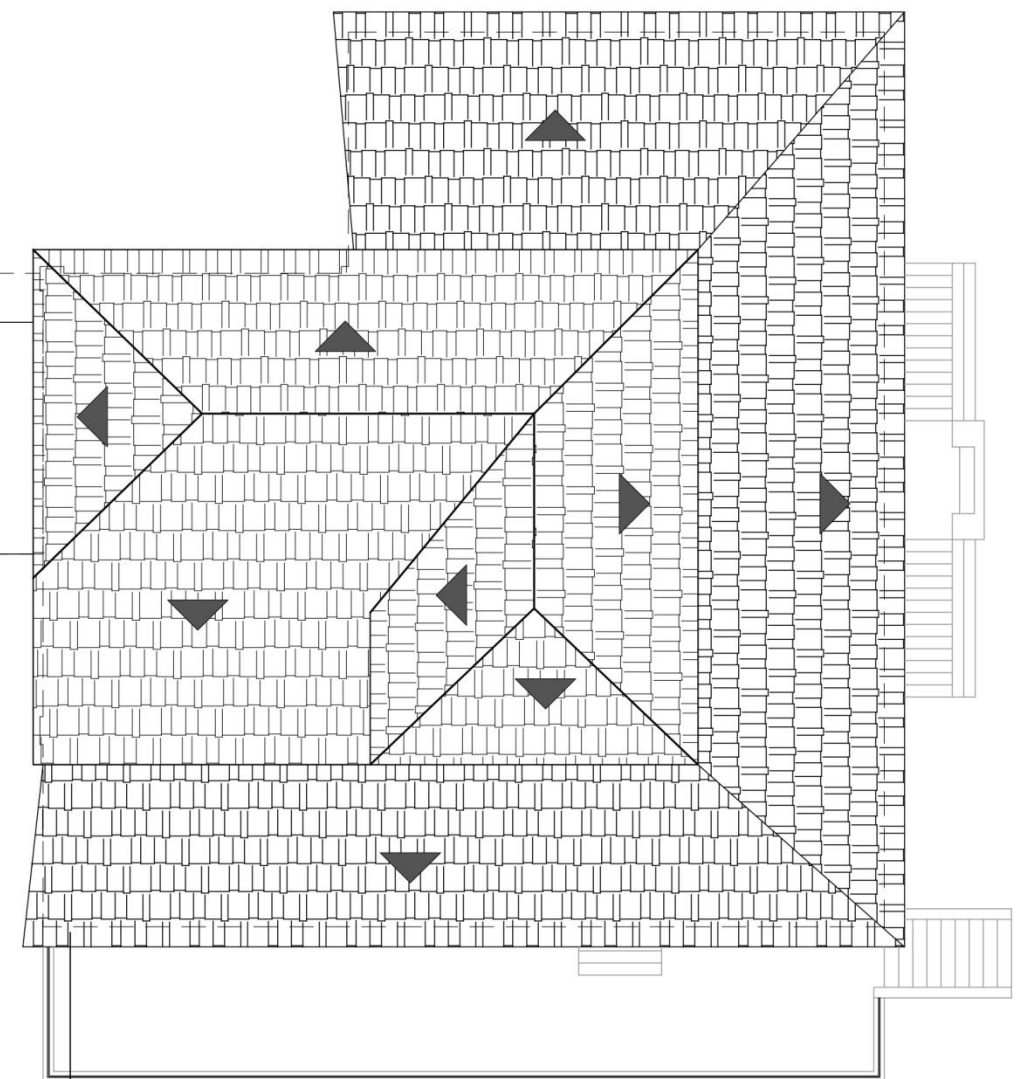


Condensadores Ar. Cond.

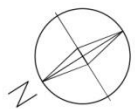
Condensadores Ar. Cond.



Cobertura em madeira



Cobertura em telha cerâmica



01 PLANTA DE COBERTURA
ESC. 1/150

Anexo 1

Boletim Informativo Oficial da Prefeitura de Magé nº 470, de 1º a 15 de junho de 2014, p.9-11.

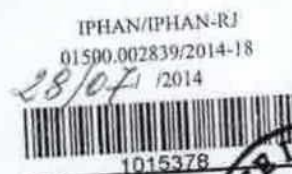
Conselho Municipal de Política Cultural de Magé

Criado pela Lei Municipal n.º 2.181, de 11 de janeiro de 2013, sancionada pelo Prefeito Nestor de Moraes Vidal Neto, publicada no Boletim Informativo Oficial da Prefeitura Municipal de Magé n.º 436, de 01 a 15 de janeiro de 2013, p. 03.

Ofício n.º 39/2014

SECRETARIA TÉCNICA / IPHAN-RJ
EM 09/08/14
LIVRO 2 PÁGINA 1912
Ass.: B

Magé, RJ, 23 de julho de 2014.



À
Superintendência do IPHAN – Rio de Janeiro.

Referência: Comunicação de tombamento de bens culturais no município de Magé.

Prezado Senhor,

vimos, por meio deste, informar que foram tombados, a nível municipal, por iniciativa deste conselho, os seguintes bens culturais:

1. Igreja Matriz de Nossa Senhora da Piedade de Magé;
2. Igreja de Nossa Senhora da Piedade de Inhomirim;
3. Igreja de Nossa Senhora da Guia de Pacobaíba;
4. Igreja de São Nicolau de Suruí;
5. Capela de Nossa Senhora dos Remédios;
6. Capela de São Francisco do Croará;
7. Capela de Nossa Senhora da Conceição de Suruí;
8. Capela de Nosso Senhor do Bonfim;
9. Capela de Santo Aleixo;
10. Casa sede da Fazenda Magepe-mirim.

As deliberações de tombamento foram publicadas no Boletim Informativo Oficial da Prefeitura Municipal de Magé n.º 470, de 1.º a 15 de junho de 2014, p. 9-11.

Certos de contar com a atenção de V. S., subscrevemo-nos, cordialmente,



ANTONIO SEIXAS

Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Magé
(Gestão 2013/2015)

Antônio Seixas
Rua Dr. Eduardo Portela, 82, Figueira, Magé, RJ, 25.901-564
E-mail: antseixas@bol.com.br
Telefones: 2633-0228, 992315378 e 986399367

Anexo 2

Pedido de tombamento indeferido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

MINISTÉRIO DA CULTURA					
	IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL	Memorando nº 980/2014-DEPAM	Data: 25/09/2014	

Ao Diretor do DEPAM, **Dr. Andrey Schlee**

Assunto: Solicitação de abertura de processo de tombamento, com manifestação por seu indeferimento.

Senhor Diretor,

1. A presente documentação foi encaminhada a esse Departamento pela Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro, e trata do pedido de tombamento da sede da Fazenda Magepe-Mirim, em Magé/RJ.
2. O pedido de tombamento foi encaminhado pelo Presidente do Conselho Municipal de Política Cultural de Magé, Sr. Antônio Seixas, à Superintendência do IPHAN no Rio de Janeiro. Assim, conforme disposto na Portaria IPHAN nº 11/86, a Superintendência procedeu à análise do pedido, conforme exposto no Parecer nº 329/14/COTEC/SRJ/IPHAN (fls. 03-06), e encaminhou ao DEPAM para as demais providências visando à conclusão do processo.
3. O citado Parecer, assinado pela arquiteta Joyce Kurrels Pena, após visita ao local que comprovou o estado de degradação do bem, e elaboração de breve contextualização histórica, aponta para a inexistência de valores que justifiquem o tombamento do bem em nível federal, ressaltando, porém, que o bem conta com acautelamento em nível municipal, que considera suficiente, dada sua relevância meramente local. Dessa forma, **a técnica se manifestou contrária ao tombamento pelo IPHAN**, posição ratificada pelo Superintendente do IPHAN no Rio de Janeiro, Ivo Barreto, conforme memorando nº 403/2014 GABINETE/IPHAN/RJ (fl. 20).
4. Analisando a documentação, consideramos a instrução técnica suficientemente embasada para justificar o encaminhamento sugerido, com o qual concordamos.
5. **Sugerimos, portanto o encaminhamento da documentação à Presidência do IPHAN, sugerindo o indeferimento do pedido, e posterior envio ao Arquivo Central do IPHAN para que se proceda à abertura e posterior arquivamento do processo de tombamento, série "T".**

